



O ESPAÇO CONSTRUÍDO NA PRODUÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA:

Reflexões sobre museus e lugares de memória do trauma, estudos de caso em Belo
Horizonte

Belo Horizonte

2015

Felipe Eleutério Hoffman

O ESPAÇO CONSTRUÍDO NA PRODUÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA:

Reflexões sobre museus e lugares de memória do trauma, estudos de caso em Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientadora: Prof.(a). Dra. Celina Borges Lemos

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura UFMG
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

H699

Hoffman, Felipe Eleutério.

O espaço construído na produção de lugares de memória [manuscrito] : reflexões sobre museus e lugares de memória do trauma, estudos de caso em Belo Horizonte / Felipe E. Hoffman. - 2015.

188f. : il.

Orientador: Celina Borges Lemos.

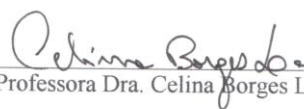
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Memória coletiva - Teses. 2. Edifícios - História - Teses. 3. Museus - Teses. 4. Patrimônio cultural - Teses. 5. Trauma psíquico - Teses. I. Borges Lemos, Celina. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

711.13

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 14 de dezembro de 2015 pela Comissão Examinadora:



Professora Dra. Celina Borges Lemos (Orientadora - EA-UFG)



Professora Dra. Yára Mattos (EDTM-UFOP)



Professora Dra. Betânia Gonçalves Figueiredo (FAFICH-UFG)

Em memória de Marina, minha irmã.
Por tudo que disse e ensinou.
Pela lembrança de todos os momentos juntos.
Sempre será amada, jamais será esquecida.

AGRADECIMENTOS

A Deus que mesmo nos momentos mais difíceis desta caminhada não me deixou desanimar.

Aos meus pais, irmãos e demais familiares, que tiveram que exercitar a paciência e o carinho durante as minhas faltas. A mãe e ao pai por serem fortes e me dar todo amor do mundo.

À minha orientadora Celina Borges Lemos, por sua dedicação durante os trabalhos de orientação. Por me pegar pela mão no meio desta caminhada e me conduzir até o final do caminho. Agradeço de todo coração.

Aos colegas, professores e funcionários do NPGAU, pelo acolhimento, pelos debates e ensinamentos que foram fundamentais para conclusão deste trabalho.

À professora Carmen Aroztegui que me acolheu e aconselhou no início desta jornada.

Aos meus inestimáveis amigos e companheiros de profissão Alessandra Freire e Carlos Augusto Jotta, pelo estímulo, companhia, conselhos e todo suporte durante a elaboração desta pesquisa.

Agradeço aos colegas, professores e amigos do Departamento de Museologia da UFOP por terem me apresentado os caminhos dos museus e da museologia.

Aos colegas e companheiros do Estrela pelas contribuições e generosidade.

Aos amigos, que de perto ou à distância, sempre torcem pelo meu sucesso.

A minha amada e estimada sobrinha e afilhada Anne Hoffman. Pequena grande luz. Que ilumina os meus dias, afasta a escuridão e me dá força para continuar.

A todas as pessoas que sofreram ou sofrem neste mundo diante da omissão e da falta de humanidade.

À vida, que nos ensina e surpreende, seja com alegrias ou tristezas.

Na sociedade capitalista, “o material” tem um lugar fundamental dentro do sistema ideológico e simbólico. É por isso que uma memória que pode ser tocada, olhada, sentida e experimentada, terá um efeito mais duradouro nas pessoas (ZARANKIN, 2003, p. 36).

RESUMO:

Observa-se nos últimos tempos o surgimento de uma ampla gama de projetos e instituições de memória no território das cidades contemporâneas, que tem como objetivo atender a ações de reparação moral a acontecimentos que tiveram como marca, conflitos, violências e violação dos direitos humanos. O recente ímpeto de revisão e discussão destes acontecimentos somado ao fenômeno crescente de patrimonialização têm gerado novos espaços e lugares de memória, como aqueles que poderíamos considerar vinculados a memórias traumáticas e ao sofrimento: antigos hospitais, antigas prisões, locais relacionados a tragédias, a crimes, locais relacionados a períodos e regimes ditatoriais, entre outros. Através do discurso patrimonial novos significados têm sido atribuídos a esses espaços. Caberia, para fins da presente investigação, indagar como o espaço construído, as edificações, enquanto portadoras dos rastros e vestígios dos acontecimentos que as tiveram como palco, podem ser mobilizadas na construção de espaços de representação que sejam não só um suporte, mas que também permitam discutir estas memórias? Com este propósito selecionou-se três projetos e espaços em gestação no território da cidade de Belo Horizonte, que visam constituir lugares de preservação de memórias sobre acontecimentos e episódios de violação aos direitos humanos. São eles: O Memorial da Anistia, o Memorial dos Direitos Humanos e o Espaço Comum Luiz Estrela. Desta maneira interessa discutir frente aos estudos de caso selecionados e outras possibilidades já consolidadas de espaços memoriais relacionados a memórias traumáticas, de que forma estes nos permitem entrever questões relacionadas à mobilização do espaço construído na constituição de espaços de memória, principalmente aqueles engendrados pelo discurso patrimonial.

Palavras Chave: memória; arquitetura; patrimonialização; lugares de memória; museus.

ABSTRACT:

It is observed in recent years the emergence of a wide range of projects and memory institutions in the territory of contemporary cities, which aims to meet actions of moral reparation to events that had as its mark, situations of conflict, violence and human rights violations. Recent waves of review and discussion of these events added by the growing phenomenon of patrimonialization have generated new spaces and places of memory, such as those that might be considered related to traumatic memories and suffering: old hospitals, old prisons, tragedy and crime related sites, places related to dictatorial regimes, among others. Through heritage policies new meanings have been attributed to these spaces. As purpose of this research, we aim to investigate how the built environment, the buildings that carry the tracks and traces of the events that had them as stage, can be mobilized in the construction of places of representation that are not only support for memories, but also places that allow us to discuss these memories? To this end we selected three projects and spaces that are under implementation in the city of Belo Horizonte, which are intended as places of preservation of memories related to events and episodes of violation of human rights. They are: Memorial da Anistia, Memorial dos Direitos Humanos and Espaço Comum Luiz Estrela. Our objective is to discuss those selected case studies and others already consolidated memorials that are related to traumatic memories, and how they allow us to glimpse the mobilization of the built environment in the production of memory sites, especially those engendered by the heritage discourse.

Keywords: memory; architecture; patrimonialization; sites of memory; museums.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Museu do Louvre - Paris	72
Figura 2 - Museu do Prado - Madri	72
Figura 3 - Altes Museum - Berlim	73
Figura 4 - Museu Hermitage - São Petesburgo	73
Figura 5 - Museu Britânico - Londres	73
Figura 6 - Museu Palácio de Belvedere - Viena	74
Figura 7 - Museu Real dos Países Baixos - Amsterdã	74
Figura 8 - Museu Nacional - Rio de Janeiro	74
Figura 9 - Museu de Arte Moderna (MoMA) - Nova York	76
Figura 10 - Museu de Arte de São Paulo (MASP) - São Paulo	77
Figura 11 - Museu de Arte Moderna (MAM) - Rio de Janeiro	77
Figura 12 - Museu Guggenheim - Nova York	78
Figura 13 - Centro Georges Pompidou - Paris	85
Figura 14 - Museu de Arte Contemporânea - Barcelona	85
Figura 15 - Museu Guggenheim - Bilbao	85
Figura 16 - Museu de Arte Contemporânea (MAC) - Niterói	86
Figura 17 - Museu dos Direitos Humanos - Osaka	93
Figura 18 - Museu Memorial da Paz - Hiroshima	93
Figura 19 - Museu da Bomba Atômica - Nagasaki	93
Figura 20 - Museu do Holocausto - Washington	94
Figura 21 - Museu Judaico - Berlim	94
Figura 22 - Museu Memorial Auschwitz-Birkenau - Oświęcim	95
Figura 23 - Museu Judaico - Berlim	98
Figura 24 - Museu Judaico - Berlim	98
Figura 25 - Museu Judaico - Berlim	98
Figura 26 - Museu Judaico - Berlim	99
Figura 27 - Museu Judaico - Berlim	99
Figura 28 - Museu Judaico - Berlim	99
Figura 29 - Museu da Memória e dos Direitos Humanos - Santiago	101
Figura 30 - Museu da Memória e dos Direitos Humanos - Santiago	101
Figura 31 - Museu da Memória e dos Direitos Humanos - Santiago	101
Figura 32 - Grades com vista para o Museu e Memorial de Sachsenhausen - Berlim	105
Figura 33 - Memorial do Campo de Concentração de Dachau, Berlim	105
Figura 34 - Espaço Memória e Direitos Humanos - Buenos Aires	106
Figura 35 - Plano de ocupação das Edificações no Espaço Memória e Direitos Humanos - Buenos Aires	106
Figura 36 - Museu do Holocausto - Washington	108

Figura 37 - Fachada do Museu Casa de Anne Frank - Amsterdã	109
Figura 38 - Visão interna da entrada do Anexo Secreto no Museu Casa de Anne Frank - Amsterdã	109
Figura 39 - Museu do Apartheid - Joanesburgo	110
Figura 40 - Entrada do Museu do Apartheid - Joanesburgo	110
Figura 41 - Vista do Interior do Museu do Apartheid - Joanesburgo	110
Figura 42 - Visitantes tocam os nomes e deixam flores no Memorial do 11 de Setembro - Nova York ..	112
Figura 43 - O uso da fotografia na expografia do Museu da Memória e dos Direitos Humanos - Santiago	112
Figura 44- Sobrevivente do Holocausto, Margit Meissner, em mediação de exposições no Museu do Holocausto - Washington	113
Figura 45- Triciclo e capacete calcinado artefatos do acervo do Museu Memorial da Paz - Hiroshima ..	115
Figura 46- Um dos vários relógios expostos no Museu Memorial da Paz, todos paralisados às 08:15 horário de detonação da bomba - Hiroshima	116
Figura 47- Tuol Sleng Genocide Museum - Phnom Pen	118
Figura 48- Museu Canadense dos Direitos Humanos - Winnipeg	119
Figura 49- Edifício que abriga o Memorial da Resistência - São Paulo	121
Figura 50- Recriação das celas no Memorial da Resistência - São Paulo	121
Figura 51- Fachada do Prédio da Escola Mineira de Agronomia e Veterinária - década de 40-50.	126
Figura 52- Tropas da Polícia Militar de Minas Gerais ocupam a FAFICH, na rua Carangola (1968)	127
Figura 53- Representação em 3D do Memorial da Anistia Política do Brasil	129
Figura 54- Representação em 3D do Memorial da Anistia Política do Brasil	129
Figura 55- Maquete eletrônica do Memorial da Anistia Política do Brasil	129
Figura 56- Representação em 3D do Memorial da Anistia Política do Brasil	130
Figura 57- Representação em 3D do Memorial da Anistia Política do Brasil	130
Figura 58- Maquete eletrônica do Memorial da Anistia Política do Brasil	130
Figura 59- Logomarca do Memorial da Anistia Política do Brasil	132
Figura 60- Distribuição dos módulos temáticos da exposição de longa duração	132
Figura 61- Vista das salas de exposição conforme projeto museográfico	132
Figura 62- Vista das salas de exposição conforme projeto museográfico	133
Figura 63- Vista das salas de exposição conforme projeto museográfico	133
Figura 64- Vista com projeto de loja para o Memorial da Anistia	133
Figura 65- Prédio da antiga FAFICH	136
Figura 66- Pichações do edifício da antiga FAFICH	136
Figura 67- Pichações do edifício da antiga FAFICH	136
Figura 68- Fachada em obras do “coleginho” – Memorial da Anistia	138
Figura 69- Placa com a previsão de término da obra para 09/06/2014	138
Figura 70- Fachada em obras do “coleginho” – Memorial da Anistia	139
Figura 71- Vista lateral do pátio em obras - Memorial da Anistia	139

Figura 72- Vista do anexo em obras – Memorial da Anistia	139
Figura 73- Ilustração do projeto arquitetônico para o edifício do DOPS	143
Figura 74- Obras no Córrego do Acaba Mundo no eixo da Av. Afonso Pena (década de 1960) – À direita prédio do DOPS	143
Figura 75- Vista do Córrego do Acaba Mundo no eixo da Av. Afonso Pena (década de 1960) – À direita prédio do DOPS	144
Figura 76- Vista da fachada do Edifício do Antigo DOPS.	144
Figura 77- Fotografia de sala de tortura no prédio do antigo DOPS onde são indicadas a “sauna” e a “Piscina”	148
Figura 78- Fotografia de sala de tortura no prédio do antigo DOPS demonstrando as paredes revestidas em cortiça	148
Figura 79- Vista da escadaria de entrada do edifício com a placa do Departamento de investigação Antidrogas da Polícia Civil	149
Figura 80- Flores deixadas no Monumento à resistência e à luta pela Anistia em Minas Gerais	151
Figura 81- Monumento à resistência e à luta pela Anistia em Minas Gerais	152
Figura 82- Placa comemorativa posicionada no piso ao lado do Monumento	152
Figura 83- Visão do antigo prédio do DOPS a partir do Monumento	153
Figura 84- Fotografia de intervenção artística “esculacho” em frente ao Monumento nas proximidades do DOPS – simulação de Pau de arara	153
Figura 85- Luiz Estrela	155
Figura 86- Fachada do Hospital da Força Pública de Minas Gerais	157
Figura 87- Fachada do Espaço Comum Luiz Estrela	160
Figura 88- Corredor com abertura para o porão ao fundo	163
Figura 89- Corredor do porão com entradas laterais	163
Figura 90- Artefatos encontrados no piso do corredor	163
Figura 91- Artefatos encontrados no piso do corredor	164
Figura 92- Desenhos nas paredes dos cômodos	164
Figura 93- Nomes inscritos nas paredes	164
Figura 94- Planta baixa do térreo da edificação	165
Figura 95- Ensaio Fotográfico Branco sem fim	167
Figura 96- Ensaio Fotográfico Branco sem fim	167
Figura 97- Ensaio Fotográfico Branco sem fim	167
Figura 98- Vista do Hall de entrada do Edifício	168
Figura 99- Feirinha Estelar realizada no pátio lateral da edificação	168
Figura 100- Apresentação musical realizada no pátio lateral da edificação	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM – Arquivo Público Mineiro

CDPCM-BH - Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

CEPAI – Centro Psíquico da Adolescência e Infância

CMI – Centro de Musicalização Infantil

CNV – Comissão Nacional da Verdade

COSEG - Coordenação Geral de Segurança da Polícia Civil

CPP – Centro Psicopedagógico

DA – Diretoria Acadêmico

DEOPS / SP - Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DIPC - Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

ECLE – Espaço Comum Luiz Estrela

FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FELUMA – Fundação Educacional Lucas Machado

FHEMIG – Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

FMC - Fundação Municipal de Cultura

ICOM – Conselho Internacional de Museus

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAC / Niterói – Museu de Arte Contemporânea de Niterói

MAM / RJ – Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

MASP – Museu de Arte de São Paulo

MINOM – Movimento Internacional da Nova Museologia

MOMA / NY – Museu de Arte Moderna de Nova York

MPMG – Ministério público de Minas Gerais

NACEIS – Núcleo de Ação Cultural, Educacional e de Inclusão Social

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais

TU – Teatro Universitário

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UMG – Universidade de Minas Gerais

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNP – Unidade Psicopedagógica

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 2: SOBRE A CULTURA DA MEMÓRIA NO CONTEMPORÂNEO	24
2.1 A expansão do campo da memória	24
2.2 Memória como memória coletiva	32
2.3 Os lugares de memória.....	36
2.4 Memória e esquecimento	40
2.5 Memórias em disputa: as memórias clandestinas e o silêncio	45
2.6 Transnacionalização das memórias: memórias traumáticas	50
CAPÍTULO 3: SOBRE MEMÓRIA, ESPAÇO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS	58
3.1 A memória e o espaço: o poder do meio material	58
3.2 Institucionalização da memória, o museu: conceitos e algumas considerações	68
3.3 Museus e memória do trauma	90
CAPÍTULO 4: LUGARES DE MEMÓRIA DO TRAUMA: ESTUDOS DE CASO EM BELO HORIZONTE	123
4.1 Memorial da Anistia Política do Brasil.....	123
4.1.1 O Colégio de Aplicação da FAFICH - UFMG como lugar de memória	125
4.2 Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais.....	140
4.2.1 O Departamento de Ordem Política e Social de Belo Horizonte como lugar de memória	142
4.3 Espaço Comum Luiz Estrela	154
4.3.1 O Antigo Hospital Militar como lugar de memória	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS.....	175
ANEXOS	183

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Sabe-se que através do discurso e práticas patrimoniais novos significados e sentidos têm sido atribuídos aos lugares nas cidades contemporâneas o que tem proporcionado além de uma dilatação temporal até um passado bem recente, uma ampliação dos valores relacionados ao patrimônio. Observa-se na contemporaneidade o uso da “cultura”, da memória e do passado, como estratégia de um marketing urbano, principalmente através de uma “patrimonialização” ou “museificação” das próprias cidades, de seus centros, monumentos ou edificações históricas, no que alguns autores denominam de culturalização ou museificação das cidades (HUYSEN, 2000; JEUDY, 2005) ¹.

Esta valorização do passado, da memória e do patrimônio das cidades tem sido uma característica comum observada desde o final do século XX. Ela reflete uma série de novas relações que se desenvolvem entre os grupos humanos e os conjuntos espaciais que lhes dão ancoragem no mundo. Materializada na paisagem, preservada em “instituições de memória” ou viva na cultura e no cotidiano dos lugares, esta valorização das cidades tem sido utilizada na preservação das tradições das sociedades, motivada por um sem número de questões identitárias, bem como na produção de conhecimento. Porém, este mesmo processo também têm resultado, primordialmente a serviço de interesses econômicos, na transformação das cidades em mercadoria, seja através do turismo, interesses imobiliários ou por políticas de revitalização urbana.

Neste contexto, entre as diversas reflexões sobre a cidade, ganha destaque, desde o final do século passado, os estudos que abordam a relação entre estes espaços e a temática da memória. É evidenciada uma valorização do passado na paisagem e nas chamadas instituições de memória, tradicionalmente nos museus, arquivos e bibliotecas. Conforme apontam alguns estudiosos, temos na contemporaneidade uma verdadeira onda memorialística em que se nota um crescimento na produção e difusão de diferentes tipos de narrativas de cunho memorial ou testemunhal, bem como a uma crescente proliferação de diversas instituições e lugares de memória.

¹ No sentido utilizado pelos autores, museificação diria respeito à transformação da própria cidade em museu, e musealização seria a proliferação de museus nas cidades contemporâneas.

Em meio a esta profusão de práticas e lugares memoriais destaco como de fundamental interesse para o presente estudo o surgimento, principalmente a partir de um discurso patrimonial, de novos espaços vinculados a memórias traumáticas, a dor e ao sofrimento. Este *boom* da memória como denominam Huyssen (2000) e Winter (2006), no que se refere a patrimonialização da dor e do sofrimento, tem talvez como seu exemplar maior a questão do Holocausto e a criação de espaços de memória relacionados. Na mesma direção outros acontecimentos tem despertado uma série de memórias e narrativas como, o período ditatorial nos países da América Latina, o Apartheid na África do Sul, o Onze de Setembro nos EUA, bem como uma gama de outros eventos a nível internacional, nacional ou local, como a transformação de antigos espaços de recolha e “tratamento” de doenças mentais em espaços de memória.

As iniciativas são variadas, assim como são diversos os grupos e movimentos que passam a reivindicar seus próprios lugares de memória. Da mesma forma verifica-se nestes projetos tanto a criação de novas construções, quanto a adaptação de antigas edificações, geralmente os locais que tiveram como palco os acontecimentos traumáticos em questão. Nesta direção no presente estudo caberia indagar como o espaço construído, portador dos rastros e vestígios destes acontecimentos, tem sido mobilizado na construção destes espaços de representação destas memórias? Podem-se vislumbrar diferentes respostas para esta pergunta a partir das diversificadas experiências de criação de espaços de memória. No entanto, tal questionamento se mostra ainda mais imperativo frente a crescente influência das práticas de mercantilização e marketing de que estas iniciativas tem sido alvo, características da atual fase do capitalismo avançado.

Nesta etapa do sistema capitalista em sua fase avançada ou tardia, observa-se uma mudança no campo da memória, em que este transitou do reino das narrativas para a esfera do marketing. Ao ser mobilizado por meio da criação de projetos de museus e espaços de memória, o espaço construído passou a ser integrado em um discurso patrimonial que produz novos espaços como lugares de memória. Incluem-se aqui aqueles que podem ser considerados como vinculados ao sofrimento: antigos hospitais, antigas prisões, locais relacionados a tragédias, a crimes, locais

relacionados à ditadura civil-militar no Brasil, entre diversos outros exemplos de acontecimentos traumáticos.

Por todo o globo, acontecimentos como o Holocausto, o Apartheid, e os períodos ditatoriais na América Latina, têm gerado uma obrigação de se prestar contas ao passado, principalmente através de uma necessidade de marcar a época com a criação de lugares de memória. Embora diversificadas, estas instituições comumente constituem-se com o intuito de que as gerações futuras conheçam e não permitam que violações com o mesmo cunho voltem a ocorrer, além de compor um dos eixos estruturantes da reparação moral às vítimas da violência de Estado outrora sofrida (KREUZ, 2014).

Geralmente tais lugares de memória surgem a partir de movimentos sociais e políticos, na defesa de suas memórias. Instituem-se para evitar o esquecimento, através da ação do Estado, muitas vezes em resposta às reivindicações das comunidades que defendem esses lugares como seus. No entanto, não é rara a ocorrência de desvios nestes processos. A apropriação de iniciativas exitosas e auto-organizadas pelo Estado com o passar do tempo, por exemplo, pode ocasionar algumas mudanças significativas nos rumos e significados destes lugares. Valorização, apropriação, usos turísticos e desapropriação são apenas algumas das consequências que podem decorrer destas ações.

Observa-se em alguns casos que junto à preservação de áreas históricas de forte importância cultural local, nota-se, dentre algumas destas propostas, a criação de grandes cenários para turistas. Muitas vezes, em detrimento de uma memória da cultura local. Tal memória pode perder-se, através da exclusão da própria população, que a princípio seria a responsável, portadora e guardiã das lembranças e das tradições culturais. Fator que é muitas vezes reforçado por um processo de gentrificação² (JACQUES, 2003). Percebe-se ainda a produção de espaços de memória, que se conformam em reprodutores das histórias oficiais, da afirmação de passados

² Processo de elitização do espaço, que pressupõe uma reapropriação residencial (por grupos de maior poder aquisitivo), o que, algumas vezes, demanda a desapropriação de antigos moradores, ocorrendo principalmente como decorrência de intervenções urbanas com vistas à “requalificação” do espaço. Com a ampliação das iniciativas de revitalização de centros urbanos, bem como dos estudos em torno do tema, ocorre um alargamento do sentido do termo que passa a se estender não só sob o aspecto residencial, mas também as questões comerciais e de fluxo de pessoas, sendo possível encontrar na literatura além da gentrificação residencial, gentrificação de consumo e de frequência.

míticos, narrativas hegemônicas e de um autoritarismo das camadas dominantes da sociedade.

Outra questão para se pensar estes processos na contemporaneidade é a constatação de que estas memórias ao serem “patrimonializadas” tendem a resultar na afirmação de uma narrativa única a respeito dos acontecimentos que referenciam, em detrimento de uma multivocalidade. Vozes alternativas sobre o passado são reprimidas. Inserem-se então na disputa entre o que deve ou não ser lembrado, podendo resultar por meio de sua mercantilização em um processo de banalização da memória.

A partir destes apontamentos observa-se que tanto agentes do Estado como os membros da sociedade civil se colocam, na construção de tais espaços, em um campo de disputas, de desejos e direito a memória. Onde se torna crucial entender que a circulação destas memórias pode ser tanto benéfica quanto destrutiva para as comunidades que as experienciaram em seus contextos específicos.

É nesta conjuntura que se desenvolvem atualmente no Brasil, projetos de implantação de instituições museais que tem como missão institucional preservar a memória de acontecimentos que se relacionam a episódios de dor, sofrimento e violações de direitos. Embora apresentem diferentes formas de articulação, estes museus ou centros de memória, têm prioritariamente se dedicado à rememoração de episódios relacionados à Ditadura Militar que foi instaurada no país a partir do golpe civil-militar em abril de 1964. As memórias de repressão, resistência, censura, tortura e desaparecimentos, que marcaram este período, têm emergido desde a abertura democrática que se efetiva de maneira gradual no país a partir de 1985 com o fim do regime.

De maneira contrastante com os demais países da América do Sul, no Brasil ainda são poucas as iniciativas que primam por construir uma memória pública sobre estes acontecimentos através da instituição de museus e memoriais. Este movimento têm se intensificado no contemporâneo, fruto de um contexto político favorável a estas discussões, principalmente com a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2012.

Verifica-se dentro das propostas engendradas a recorrência de uma reivindicação de antigos espaços relacionados às práticas de opressão ou de

resistência a este regime, como parte fundamental dos projetos. Seja como sede para implantação destes museus ou como espaços, que por sua materialidade, são utilizados dentro da narrativa museal como potencial recurso museográfico.

Mas não são apenas às memórias do regime militar que se observa a consagração de lugares de memória. Ainda que em uma escala bem reduzida, as memórias de outros episódios traumáticos têm se colocado em cena, com o objetivo de invadir o espaço público e abandonar a clandestinidade.

Outra política de Estado implementada no país também produziu dor, sofrimento e mortes. Trata-se das condições a que eram submetidos milhares de pessoas internadas nos Hospícios, Manicômios e Hospitais Psiquiátricos por todo o Brasil. As condições desumanas a que eram submetidos os internos, somadas as práticas de “tratamento” agressivas que foram praticadas por estas instituições, atravessaram grande parte do século XX. Apenas a partir da década de 1980 é que mudanças a este sistema começam a ser implantadas na medida em que ganha força os movimentos antimanicomiais e se inicia a reforma psiquiátrica.

Embora por diversas vezes e por meio de diferentes mídias, este período da história do país tenha ganhado publicidade, movimentos engajados na luta antimanicomial têm procurado construir espaços de memória sobre estes acontecimentos. Lugares que possam constituir uma política de memória sobre estes acontecimentos mais duradoura. Espaços não só para lutar contra o esquecimento, mas também para informar, inspirar e engajar as pessoas em uma luta pela melhoria nas condições de atendimento psiquiátrico e para o combate das formas de exclusão que tomam a loucura como objeto. Dentro destas propostas não é incomum encontrar a reivindicação dos antigos espaços de recolha e “tratamento” de internos, para se constituir como os espaços de implantação destes projetos.

É dentro deste contexto que na presente pesquisa foram selecionados como objeto de análise três projetos e propostas de implantação de instituições de memória que se desenvolvem na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Duas delas se relacionam com as narrativas sobre o período da Ditadura Militar. A primeira, o Memorial da Anistia Política do Brasil, trata-se de uma iniciativa de âmbito Federal que visa apresentar as memórias do período a partir de uma perspectiva das vítimas do regime.

O Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais, por sua vez é uma iniciativa de âmbito estadual, que se destaca pelo pioneirismo de sua idealização no final do séc. XX, mas que, no entanto, devido a embates e disputas ainda luta por sua implantação.

Por fim o Espaço Comum Luiz Estrela, resultado de uma ocupação cultural realizada por grupos ligados a diferentes movimentos sociais da cidade. Entre a pluralidade de sua pauta, objetiva implantar um Centro de Memória que lide com as narrativas do período em que o prédio que ocupam abrigou um dos Hospitais Psiquiátricos de referência em Belo Horizonte.

Embora diversificadas, as três iniciativas se tocam em mais de um ponto. Todas lidam com memórias de acontecimentos traumáticos, relacionados a memórias de dor e sofrimento, que por muito tempo foram legadas a clandestinidade. As três têm nas edificações que se propõe a ocupar, um importante recurso dentro do discurso e das narrativas que colocam em evidência. Todas elas são projetos ainda em desenvolvimento e em fase de implantação.

No desenvolvimento do presente trabalho de pesquisa e de forma a alcançar os objetivos elencados anteriormente propõe-se um trabalho de investigação dividido em três momentos. Em um primeiro momento são levantados por meio de revisão bibliográfica, os principais conceitos necessários à análise do objeto de estudo. Em seguida, em um segundo momento, realiza-se um levantamento de dados a partir de investigação e observações sobre outros espaços de memória, que dialogam com a proposta aqui elencada. Por fim no último momento, se efetivam os estudos de caso propriamente ditos. Desta forma no desenvolvimento do percurso argumentativo desta pesquisa pretende-se neste primeiro capítulo introdutório estabelecer uma apresentação da temática e das problemáticas abordadas, bem como a estrutura central dos capítulos seguintes.

No segundo capítulo é traçada uma revisão teórica a respeito de alguns dos principais conceitos que giram em torno das políticas da memória contemporâneas. Com este propósito traz-se para a discussão contribuições de alguns dos principais teóricos do campo da memória. Parte-se da teoria sociológica de Maurice Halbwachs (1990), passa-se por noções como a de lugares de memória de Pierre Nora (1993) e conclui-se com as reflexões sobre a cultura da memória na atualidade conforme os

apontamentos do historiador e crítico literário Andreas Huyssen (2014). Os momentos iniciais do capítulo têm como finalidade destacar o percurso do processo que estabelece o discurso da memória, como um dos temas chaves das reflexões contemporâneas. Trata-se da expansão do campo da memória a partir das perspectivas de Winter (2006), Huyssen (1997; 2000; 2014), Nora (1993) Le Goff (1990), entre outros autores. Em seguida são discutidas algumas das problemáticas que envolvem os debates sobre a memória, entre as quais se destaca a interface deste campo com a temática do patrimônio conforme as perspectivas de Choay (2001; 2011) e Jeudy (2005). A dualidade memória/história através das contribuições de Paul Ricoeur (2007), na dinâmica que envolve a memória e a escrita da história, a questão do dever de memória, usos e abusos do esquecimento, e Michael Pollak (1989), que soma ao esquecimento, o silêncio como variável neste campo de conflitos e disputas, que apresenta o potencial de subverter a lógica imposta por uma memória oficial coletiva. São tratadas também as abordagens que se aproximam da exploração mercadológica que a atual fase do capitalismo avançado, faz do campo da memória nas cidades e sociedades contemporâneas. Por fim, neste capítulo é apresentado o delineamento de um discurso e de uma política da memória que se desenvolve de maneira transnacional, especialmente relacionado à memória traumática. São abordadas a proliferação de espaços memoriais e as questões contemporâneas que envolvem o uso do espaço construído na conformação destes lugares, ancorado principalmente nas reflexões de Huyssen (2000; 2014) e Jeudy (2005).

O terceiro capítulo aborda uma discussão sobre a memória e sua espacialização. Inicialmente através do apontamento da importância fundamental do relacionamento entre memória e espaço, objetiva-se analisar de que maneira o espaço construído tem sido utilizado em diferentes iniciativas de construção de lugares de memória. Investigam-se os entrecruzamentos entre memória e espaço a partir da percepção do espaço construído como meio material que circunda a esfera do humano. São enfatizadas as potencialidades do espaço como referência e suporte para as práticas da memória. Retomam-se as perspectivas de Halbwachs (1990), Ricoeur (2007) e Pollak (1989) e somam-se à argumentação as ponderações de autores dos campos da arquitetura, memória, patrimônio, museus e museologia. Neste sentido tornam-se basilares as contribuições de Carsalade (2014), Kiefer (2001), Meneses

(1998), Bittencourt (2009), Mattos (2010), Castro (2002), entre outros autores que trazem reflexões no campo da arquitetura e das instituições de memória.

Trata em seguida da institucionalização da memória a partir da trajetória dos museus. São destacadas as relações das instituições museais com os edifícios que ocupam, bem como com o território e meio no qual estão inseridas. Analisam-se diferentes casos em que as edificações apresentam um papel central como testemunho e recurso museográfico. Evidenciam-se as possibilidades de abordagem do espaço construído como documento no estabelecimento das diferentes narrativas. Por fim estabelece foco por sobre a criação de museus que tem como missão o tratamento de memórias relacionadas a memórias traumáticas, períodos históricos de opressão, violação de direitos humanos e violência de Estado. Nesta direção se destaca a proliferação de espaços de memória que se constituem como instrumentos de reparação moral por episódios de violação de direitos humanos. Delineia-se a partir destes diferentes projetos algumas das problemáticas apresentadas no desenvolvimento destas iniciativas. Nesta abordagem destacam-se as contribuições de Carter (2013), Jeudy (2005), Huyssen (2014), Zarankin (2008), entre outras perspectivas, na compreensão das instituições museais que lidam com as memórias do trauma.

A partir dos questionamentos e das discussões estabelecidas nos capítulos anteriores passa-se no capítulo quatro a análise dos projetos elencados como estudos de caso. É realizada uma contextualização histórica e espacial dos três projetos, Espaço Comum Luiz Estrela, Memorial da Anistia e Memorial dos Direitos Humanos, propostas que como já mencionado, se desenvolvem atualmente no território da cidade de Belo Horizonte. São exploradas, a trajetória dos edifícios, seus sucessivos usos e ocupações ao longo do tempo, bem como suas características e singularidades. Destacam-se fundamentalmente os espaços identificados como potenciais suportes de memórias relacionadas a episódios de violência e violação de direitos humanos. Analisa-se contextualmente a relação da possível produção de um espaço memorial nestes locais com a memória traumática que estes espaços referenciam a partir da mobilização do espaço construído.

Desta forma pretende-se atingir o principal objetivo deste trabalho que é o de discutir processos de patrimonialização de memórias traumáticas, da dor e do

sofrimento. De maneira específica processos que envolvam a mobilização da arquitetura dos espaços relacionados na produção de projetos memoriais que possibilitem evidenciar uma pluralidade e diversidade de vozes sobre estes acontecimentos. Como o espaço construído, enquanto portador dos rastros e vestígios que permitem a (re) construção destas memórias, pode ser mobilizado junto aos grupos responsáveis na criação de espaços de sua representação? E como propiciar que estes espaços se desenvolvam como lugares que permitam a discussão destas memórias, não se configurando apenas como um suporte para elas?

CAPÍTULO 2 – SOBRE A CULTURA DA MEMÓRIA NO CONTEMPORÂNEO

Este capítulo intenciona definir algumas das noções fundamentais para o desenvolvimento do presente estudo. A partir deste marco inicial são trabalhadas questões que envolvem o conceito de memória na contemporaneidade e alguns de seus conceitos correlatos. São evidenciados alguns pontos e tensões que cada um destes conceitos circunscreve, para posteriormente analisá-los frente aos estudos de caso propostos.

Neste intuito mobilizam-se alguns autores que apresentam reflexões no campo da memória, da arquitetura, do urbanismo, sociologia e etnografia urbana, entre outras esferas do conhecimento que se debruçam sobre a memória e suas relações com a sociedade contemporânea, principalmente em relação à produção do espaço construído como lugar de memória.

2.1 A EXPANSÃO DO CAMPO DA MEMÓRIA

Nas últimas décadas diversos autores têm nos apontado a emergência da memória como uma das preocupações centrais das sociedades contemporâneas (HUYSEN, 1997, 2000, 2014; JEUDY, 2005; WINTER, 2006). Tal obsessão contemporânea com a memória nasce de uma multiplicidade de fatores e desenvolvimentos sociais, culturais, econômicos, políticos e técnicos que se entrecruzam.

Uma das vias possíveis de entendimento para a posição central ocupada por este discurso sobre a memória e a consequente valorização do passado na atualidade, está diretamente relacionada com o fracasso, ou com o não cumprimento das utopias do século XX. Os acontecimentos do século passado minaram a fé ilimitada no porvir, mentalidade intimamente ligada à ideologia de progresso e modernização impulsionada desde o Iluminismo. Apesar dos avanços técnicos e científicos da humanidade, permaneceram os horrores das guerras, os massacres, genocídios, a fome, crises ecológicas de escala planetária, entre outros acontecimentos, que ofuscaram o projeto de construção de uma sociedade nova e mais justa (LE GOFF, 1990).

Diante das incertezas e angústias que caracterizam momentos de transição, aspecto do atual cenário multifacetado da contemporaneidade, não é de se

estranhar que as sociedades que estejam em meio a esse turbilhão reorientem suas visões de mundo, vivendo mais o presente, com desconfiança sobre aquilo que o futuro lhes reserva e revalorizem suas construções de tempos passados (ABREU, 1998).

Conforme Huyssen:

O grande mar de mudanças históricas de 1989 [...], nos deixou com poucas projeções para o futuro. A vitória ocidental na Guerra Fria não suscitou uma exuberância que se sustentasse por muito tempo, e certamente não produziu muita imaginação política a respeito de como visualizar o próximo século. Ao contrário, o movimento iminente em direção ao ano 2000, que apenas 25 anos atrás incendiava a imaginação dos futurologistas dos Estados Unidos, enche poucos de nós de confiança tanto no que se refere ao que futuro nos reserva ou, pelo menos se o passado será lembrado. As catástrofes que assolaram Los Angeles, a metrópole pós-moderna *par excellence*, e os mundos ficcionais tais como *Blade Runner* ou *Total Recall*, sugerem mais sobre as maneiras pelas quais a cultura americana imagina seu futuro e suas memórias do que as projeções políticas sobre uma nova ordem mundial ou uma parceria de paz (1997, p. 13).

Este fenômeno de retorno ao passado contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro que se destacava como característica marcante das primeiras décadas da modernidade no século XX. Dos mitos apocalípticos acerca dos radicais avanços tecnológicos e do imperativo de um “novo homem” na Europa por meio dos fantasmas da purificação social do Socialismo Nacional e do Stalinismo, ao paradigma americano de modernização após a Segunda Guerra Mundial, a cultura modernista foi construída pelo que passou a ser denominado de “futuros presentes”. No entanto, desde a década de 1970, uma série de acontecimentos provocou uma mudança de foco que se desloca dos futuros presentes para os “passados presentes”, no sentido de que o desejo por narrativas do passado, recriações, releituras e reproduções, passa a se mostrar presente em todos os âmbitos culturais (HUYSEN, 2003).

Dentro deste contexto a memória emerge como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades do ocidente. Tal fenômeno resultou no surgimento, já na década de 1980 do discurso da memória como um grande foco de pesquisas, estudos políticos e culturais transnacionais. Principalmente através da reedição da teoria sociológica da memória de Maurice Halbwachs e com a noção de lugares de memória, de Pierre Nora.

Na medida em que a humanidade se aproximava do fim do século XX, portanto do fim do milênio, os olhares se voltavam para trás com mais frequência, numa tentativa de armazenar dados e de se situar no curso do tempo. Neste sentido esta posição de destaque dada a política da memória no contemporâneo foi também amplamente acelerada com os consequentes desenvolvimentos nas tecnologias da informação. Desde os anos de 1960 e 1970, bancos de dados audiovisuais, cada vez mais baseados em computadores, passam a ser capazes de preservar vozes e imagens, conferindo notável importância a categoria de “testemunha” principalmente quando ligadas a narrativas de opressão. Cada vez mais pessoas passam a ter contato com estas histórias especialmente com a introdução comercial da internet a partir de meados da década de 1990.

Desta maneira, enquanto as memórias das gerações anteriores começavam a desaparecer e as últimas décadas do século passado se tornavam história, o olhar retrospectivo, e as lembranças legadas às novas gerações tinham de se confrontar com problemas difíceis de representação em relação com suas temporalidades e a memória. Seja através da linguagem, imagens, gravações de som ou narrativas, toda forma de representação está baseada na memória. A Representação sempre viria depois, desta forma, o passado tem de ser articulado para se transformar em memória. Neste sentido deve se esclarecer que o “*status* temporal de qualquer ato da memória é sempre o presente e não, como certa epistemologia ingênua pensa, o próprio passado, mesmo que toda memória, num sentido inerradicável (sic), seja dependente de algum acontecimento passado, ou de alguma experiência” (HUYSEN, 1997, p.14).

De forma paralela o historiador da memória Pierre Nora apontou para a aceleração dos ritmos de transformação dos processos históricos, como um fator que legou à memória e seus suportes, uma importância cada vez mais destacada. Segundo Nora (1993) nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa. Não somente pelo volume material que as sociedades produzem, tão pouco pelos novos meios técnicos de reprodução e conservação de que passamos a dispor, mas sim pela superstição e pelo respeito ao vestígio.

À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que

foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. O sagrado investiu-se no vestígio que é sua negação (NORA, 1993, p.15).

Haveria então uma inibição em torno do que destruir, e um esforço para a constituição de tudo em arquivos. Este receio de que o passado estaria se perdendo, por meio do desaparecimento dos mecanismos tradicionais da memória faz com que consequentemente se expandam as formas de preservação da memória por meio de registros, artefatos e documentos. Promove-se uma “dilatação indiferenciada do campo do memorável, o inchaço hipertrófico da função da memória, ligada ao próprio sentimento de sua perda e o reforço correlato de todas as instituições de memória” (NORA, 1993, p.15).

Outra condição basilar para a compreensão da ascensão da memória como uma categoria central desde o fim do século passado se evidencia no fato de que a criação e a disseminação de narrativas sobre o passado surgem de e expressam políticas de identidade. Tais políticas de identidade podem ser utilizadas por agentes de governo no sentido de constituição de um Estado, legitimando narrativas nacionais como, por exemplo, numa resposta direta aos perigos percebidos pela globalização na conformação de identidades coletivas. No entanto, embora não tenha desaparecido, a retórica nacionalista passa a dividir espaço com outras formas de identidades coletivas. Muitos grupos étnicos, diferentes movimentos e diversas “minorias” têm exigido seu direito de construção de suas próprias histórias, seus próprios passados (WINTER, 2006).

Nesta mesma esteira nota-se que nas décadas finais do século XX, se acentuam críticas às instituições de memória, por movimentos que objetivavam uma democratização a cultura. Movimentos estes que encontrarão terreno fértil:

A descolonização africana, os movimentos de negros pelos direitos civis nos E.U.A., a descrença nas instituições educativas e culturais do ocidente, a luta pela afirmação dos direitos de minorias, configuraram um cenário propício a mudanças na política cultural. (JULIÃO, 2006, p.27)

As instituições de memória, notadamente, os arquivos, bibliotecas e principalmente os museus, iniciam um processo de reformulação de suas estruturas. Procuram compatibilizar suas atividades com as novas demandas da sociedade. Neste sentido tais instituições deixam de ser espaços consagrados exclusivamente à cultura

das elites, aos fatos e personagens excepcionais da história e começam a incorporar as questões relativas a vida cotidiana das comunidades, as lutas pela preservação do meio ambiente e a memória de grupos sociais específicos (JULIÃO, 2006). A categoria de memória coletiva passa a não mais se esgotar em um conjunto de histórias formadas sobre ou pelo Estado.

De maneira análoga às mudanças ocorridas nas instituições de memória em decorrência dos movimentos de democratização cultural, contribui, sobremaneira, para um destaque cada vez maior das políticas de memória, a expansão do campo do patrimônio, incluindo aí o alargamento de seu conceito. A demanda de diferentes grupos pela preservação dos testemunhos de sua história, somada a inclusão no conjunto dos objetos considerados como de interesse para preservação, dos testemunhos da era industrial, ocasiona uma expansão tipológica para o conceito de patrimônio. Tal expansão patrimonial faz com que museus e demais instituições de memória incluam objetos pertencentes a um passado cada vez mais próximo do presente. Resulta, nas palavras de Choay (2001), numa espécie de “complexo de Noé” no qual se parece pretender abarcar a totalidade da realidade humana em uma arca patrimonial. A questão principal nesta direção passa a ser a de pensar como estas instituições podem incorporar essa tendência à expansão do patrimônio, sem que isso resulte, no entanto, em uma banalização da memória.

Ao mesmo tempo em que a categoria da memória e as narrativas de cunho memorial são utilizadas em projetos que primam por uma valorização das características históricas, geográficas e culturais que dão identidade aos lugares, em estudos que pregam uma restauração, preservação e revalorização dos mais diversos vestígios do passado. Observa-se também seu emprego no estabelecimento da exploração de uma nostalgia pelo passado, gerando uma obsessão pela preservação urbana, pelas recriações e modas retro como objetos de consumo.

Neste sentido, são diversos também os estudos que apontam para uma crítica a uma “patrimonialização” ou “museificação” das próprias cidades, de seus centros ou monumentos históricos, no que alguns autores denominam de “culturalização” ou “musealização” das cidades (HUYSEN, 2000). O objetivo seria utilizar de um discurso da memória e do patrimônio para uma efetiva inclusão das

metrópoles na competitiva rede global de cidades ditas culturais ou turísticas, através da promoção e venda de uma imagem da cidade como uma mercadoria (JEUDY, 2005). Tais estratégias são acionadas em uma cultura que alia mercadorias e memória na fase do capitalismo avançado, levando, por exemplo, o novo a ter uma aparência envelhecida, o que torna cada vez mais difícil reconhecer aquilo que é genuinamente antigo nesta nova cultura de preservação e restauração (HUYSEN, 2014).

Ao abordar as questões que envolvem o campo da memória e do patrimônio em relação com o ambiente construído das sociedades humanas verifica-se que o vocábulo “patrimônio” torna-se uma palavra-chave de nossa sociedade mundializada. Veiculada pelas instâncias supranacionais e nacionais, administrações gestoras e profissionais do espaço, mas também pelas diversas indústrias patrimoniais, tais como agências de viagem e todos os tipos de mídias que manipulam as populações de nosso globo (CHOAY, 2011).

Identifica-se na atualidade uma metamorfose do valor de uso da memória e do patrimônio em valor econômico, graças ao que passa a ser definido como “engenharia cultural”. Esta engenharia cultural se caracteriza como um “vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros e mediadores culturais” (CHOAY, 2001, p.211). Tal empreendimento apresenta como finalidade a exploração por todos os meios, dos monumentos, dos museus e dos lugares de memória, a fim de multiplicar exponencialmente o número de visitantes.

Expressado por vezes pelo neologismo “museificação” no contexto de processos de patrimonialização, este termo carrega geralmente uma ideia pejorativa de “petrificação” ou ainda “mumificação” de um lugar, que pode resultar destes processos. Encontra-se na literatura corrente que traça críticas à ideia da musealização principalmente quando aplicada a uma noção de musealização do mundo.

A Patrimonialização, assim, configurou-se como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da Preservação. Conservação a ser praticada por instância tutelar, portanto, dotada de responsabilidade (competência) para custodiar os bens. E conservar, conceito que sustenta o Patrimônio, consiste em proteger o bem de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com intuito não só de mantê-lo no presente, como de

permitir sua existência no futuro, ou seja, preservar (LIMA, 2012, p.34).

No contexto de uma reflexão sobre os processos de patrimonialização tal acepção da palavra se apresenta constantemente em estudos que abordam a questão urbana, principalmente nos que tratam das políticas de reconversão, reforma ou ainda “revitalização” urbana. Fundamentalmente quando estes abordam os vínculos entre memória, cidade e patrimônio em suas relações com a competitividade, consumo e marketing urbano. Tais estudos apontam para uma crescente “museificação” do espaço urbano com a aspiração de algumas cidades a transformarem a si mesmas em museus. Ao se tornar o principal alvo das ações patrimoniais a cidade passou a sofrer intervenções constantes, que objetivam sua restauração permanente ou ainda uma estetização urbana, que a transformaria assim em museu de si mesma (JEUDY, 2005).

Este movimento patrimonialista, somado ao discurso da memória teria sido impulsionado globalmente como uma resposta a um processo de urbanização veloz, que implicaria em uma “descaracterização das cidades”, e relaciona-se de forma paralela com as devastações ocorridas na Europa em virtude da Segunda Grande Guerra Mundial (LIMA, 2012). O historiador Jay Winter nos aponta que outra pré-condição importante para este *boom da memória* têm sido, no ocidente, a abundância. Para o autor o aumento real de renda e o aumento dos gastos com educação desde o final da Segunda Grande Guerra ajudaram a produzir uma grande demanda por bens culturais.

Nos anos 90 havia uma população de pessoas de nível universitário muito maior do que antes. Sua demanda por produtos culturais de diversas espécies era evidente. O que poderia ser descrito como indústria da cultura estava numa posição ideal para um crescimento massivo. O mercado estava lá; a população-alvo para produtos culturais estava lá; e depois de duas décadas de retração, o suporte do Estado para a Herança ou *le patrimoine* estava lá, com um grau maior ou menor de generosidade (WINTER, 2006, p.77).

Estabelecer uma preocupação com a memória passa a ser ao mesmo tempo uma questão de disponibilidade financeira e tempo livre. A abundância ajudou a transformar a identidade em uma mercadoria a ser consumida por todo mundo, em seu cada vez mais amplo, tempo livre. O “negócio da memória” vingou, na medida em

que temos hoje um enorme consumo do passado em filmes, livros e artigos, seja na internet ou na televisão (WINTER, 2006).

Historicamente, a partir da década de 70 do século XX, houve uma reestruturação de grandes centros urbanos, tanto nas cidades europeias, quanto nos Estados Unidos. Recriam-se empreendimentos patrimoniais e de maneira a dar visibilidade a heranças nacionais, uma “onda da nova arquitetura de museus”, juntamente com uma comercialização em massa da nostalgia, provoca uma atitude, quase viciada, de musealização baseada numa premissa de consumo. O que significa dizer que o passado vende mais do que o futuro (HUYSEN, 2000).

Como dizem os críticos da indústria da cultura, qualquer passado pode ser usado transformado em mercadoria, distorcido, comercializado, reelaborado, deslocado, indiciado, processado, julgado e, é claro, esquecido. Mas até o discurso do esquecimento, como mostraram a sociologia e a psicologia, ainda contém vestígios e restos do passado. As indústrias da cultura e herança criam roupas e móveis retro, restaurações, refilmagens e mercados de recompra – termos de nosso vocabulário que substituíram, todos eles, a celebração do novo, do vanguardista, do revolucionário, da promessa de futuros alternativos (HUYSEN, 2014, p.177).

Neste sentido a própria memória pode, como visto anteriormente, tornar-se uma mercadoria a ser colocada em circulação por uma indústria voraz da cultura. As “próprias práticas comemorativas podem participar dos processos destemporalizantes (sic) do consumo instantâneo, da produção do lixo e do esquecimento, que marcam nossa cultura” (HUYSEN, 2014, p.140). No entanto, em uma época em que os atuais imaginários do futuro sofrem de uma confiança anêmica, os discursos sobre a memória continuam marcando forte presença no cenário contemporâneo.

Na medida em que as energias utópicas da modernidade clássica foram enfraquecendo, nas três últimas décadas, o passado se estabeleceu firmemente como uma âncora temporal na cultura popular das sociedades ocidentais. A cultura da memória triunfou sobre o presente e bloqueou qualquer imaginação de futuros alternativos. As projeções da política transformativa minguaram a tal ponto que as lembranças do passado vieram a ocupar um espaço cada vez maior nos debates públicos (HUYSEN, 2014, p.177).

Ao ser analisada como parte de um debate público em que as narrativas do passado se decantam em argumentos mobilizados dentro das disputas pelo poder, a memória pode ser utilizada pelo Estado principalmente através de um discurso

comemorativo da nação. A mesma pode ser empregada também, na produção de “contradiscursos” da memória por “minorias”, com a potencialidade de desconstruir narrativas históricas dominantes. Ademais, cabe notar que a memória apresenta-se como importante vetor de transmissão das histórias familiares, capaz de posicioná-las em narrativas maiores, universais. Ela apresenta a potencialidade de estabelecer vínculos contemporâneos entre as gerações, seja no laço afetivo de toda uma geração de jovens e seus avós, ou na difícil tarefa de se confrontar o que passamos a chamar de memórias traumáticas.

A partir deste *Boom da memória* que se desenvolve como um reflexo de uma matriz complexa e de interpenetração de fatores verifica-se no contemporâneo a centralidade e a ressonância do termo memória inclusive fora dos contextos acadêmicos. Através desta contextualização intencionou-se o exercício de uma visão simultânea sobre as diversas facetas envolvidas nas práticas discursivas da memória de maneira a articular nossa reflexão sobre a questão. No entanto, para os fins do presente trabalho de investigação, faz-se necessário evidenciar a partir de que chaves interpretativas serão abordadas o conceito de memória e algumas das problemáticas e conceitos correlatos que ela evidencia.

2.2 MEMÓRIA COMO MEMÓRIA COLETIVA

O conceito de memória evoca interesses multidisciplinares, ele é estudado por disciplinas diversas, como Psicologia, Filosofia, Sociologia, História, Museologia, entre outras. Este é fundamentalmente inter ou transdisciplinar na medida em que possui diferentes definições de acordo com as distintas intencionalidades de cada campo do conhecimento que o utilizou ao longo da história, portanto se faz necessário ponderar a existência de diferentes enfoques sobre a questão da memória.

A memória pode se apresentar como reminiscências do passado, que afloram no pensamento de cada um, no momento presente; ou ainda, como a capacidade de armazenar dados ou informações referentes a fatos vividos no passado (LEAL, 2011). O historiador Jacques Le Goff (1990) remete, em primeiro lugar, o conceito de memória a um fenômeno individual e psicológico, que possibilitaria ao homem a atualização de impressões ou informações passadas. Em um de seus trabalhos seminais a pesquisadora Ecléa Bosi (1994) apresenta a memória atribuindo a

ela uma função decisiva em nosso processo psicológico total. Por meio da memória é que se dá a relação de um corpo presente com o passado, ao mesmo tempo em que esta interfere em nosso processo “atual” das representações. Em uma abordagem subjetiva a memória teria uma função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo. No entanto, assim como foi para Bosi, para além das abordagens “psicologizantes” da memória, o que nos interessa discutir neste trabalho, é o tratamento da memória como fenômeno social.

Em paralelo a elevação da política da memória como uma preocupação central das sociedades, o campo da memória também emerge como centralidade de algumas teorias e discussões em trabalhos acadêmicos. Nesta direção, ganha novo impulso principalmente a teoria sociológica de Maurice Halbwachs e sua conceituação de memória coletiva. Para o autor a memória de um indivíduo depende de seu relacionamento com a família, com a classe social, com as instituições de ensino, instituições religiosas, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e de referência peculiares a este indivíduo.

A memória coletiva não seria apenas a agregação de memórias individuais, subjetivas, ela é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. As memórias de um indivíduo nunca são apenas suas uma vez que nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade. “Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. E porque, em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1990,p.26). Portanto, mesmo que aparentemente particular, a memória remete a um grupo; o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre em interação na sociedade. A maneira em que este interpreta, absorve e relembra os acontecimentos estará sempre influenciada pelo sistema de representações, hábitos e relações sociais referentes aos grupos, quadros ou contextos sociais aos quais os indivíduos estão imersos.

Assim a memória possui um caráter essencialmente familiar, grupal, social e que seria por meio de seus referentes sociais que se constituiria nossa capacidade de lembrar:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 1990, p.51).

Desta forma afirma-se que o indivíduo que lembra é sempre inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre um trabalho do sujeito. O modo de lembrar é tanto individual quanto social, pois o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária. “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p.411).

Neste ponto toca-se em uma questão crucial para a teoria sociológica da memória, a memória é trabalho. Lembrar não seria reviver, no sentido de que se resgata um passado conservado “tal como foi”. Mas sim um trabalho de (re) construção, baseado no presente. Retoma-se aqui conforme enunciado anteriormente a afirmação de Huyssen (1997) que nos lembra de que o status temporal de todo ato de memória é o presente. Desta maneira:

[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nosso juízo de realidade e valor. O simples fato de lembrar o passado, *no presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994, p.55).

A memória como fenômeno coletivo desenvolve-se então de acordo com suas próprias regras e seria uma corrente de pensamento contínuo na medida em que

retém do passado somente aquilo que está ainda vivo na consciência de um grupo. Desta maneira ela está em constante transformação na medida em que os grupos que guardam as lembranças também se transformam, portanto acontecimentos e figuras são esquecidos e/ou lembrados na medida em que estes grupos desaparecem ou se renovam.

Enquanto uma lembrança subsiste seria inútil fixá-la, pois a memória coletiva é uma memória viva. Quando o que se quer lembrar se torna distante no passado, quando a memória social se apaga, se decompõe ou se dispersa entre espíritos individuais, pelos quais as novas sociedades não se interessam mais, a memória coletiva tende a se transformar em memória histórica. Entende-se por memória histórica³ aquelas memórias que passam a ser registradas, geralmente fixadas por escrito em uma narrativa, na tentativa de serem eternizadas (HALBWACHS, 1990).

Nos tempos atuais reconhecem-se algumas problemáticas ao conceito de memória coletiva conforme estabelecido por Halbwachs, principalmente ligadas ao fato de que o mesmo nos sugere formações relativamente estáveis de memórias sociais. A memória coletiva seria responsável por garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros, sendo, portanto, incapaz de lidar com a realidade das práticas atuais da memória, conflitantes e fragmentadas (HUYSEN, 2014).

No entanto, é reconhecida a importância seminal do autor para as reflexões no campo da memória a partir da inauguração de uma reflexão que ultrapassa os aspectos individualizantes e subjetivos da memória, em que se admitem seus processos como dinâmicos. Em defesa de Halbwachs cabe citar suas palavras introdutórias no volume de *A Memória Coletiva*, “Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar” (HALBWACHS, 1990, p.25). Antes de estabelecer uma reflexão sobre estes aspectos contemporâneos e conflituosos da memória, cabe traçar uma reflexão sobre outra definição que ganha expressão a partir da centralidade que o

³ Cabe aqui o apontamento de que embora se utilize do termo na composição de sua obra Halbwachs registra que não concorda com este, a partir do estabelecimento de uma oposição radical entre os dois. “De tudo o que foi dito anteriormente se conclui que a memória coletiva não se confunde com a história, e que a expressão ‘memória histórica’ não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto” (1990, p.80).

conceito de memória adquire a partir da década de 1980, a noção de Lugar de Memória de Pierre Nora.

2.3 OS LUGARES DE MEMÓRIA

Conforme Milton Santos (1994) o lugar seria o *locus* do intersubjetivo, do coletivo. É a extensão do acontecer solidário, em que se entende por solidariedade a obrigação de se viver junto. Desta forma na construção da memória de um lugar deve-se levar em conta um processo de memória compartilhada, a memória solidária, portanto uma memória que diga respeito a um grupo ou coletividade, nesta direção, conforme visto anteriormente, uma memória coletiva.

Com vistas a empreender uma reflexão sobre a relação entre os lugares e a categoria da memória, se tornam imprescindíveis as contribuições do historiador francês Pierre Nora. Entre os anos de 1984 e 1992, este realizou um empreendimento intelectual e editorial no qual, em conjunto com as contribuições de diversos outros intelectuais, realiza um trabalho de reflexão coletiva sobre a memória nacional francesa. O projeto, publicado originalmente em sete volumes, foi batizado de *Les Lieux de Mémoire*⁴.

O intuito dessa investigação é trazer uma reflexão sobre a noção de lugar de memória, que se constitui na espinha dorsal do projeto de Nora. Busca-se compreender em que medida tal noção pode apontar aspectos cruciais em nossa reflexão sobre o uso do espaço construído na produção de lugares de memória, visto que a mesma foi constantemente apropriada em diferentes contextos e acepções.

Em decorrência do apogeu dos processos de industrialização e dos fenômenos de “mundialização”, democratização, massificação e “mediatização”, observa-se um sintomático desaparecimento das culturas tradicionais, consideradas como repositórios de memória por excelência. Este fenômeno identificado como processo de “aceleração da história”, efetua-se como uma ruptura de equilíbrio que resulta em uma crescente preocupação pelo passado histórico e numa sensação generalizada de que não haveria mais memória espontânea. Por estas operações não

⁴ O plano geral da obra *Le Lieux de Mémoire*, se divide em três partes, *La République* (1984), *La Nation* (1986) e *Les France* (1993) que por sua vez se distribuem nos sete volumes totais do projeto. Participaram de sua construção cerca de 130 historiadores oriundos dos mais diversos centros de pesquisa, universidades e museus franceses.

ocorrerem de maneira natural se faz necessária a criação de arquivos, comemorações, celebrações, museus, enfim, lugares de memória para preservá-las (NORA, 1993).

Conforme Nora (1993), a memória é a vida, sempre aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Porque afetiva e mágica, a memória não se acomodaria a detalhes que a confortam, se alimentando de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A memória emerge de um grupo, o que significa dizer que há tantas memórias quantos grupos existem, sendo ela então, por natureza, múltipla, desacelerada, coletiva, plural e individualizada.

Já a história, uma reconstrução problemática e incompleta do que já não mais existe. Representação do passado, operação intelectual e laicizante, que demanda análise e discurso crítico, com vocação para o universal. Para a história a memória é sempre suspeita, porque vulnerável a todos os usos e manipulações. Sua verdadeira missão seria a de deslegitimar o passado vivido. “No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea” (NORA, 1993, p.9).

Desta forma muito do “que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história” (NORA, 1993, p.14). A memória verdadeira estaria, abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, portanto fadadas ao esquecimento junto aos grupos tradicionais, vítimas da “aceleração da história”. Neste sentido, tais memórias são preservadas por meio de sua passagem em história, transformadas em sua materialização, através de diferentes registros, em uma memória arquivística. Quanto menos a memória é vivida no interior das práticas cotidianas, mais ela apresenta a necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis para sua preservação. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p.8).

Os lugares de memória são então os lugares onde a memória se cristaliza e se refugia, lugares de ancoragem da memória, lugares salvos de uma memória que não mais vivenciamos:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação [...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, 12-13).

Os lugares de memória se fazem pela experiência, pelos restos, resíduos e ruínas daqueles que vivem o lugar e pela preocupação em perpetuar uma memória que é viva, mas crê-se no seu desaparecimento, daí a necessidade de espaços capazes de reavivar essas memórias. Na conformação dos lugares de memória se faz necessário observar simultaneamente três aspectos ou dimensões. São elas as dimensões, material, simbólicas e funcionais que se diferem somente quanto ao grau de evidência, sendo necessário para a constituição dos Lugares de memória que os três aspectos coexistam sempre (NORA, 1993).

Desta forma é preciso deixar claro que a noção de lugar de memória se estende para além da materialidade e monumentalidade. Esta abarca registros, artefatos diversos, eventos e comemorações. Dialoga então com o que viríamos a conhecer na atualidade como os aspectos, materiais e imateriais da categoria de patrimônio. Grande parte destes registros e documentos são preservados nas instituições de memória e compõem os instrumentos pelos quais podemos contextualizar os testemunhos do passado que restaram na paisagem. Neste sentido, as memórias coletivas se eternizariam muito mais em registros e documentos do que nas formas materiais da paisagem (ABREU, 1998, p.85).

Outro aspecto fundamental da noção de lugar de memória é o fato de que os mesmos são constituídos por meio de “um jogo da memória e da história”, pois se originam a partir desta interação entre o esquecimento das memórias e a necessidade de sua preservação, que se efetiva por meio de seu registro histórico. Desta maneira, para se constituírem como Lugares de memória, se faz indispensável que haja inicialmente uma intencionalidade de memória ou “vontade de memória” (NORA, 1993, p.22).

Portanto, um lugar de memória não seria meramente um lugar “digno de lembrança”. Não sendo possível detectar ou rastrear os investimentos humanos que, ao longo do tempo, buscaram estabilizar significados para esses “lugares” (entendidos como lugares da memória da nação), ou concluindo-se que deles estaria ausente uma vontade ou intenção de memória, não seriam propriamente lugares de memória, mas “lugares de história.” (GONÇALVES, 2012, p.32-33).

Dentro destas reflexões teóricas realizadas pelos autores, a noção de Lugar de Memória ganha extremado relevo e passa a ser inclusive exportada e apropriada em contextos e situações totalmente diversas, sendo aplicada em outros contextos nacionais que não o francês. Para Nora as utilizações da noção de Lugar de Memória tiveram usos que se traduziram como cópias fiéis e aplicações fecundas, mas também usos abusivos e pouco fiéis a seu sentido original (BREFE, 1999).

Ao analisar as contribuições da noção de Lugar de Memória para o tempo presente, nota-se que sua banalização reforça uma leitura redutora e topográfica dos lugares, focada por sobre os aspectos materiais, entendidos muitas vezes como restritas as formas e propriedades físico-químicas, dos lugares de memória. Seus usos, quando ocorridos, além das fronteiras da historiografia, muitas vezes provocam efeitos contrários aos esperados, com as comemorações elogiosas e festivas prevalecendo sobre a problematização e a crítica. No entanto, é necessário entender que também houveram ganhos. Como a estimulação de uma “história da história”, e de estudos mais sistemáticos e aprofundados sobre instituições de preservação, bens patrimoniais e processos de patrimonialização (GONÇALVES, 2012).

De instrumento para preservação e problematização do passado, a expressão lugar de memória, por meio de sua banalização, tornou-se uma figura do discurso político, um argumento turístico, um lugar comum presente tanto na linguagem dos especialistas, quanto do grande público. A partir desta discussão, se verifica conforme apontado pela reflexão de Nora, que a obsessão contemporânea pela memória coexiste com um intenso medo público frente ao esquecimento o que justificaria a proliferação dos lugares de memória. No entanto, o teórico da memória Andreas Huyssen nos apresenta alguns questionamentos “é o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar, ou é talvez o contrário?”. “É possível que o excesso de memória nessa cultura saturada de mídia crie uma tal sobrecarga que o próprio

sistema de memórias fique em perigo constante de implosão, disparando, portanto, o medo do esquecimento?” (HUYSEN, 2003, p.19). Antes de traçar uma reflexão sobre estas questões, mostra-se necessário que primeiro sejam tecidas algumas considerações a respeito do relacionamento, memória e esquecimento.

2.4 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Como baliza teórica nesta reflexão das relações entre a memória e o esquecimento serão utilizados fundamentalmente os apontamentos do filósofo e historiador Paul Ricoeur, desenvolvidos em seu trabalho *A memória, a história, o esquecimento*. Em sua obra Ricoeur traz uma rica reflexão que parte de uma fenomenologia da memória, passa por questões que envolvem a memória coletiva, o complicado jogo entre história e memória, e os entrecruzamentos destas questões com as problemáticas do esquecimento. Por fim aborda o perdão, que seria nas palavras e no entendimento do autor “o horizonte comum da memória, da história e do esquecimento” (RICOEUR, 2007, p.465).

Embora o fecundo trabalho de Ricoeur se estenda para questões mais amplas, ressalto que para os objetivos da presente investigação serão suficientes, neste momento, estabelecer o foco sobre seus apontamentos a respeito da problemática que envolve o relacionamento memória e esquecimento, bem como de suas categorias da memória e do esquecimento. É necessário antes ressaltar que para o autor, na apreensão das relações passado, presente e futuro atesta-se uma impossibilidade de uma dissociação entre memória e história. Para Ricoeur “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou *antes* que declarássemos nos lembrar dela” (2007, p.40).

Ao abordar a problemática do esquecimento temos como primeira assertiva o fato de que embora tradicionalmente apresentados como pares antagônicos, memória e esquecimento estão intimamente ligados, imbricados:

De início e maçicamente, é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto, a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento. [...] Porém, ao mesmo tempo, e no mesmo movimento espontâneo, afastamos o espectro de uma memória que nada esqueceria. Considerámo-la até mesmo monstruosa (RICOEUR, 2007, p.424).

Ao mesmo tempo em que se apresenta como emblema de uma vulnerabilidade da condição histórica, o esquecimento é também uma qualidade da memória, que a preserva e a mantém saudável. O funcionamento de nossa função de memória nos é dado em certa medida por nossa capacidade de esquecimento. De um dia para o outro, retemos as informações relevantes e perdemos propositalmente o restante. Percebe-se então que o esquecimento não se constitui como um “inimigo da memória” sendo necessário que haja uma negociação para que se atinja um equilíbrio entre a memória e o esquecimento.

No entanto, para Ricoeur se tornam inquietantes os excessos e as insuficiências de memória de um lado, e de esquecimento por outro. O autor então expõe formas pelas quais o discurso da memória e do esquecimento se apresenta, por meio do que denomina como “usos e abusos da memória” e do esquecimento, que se dá por meio de três categorias, memória impedida, memória manipulada e memória obrigada.

Na categoria da memória impedida, é que se pode falar de memória ferida ou enferma, relacionada a um nível patológico-terapêutico, em que ferimentos, cicatrizes e perdas impedem a rememoração. Diretamente relacionados aos traumas, neste nível, há a necessidade de um trabalho de luto, um trabalho de lembrança em que a psicanálise através das negociações entre terapeuta e analisado, estimula a reconciliação com o passado. Ao direcionar o olhar para as questões que envolvem a memória coletiva, podemos falar em “traumatismos coletivos” e em “feridas da memória coletiva”:

A noção de objeto perdido encontra aplicação direta nas “perdas” que afetam igualmente o poder, o território, as populações que constituem a substância de um Estado. As condutas de luto, por se desenvolverem a partir da expressão da aflição até a completa reconciliação com o objeto perdido, são logo ilustradas pelas grandes celebrações funerárias em torno das quais um povo inteiro se reúne. Nesse aspecto pode-se dizer que os comportamentos de luto constituem um exemplo privilegiado de relações cruzadas entre a expressão privada e a expressão pública (RICOEUR, 2007, p.92).

Ao lado destas “feridas coletivas”, em grande parte simbólicas, se encontram também violências efetivas, cuja presença se manifesta principalmente na

fundação das identidades coletivas. Os acontecimentos fundadores de uma identidade nacional pertenceriam então a esta categoria de feridas coletivas já que:

[...] não existe nenhuma comunidade histórica que não tenha nascido de uma relação que se possa comparar sem hesitação à guerra. Aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem uma cura (RICOEUR, 2007, p.92).

A descolonização de alguns países africanos, bem como a descoberta das Américas, seguida pelo genocídio indígena dão exemplos claros disso. Percebe-se então que neste nível da memória impedida o esquecimento está diretamente ligado a uma ideia de apagamento e destruição. É sempre com perdas que a memória ferida é obrigada a se confrontar. Desta forma estes abusos remetem à confrontação da identidade em relação ao tempo e ao Outro (SILVA, 2002, p.431).

A memória manipulada advém de abusos, resultantes de uma manipulação concertada da memória e do esquecimento por detentores de poder. Uma memória instrumentalizada, que se baseia principalmente na composição de narrativas que podem omitir, ocultar e narrar de outras formas determinados fatos e acontecimentos. Impactam de maneira mais profunda quando envolvem as questões da identidade, da ideologia e da composição das histórias oficiais.

No plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. [...] É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração (RICOEUR, 2007, p.98).

Desta forma, o perigo maior neste nível da memória manipulada se encontra nos usos da história autorizada, que nos é imposta, celebrada e comemorada. A história oficial, que através da configuração de suas narrativas afeta as identidades tanto nos níveis pessoais, como também nas identidades comunitárias. Manipular o que se deve lembrar e o que se deve esquecer se constitui em fator essencial na arena de disputas pelos sentidos do passado:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos

grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p.426).

Neste sentido o esquecimento pela memória manipulada se apresenta como uma armadilha não só pela imposição de uma narrativa canônica, mas também pelo desapossamento dos atores e grupos sociais de seu poder de narrarem a si mesmos.

[...] esse desapossamento não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento um comportamento semipassivo e semi-ativo, como se vê no esquecimento de fuga, expressão da má-fé, e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer-não-saber (RICOEUR, 2007, p.455).

Nesta perspectiva se constituem como exemplares os estabelecimentos das datas e comemorações nacionais que se impõem em todas as partes do mundo como rituais característicos de uma nação. É preciso que se esteja atento à quais são os interesses em jogo. Visto que o uso perverso desta seleção da memória coletiva, produtora de esquecimento, encontra-se, portanto, nesse processo de “rememoração” social, cuja função seria a de justamente impedir o próprio esquecimento.

A categoria da memória obrigada se expressa por meio de uma dimensão política e jurídica, nos remete, portanto também ao esquecimento como comandado. Para tratar deste nível da memória faz-se necessário evocar o que Ricoeur nos apresenta como “dever de memória”. O dever de memória é antes de tudo um dever de não se esquecer, muitas vezes, relacionado a reivindicação de uma história criminosa, feita pelas vítimas, que se justificaria por meio da ideia de se fazer justiça, relacionada aqui também a ideia de dívida.

De fato, não se pode ignorar as condições históricas nas quais o dever de memória é requerido, a saber, na Europa ocidental e particularmente na França, algumas décadas após os horróveis acontecimentos de meados do século XX. A injunção só passa a fazer sentido em relação à dificuldades, vivenciada pela comunidade nacional ou pelas partes feridas do corpo político, de constituir uma memória desses acontecimentos de modo apaziguado (RICOEUR, 2007, p.99).

Percebe-se que o dever de memória, e nesta direção, a memória obrigada, se relaciona diretamente as iniciativas memoriais que propõe ações de reparação moral as vítimas que sofreram algum tipo de violência de Estado, ou que foram alvo de violações dos direitos humanos. Estas ações e trabalhos de memória geralmente se constituem com o intuito de que as gerações futuras se lembrem dos acontecimentos e não permitam que violações com o mesmo cunho voltem a ocorrer, além de compor um dos eixos estruturantes da reparação moral as vítimas da violência sofrida. Relacionam-se com a ideia de uma dívida e de uma herança a ser transmitida. No entanto, tais iniciativas não estariam livres dos mesmos usos e manipulações apontados anteriormente:

O modo como o dever de memória é proclamado pode parecer, sim, abuso de memória à maneira dos abusos denunciados [...] na seção sobre a memória manipulada. Não se trata mais, obviamente, de manipulações no sentido delimitado pela relação ideológica do discurso com o poder, mas, de modo sutil, no sentido de uma direção de consciência que, ela mesma, se proclama porta-voz da demanda de justiça das vítimas. É essa captação da palavra muda das vítimas que faz o uso se transformar em abuso (RICOEUR, 2007, p.102).

Abordada a memória obrigada, qual é neste sentido o paralelo traçado por meio do esquecimento? Trata-se das formas institucionais de esquecimento representadas pela anistia. Muitas das democracias modernas fazem uso deste gênero de esquecimento por imposições e razões que visam a manutenção de uma paz social, como maneira de colocar fim a graves desordens políticas que afetam a paz civil. Configura-se então como um “não se esquecer, de esquecer”. No entanto, a prática da anistia apresenta como uma falha o apagamento da memória oficial de exemplos de crimes cometidos, cuja lembrança pode atuar de maneira a proteger o futuro das faltas do passado. Ao privar a opinião pública dos benefícios do dissenso, a anistia pode condenar as memórias concorrentes a uma vida clandestina e subterrânea, se aproxima, portanto de uma prática da amnésia (RICOEUR, 2007).

No relacionamento entre a memória e o esquecimento reafirma-se em verdade uma inseparabilidade entre as duas esferas, em oposição ao binário comum que joga a memória contra o esquecimento, como se estes fossem opostos irreconciliáveis. Verifica-se que o esquecimento é parte constitutiva da memória, embora geralmente se perceba uma tendência a dar um privilégio à memória frente ao

esquecimento. Deve-se, no entanto “reconhecer que o esquecimento, em sua mistura com a memória, é crucial para o conflito e a resolução de narrativas que compõe nossa vida pública e nossa vida íntima” (HUYSEN, 2014, p.158).

No difícil equilíbrio entre memória e esquecimento é que repousa um dos objetivos perseguidos por Ricoeur em sua empreitada, a ideia de uma política da “justa memória”. Refere-se à questão moral de relatar o passado sem artifícios encobridores da “verdade”. Por meio de um uso crítico da memória, intenciona um deslocamento da narrativa única, hegemônica, e possibilita o enlace e o entrelaçamento com outras narrativas. Reconhece o campo da memória como uma arena de disputas, sem, no entanto abdicar de uma promoção dos direitos humanos, do direito à memória e da inclusão dos grupos excluídos.

2.5 MEMÓRIAS EM DISPUTA: AS MEMÓRIAS CLANDESTINAS E O SILÊNCIO

Por meio de seus diferentes pontos de referência, sejam eles acontecimentos, personagens ou lugares, a memória apresenta como parte de suas funções predominantes reforçar e garantir a coesão social por meio da adesão afetiva dos indivíduos aos grupos. Estes pontos de referência atuam como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, memória esta que estruturada com suas hierarquias e classificações, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais, na medida em que define o que é comum ao grupo e o que o diferencia de outros.

Na esteira das reflexões suscitadas por Halbwachs e Nora, a forma mais acabada de um grupo se expressaria por meio da nação, sendo a memória nacional a forma mais completa de uma memória coletiva. Seja nos processos de rememoração ou na composição de lugares de memória, o trabalho de memória é sempre uma (re) construção que se faz do passado, reconstrução esta que perpassa necessariamente por um processo de negociação e seleção para conciliar as memórias coletivas e as individuais.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, p.34).

O reconhecimento deste caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva, conforme visto na dinâmica entre a memória e o esquecimento, implica admitir a ocorrência de imposições e formas específicas de dominação e violências simbólicas na constituição de uma memória coletiva. É neste sentido que os estudos recentes sobre a memória ressaltam não somente os fatores de continuidade e estabilidade da memória, mas também o caráter destruidor, uniformizador e opressor que podem apresentar as memórias coletivas nacionais, ou as chamadas memórias oficiais. A partir destas análises entram em cena os conflitos e competições entre memórias concorrentes.

Novas abordagens passam a se debruçar sobre os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias. Principalmente através do emprego crescente da história oral na pesquisa histórica, do reconhecimento de sua importância para a construção de uma história do tempo presente e dos sucessivos trabalhos de reescrita da história em momentos de crise.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade (POLLAK, 1989, p.4).

Neste sentido verifica-se que nos trabalhos de rememoração deve-se levar em conta que a memória e seus referentes identitários, são fenômenos construídos e, portanto, perfeitamente negociáveis. Passíveis de confrontos e disputas que podem ocorrer dentro de um mesmo grupo e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. No processo de organização e formação de uma memória coletiva, principalmente na constituição de uma memória nacional, são comuns os conflitos para determinar, por exemplo, que datas e acontecimentos serão gravados na memória de um povo. Da mesma maneira não é incomum que ocorram novos processos de organização da memória em função das preocupações pessoais e políticas do momento, a memória então, sofre flutuações em função da conjuntura em que ela é articulada.

Apresenta-se que a memória não está apenas sujeita, às relações de forças que se enfrentam para demonstrar e reforçar uma imagem ou narrativa orgulhosa de si, ou ainda como um fator para rechaçar os elementos que rompem com esta imagem. A memória constitui-se também como instrumento para o exercício de um poder de dominação. A partir desta compreensão, entende-se que o controle da memória se traduz em poder e como vimos através dos apontamentos de Ricoeur (2007), a gestão do esquecimento se torna um mecanismo de concretização desse controle. Controle este que não é realizado somente nas esferas do Estado, mas pelos indivíduos e grupos sociais, seja para o controle das imagens e narrativas sobre si, ou para o exercício de um controle social.

Esta gestão e controle da memória se dão por meio de um “trabalho de enquadramento da memória” (POLLAK, 1992 p. 206) que se apresenta como investimento necessário a constituição das memórias coletivas, com vistas a satisfazer as exigências de sua justificação e fundamentação. Este trabalho de enquadramento se alimenta do material fornecido pela história, material este que é interpretado e combinado de diferentes maneiras e com diferentes intencionalidades, com outras referências, não apenas para a manutenção das fronteiras sociais, mas também para modificá-las. Reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.

A exigência de justificação presente neste enquadramento da memória limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, ao mesmo tempo em que contém o trabalho permanente de reinterpretação do passado por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Ela garante que uma memória não seja construída de maneira arbitrária e que as imagens e narrativas já estabelecidas não se modifiquem de maneira brutal. Permite um controle sobre riscos, tensões, cisões e mesmo sobre os desaparecimentos. Através deste processo a memória então enquadrada é controlada por meio dos mais diversos mecanismos, seja pela escolha de testemunhas autorizadas, pelo controle, nas organizações, do acesso dos pesquisadores aos arquivos, pelo emprego de “historiadores da casa”, ou ainda por meio das narrativas criadas em torno dos artefatos de nossa cultura material.

Conforme Pollak:

Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX, atualmente os edifícios dos grandes bancos (POLLAK, 1989. p.10).

O denominador comum das memórias e de seus lugares de memória, da mesma forma que as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos em determinados momentos e conjunturas. Ressalta-se então o campo da memória como um campo de disputas, de conflitos de interesses. Uma arena de contrastes na qual temos muitas vezes memórias envolvidas em disputas em defesa dos interesses dos grupos que as instrumentalizam e promovem a lembrança ou o esquecimento, como forma de dominação (material e simbólica).

No entanto, nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, geralmente por meio de sua integração a uma memória coletiva “englobante”, nacional ou oficial. Mas se ela por algum motivo não puder se ancorar na realidade política do momento, esta ainda pode sobreviver. Como uma espécie de mito, esta memória pode se alimentar de outras referências culturais e assegurar sua transmissão por meio de certos indivíduos e grupos que teimam em venerar justamente o que os “enquadradores” de uma memória coletiva se esforçam para eliminar ou minimizar. “O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida” (POLLAK, 1989, p.11).

É a partir desta possibilidade de sobrevivência e transmissão da memória que o sociólogo austríaco Michael Pollak nos apresenta o conceito de memória subterrânea. Trata-se de memórias “clandestinas” transmitidas de uma geração a outra, geralmente por meio da oralidade, que a despeito da doutrinação ideológica permanecem vivas, sobrevivem durante dezenas de anos, a espera do momento propício para serem expressas. Confinadas ao silêncio, as memórias subterrâneas, longe de serem conduzidas ao esquecimento, se apresentam como resistência e oposição ao excesso de discursos da memória oficial e dominante. São lembranças transmitidas cuidadosamente nas redes familiares e de amigos, que esperam a hora

da verdade e a redistribuição das cartas políticas e ideológicas para que possam ocupar a cena cultural e invadir o espaço público (POLLAK, 1989).

Estas memórias subterrâneas prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio, e de maneira quase que imperceptível, afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. Quando estas memórias clandestinas conseguem superar os tabus conservados pelas memórias oficiais e passam a habitar o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se agregam as memórias em disputa. São reconhecidas como grande risco ao estabelecimento de processos de dominação hegemônica, pois os grupos dominantes passam a não conseguir controlar perfeitamente até onde levarão as reivindicações demandadas por sua publicização, ao mesmo tempo em que podem atuar na derrocada dos tabus conservados pela memória oficial anterior.

Outro aspecto importante elencado na teorização de Pollak (1989) é o fato de que para as memórias subterrâneas a proteção do silêncio revela-se de maneira inesperada como uma arma contra os discursos oficiais. Contra a difusão de versões oficiosas, ou ainda contra os “criadores” de fatos e acontecimentos, como os meios de comunicação de massa. Para o autor, “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação” (POLLAK, 1989, p.13).

O silêncio é percebido como uma possibilidade de continuidade da memória fora dos meios institucionais. Neste sentido o “não-dito” pode assumir diferentes sentidos e objetivos. Este pode atuar de maneira a permitir uma melhor convivência entre grupos sociais, como estratégia política para a paz social ou ocorrer por razões pessoais, desejo de poupar as gerações futuras, por se constituir em lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas, ou ainda tornar-se um fator de resistência, conferindo-lhe predicados que o aproximam da transgressão.

Na preservação das memórias a oralidade e o silêncio, refutam o esquecimento, mantendo uma tensão provocadora de resistência. O problema que se apresenta para estas memórias clandestinas e inaudíveis é o de conseguir resistir ao tempo, até o dia em que possam aproveitar de uma conjuntura favorável para que invadam o espaço público e transitem do “não-dito” à contestação e a reivindicação.

Embora na maioria dos casos esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre a memória oficial, dominante e as memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete obrigatoriamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontra-se com mais frequência este problema na relação entre grupos minoritários e sociedade “englobante”.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos (POLLAK, 1989, p.8-9).

De fato a partir dos embates, conflitos e reinterpretações sobre o passado, diferentes grupos sociais tem reivindicado o direito a construção de suas próprias memórias. Estes acontecimentos somados a importância central que a categoria da memória adquire na contemporaneidade, provocam o surgimento de toda uma política da memória que passa a se desenvolver de maneira transnacional. A nação passa a não ser mais o continente singular da memória coletiva. Esta preocupação transnacional com a memória relaciona-se principalmente com os eventos políticos e históricos das décadas de 1980 e de 1990 do século passado e tem exercido forte influência sobre políticas nacionais, processos judiciais, debates populares e comissões da verdade por todo globo. Uma política da memória se globaliza, especialmente, mas não somente, ligada às situações limite e as memórias traumáticas. Tortura, exílio, campos de concentração, entre outras situações de opressão, retornam persistentemente no pensamento contemporâneo e reformulam questões da história, da política e da ética.

2.6 TRANSNACIONALIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS: MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS

A efervescência dos estudos sobre a memória a partir da década de 1980, como vimos, foi impulsionada por fenômenos de naturezas econômicas, políticas e sociais, diversas. Da mesma forma, exerce determinante influência os acontecimentos históricos do final do século passado, no contexto pós-guerra fria, de descolonização,

do fim de processos ditatoriais na América Latina e ao mesmo tempo de um período de intensificação do fenômeno de globalização.

Nesta direção, os estudos sobre a memória encontravam-se intrinsecamente ligados ao estabelecimento de políticas nacionais e identitárias, principalmente no sentido de legitimação de narrativas nacionais na conformação de identidades coletivas. Narrativas étnicas e “particulares” são alinhavadas com o registro mais amplo da nação, reproduzindo um potente aparato ideológico de identificação. O campo das narrativas do passado é mobilizado como parte das disputas pelo poder e ao mesmo tempo em que se estabelecem os discursos “oficiais”, dominantes e nacionais, canalizam-se “contradiscursos” da memória, geralmente através de minorias e grupos que não tinham a oportunidade de traçar suas narrativas sobre o passado e que começam a estabelecer um processo de desconstrução das narrativas históricas dominantes.

Desta forma, embora não tenha desaparecido, a retórica nacionalista divide espaço na contemporaneidade com outras formas de identidades coletivas:

Em alguns lugares (ainda que não em outros) ao longo dos últimos trinta anos, a globalização e a integração da Europa diminuíram até certo ponto a urgência de algumas narrativas nacionais. Em outros casos, o nacionalismo é uma resposta direta aos perigos percebidos na globalização. [...] O tão anunciado fim da territorialidade ainda não chegou, mas as narrativas sobre as fronteiras entre os países competem cada vez mais com outras de tipo regional ou étnico. (WINTER, 2006, p.70).

O processo de globalização⁵ efetivamente transforma a configuração dos processos de memória nacional. A dependência das fronteiras territoriais das memórias coletivas é reduzida na medida em que, principalmente no contexto de debates sobre os direitos humanos, reparação e ressarcimento, as coordenadas temporais se deslocam como resultado de pressões históricas, políticas e tecnológicas que ele propicia. Tais transformações produzem uma “desterritorialização” e uma

⁵ A globalização é um processo complexo ao qual é inerente um movimento de homogeneização, no qual se intensifica as inter-relações e interdependências entre os grupos humanos, diminuem-se as distâncias, o espaço e o tempo são comprimidos. Este processo provoca mudanças socioculturais, pois é capaz de vincular pessoas de todas as partes do mundo através dos meios de comunicação, turismo, comércio etc. formando a ideia de uma aldeia global. A globalização se dá principalmente do ponto de vista do mercado e é um processo irreversível, mas ao mesmo tempo em que propicia a interculturalidade, ela evidencia uma fragmentação, segmentação, diversificação cultural e reorganização das identidades, pois não tem os mesmos efeitos sobre os diferentes contextos culturais (PEREIRO, 2006).

“reterritorialização” do espaço da memória que por sua vez resulta em novos usos do passado, examinados dentro desta conjuntura a partir de suas interligações e em seus conflitos transnacionais e transculturais, de forma a extrapolar os limites territoriais nacionais (HUYSEN, 2014).

Desde o final da década de 1990, verifica-se a presença de um discurso sobre a memória que tem se tornado transnacional, sobretudo em torno das narrativas relacionadas à análise das histórias e acontecimentos traumáticos. Tais discussões rompem com o paradigma da memória nacional como sendo a forma mais acabada de uma memória coletiva, ainda que as respectivas preocupações nacionais e regionais tenham permanecido no centro dos debates transnacionais (HUYSEN, 2014).

Sintomático deste processo é a aplicação em distintos territórios do mundo, de conceitos e categorias da memória, originadas em outros contextos específicos. Como por exemplo, a já citada aplicação do conceito de lugar de memória, que foi elaborado originalmente por Nora em consonância com a realidade nacional francesa, capaz de ultrapassar os limites territoriais entre países.

As realidades das práticas atuais da memória são conflitantes e fragmentadas, neste sentido, vão de encontro à ideia de uma memória coletiva constituída com o objetivo de garantir uma coesão social. O que se desvela são conflitos entre campos de memórias divergentes que entram em disputa. Neste sentido, qualquer política da memória é construída a partir de passados que são colocados uns contra outros. O que emerge em decorrência desta reorientação são palimpsestos da memória em fluxos constantes, em que passados locais ou nacionais se aproximam de outros passados em coordenadas geográficas e contextos diversos. Provocam assim novos usos e escritas alternativas do passado, a partir de um entrelaçamento de campos divergentes da memória (HUYSEN, 2014).

Alguns autores têm caracterizado este “novo” fenômeno da memória por meio da expressão “memória multidirecional”, que surge principalmente ligada a trabalhos na literatura, no cinema e nas artes. Tais trabalhos com a memória “evitam as hierarquias e os choques competitivos dos campos da memória. Preferem apresentar as lembranças traumáticas em sua textura de palimpsesto e em seus elos mutuamente constitutivos” (HUYSEN, 2014, p.180). A partir destas iniciativas emerge

uma nova política cultural da memória, que por seu caráter transnacional e abrangente, pode alimentar uma prática internacional de direitos humanos, de maneira a evitar um universalismo abstrato vindo de cima, assim como também abandona o fetiche do local. Afirma-se que a política da memória se globalizou, mas sem, no entanto, criar uma cultura global da memória e dos direitos humanos.

Estes elos transnacionais no campo da memória têm talvez como seu exemplar maior as diferentes políticas memoriais que surgem ao redor do mundo envolvendo ações e comemorações com vistas à rememoração de acontecimentos traumáticos e situações limites. Os traumas históricos figuram como tema central das políticas mundiais da memória e a memória do Holocausto, através de diferentes relações e projeções, tem atuado como um referencial. A partir das experiências de “memorialização” do Holocausto são pensadas diversas estratégias por meio das quais as memórias de diferentes acontecimentos traumáticos, de situações e acontecimentos dolorosos e sofridos, podem ser conservadas, lembradas e comemoradas nos espaços urbanos.

Conforme o teórico da memória Andreas Huyssen as razões para a dispersão e mobilidade global que as narrativas da memória do Holocausto alcançaram no contemporâneo se traduzem em quatro grandes fatores. O Holocausto foi em primeiro lugar umas das bases históricas da Convenção de Genebra de 1948, que tratava de genocídios e violações maciças dos direitos humanos. Em segundo lugar o mesmo se constitui como a mais estudada das catástrofes humanas, o que resulta em uma profusão de trabalhos acadêmicos que oferecem modelos para as pesquisas sobre outros traumas históricos. Um terceiro ponto está relacionado às estratégias e práticas narrativas da literatura ficcional, documental e as representações artísticas e estéticas sobre o Holocausto que influenciam as representações de outros traumas históricos. Por fim é citado o alcance midiático das diversas imagens, produções cinematográficas e televisivas, sobre o Holocausto, bem como as diferentes datas e eventos comemorativos, que passam a ser realizados não só em território alemão (HUYSEN, 2014).

É a partir destas premissas que a memória deste acontecimento inscreveu-se em contextos que diferem muito nos planos políticos, étnicos e nacionais. Desta forma o tropo discursivo e as iconografias do Holocausto são assimilados, por exemplo,

na África do Sul com o fim do Apartheid e a criação da Comissão da Verdade e Reconciliação; Nos países latino-americanos, em referência, aos torturados, assassinados e desaparecidos, no momento posterior as ditaduras militares; Nos conflitos bélicos e limpezas étnicas ocorridas durante a guerra da Iugoslávia; entre outros eventos a níveis internacionais e nacionais.

A assimilação do discurso e da memória do Holocausto também é evocada quando da discussão de acontecimentos e questões relacionadas às violações dos direitos humanos, em outras situações que não aludem diretamente aos conflitos armados e a eliminação de grupos étnicos. Ela é referenciada na abordagem de narrativas de memórias traumáticas em antigos hospitais, prisões, e instituições de assistência psiquiátrica. Cito aqui o emblemático caso do chamado “Holocausto Brasileiro”, que se refere às condições insalubres e desumanas a que eram submetidos os internos no maior Hospício brasileiro, localizado na cidade de Barbacena em Minas Gerais, no qual se estimam cerca de sessenta mil mortos (ARBEX, 2013). As narrativas sobre o Holocausto, sobre o genocídio e os campos de concentração, ao serem evocadas, para tratar de campos de detenção e centros de internação psiquiátrica, atuam no empoderamento, por exemplo, do discurso das lutas antimanicomiais.

No entanto, deve-se destacar que tais encontros transnacionais entre lembranças traumáticas apresentam algumas problemáticas. A primeira a ser destacada diz respeito à discussão sobre as possibilidades e limites de representação da memória na categoria da experiência traumática. Esta discussão é reforçada principalmente baseada na célebre declaração de Adorno no contexto pós-segunda guerra, sobre a poesia depois de Auschwitz, “escrever um poema após Auschwitz é ato bárbaro” (ADORNO, 2001, p.26). Tal declaração foi utilizada amplamente em defesa de uma não “representabilidade” das experiências traumáticas, dadas as complexidades da situação extrema de vivência nos campos de concentração, principalmente calcada numa ideia de singularidade absoluta da catástrofe.

Entretanto, na atualidade as teorias sobre esta “irrepresentabilidade” já não prevalecem. São reconhecidas as impossibilidades de uma representação total e a singularidade da experiência do sobrevivente, ao mesmo tempo em que proliferam representações, em diferentes modalidades estéticas e narrativas, em múltiplas

formas de mídia, moldando os processos da memória e do esquecimento em diferentes países e culturas.

Mas esta conciliação não se dá sem rupturas ou autoquestionamentos. Não que exista um limite técnico para se descrever um evento catastrófico: a questão é que, por um lado esta descrição sempre será parcial, por outro, ela nunca poderá dar conta da experiência do sobrevivente (SELIGMANN-SILVA, 2006, p.210).

Outro aspecto relevante desta cultura memorial do trauma está no fato de que os encontros transnacionais entre estas memórias levam com frequência a competições entre as memórias segundo o modelo “meu povo sofreu mais que o seu” ou ainda “minha lembrança é mais traumática que a sua”. Esta hierarquização da memória se faz presente tanto em disputas entre lembranças traumáticas, quanto entre diferentes grupos sobre quem teria maiores direitos por sobre determinada narrativa ou formas de representação desta memória.

A competição e hierarquização das memórias traumáticas tende a tornar-se ainda mais problemática frente às crescentes práticas de mercantilização as quais estas iniciativas vêm sendo incorporadas. Esta exploração mercadológica da memória como reforçam alguns autores, envolvem diversas formas de “produtos” e seus agentes, sejam eles consumidores ou produtores. Registros, testemunhos e relatos memoriais que podem tomar forma em livros, músicas, poesias, peças teatrais, filmes, entre outros (*memory accounts*); lugares e locais de memória como museus e monumentos (*memoryscapes*); e ainda os objetos destinados a despertar lembranças, roupas, cartas, medalhas etc. (*memorabilia*). A mercantilização da memória, a coloca numa situação paradoxal, por um lado, sua transformação em mercadoria pode levar a sua banalização. Por outro lado, pouca exposição pública pode limitar a consciência das atrocidades e violações de direitos humanos cometidas no passado, visto que tal consciência pode ajudar a impedir que acontecimentos com a mesma natureza voltem a ocorrer (BILBIJA; PAYNE, 2011).

Cabe lembrar que nesta competição entre campos de memória que tentam deslocar ou suplantar uns aos outros a partir de uma situação de privilégio, deve-se ficar sempre atento ao fato de que há sempre mais de uma memória sobre determinado acontecimento do passado, apesar dos sucessivos esforços empreendidos na contenção das múltiplas narrativas sobre o passado:

Nos debates sobre a política da memória, devemos tentar evitar essa hierarquização vertical de sofrimentos passados, na qual um tipo de memória tenta suplantar outro. [...] A tarefa é reconhecer uma dimensão universal na opressão sistêmica e no sofrimento humano, e não jogar um tipo de lembrança contra outro. O discurso da memória e o dos direitos precisam alimentar uma dimensão universalizante que reconheça a particularidade, mas sem reificá-la. Assim como existe reciprocidade entre memória e direito, entre direitos culturais e direitos individuais, também devemos atenuar as fronteiras entre lembranças rivais de sofrimento e perseguição (HUYSEN, 2014, p.210).

Neste sentido é reconhecido que no encontro entre as diferentes narrativas da memória devem-se observar os possíveis entrelaçamentos e projeções recíprocas entre estas memórias. A memória, deste modo, nunca é neutra, pode tanto ser utilizada para produzir lembrança ou esquecimento. Está sempre sujeita a interesses e usos funcionais e específicos, mesmo no caso dos testemunhos de indivíduos que vivenciaram determinada experiência. O campo da memória assim como o da historiografia, em seus entrecruzamentos complexos, estaria então sempre sujeito aos usos interessados do passado. Nesta direção as comparações entre eventos traumáticos localmente específicos podem tanto alimentar uma política da memória na esfera pública, como podem bloquear ou velar o discernimento da história local e suas especificidades.

As representações de traumas históricos, portanto, propõem grandes desafios teóricos, éticos e políticos, que se refletem nas ações que tem como objetivo uma prestação de contas com o passado, com vistas à reparação ou ressarcimento às vítimas da violência de Estado e violações dos direitos humanos. Tais acontecimentos não têm como objetivo atingir apenas as comunidades diretamente afetadas, mas reconhece-se uma dimensão ampliada para os acontecimentos traumáticos. A “reparação não é uma tarefa individual e, também, não pode ser individualizada. A sociedade como um todo foi vítima das estratégias de implantação do terror, cujas ameaças concretizaram-se para algumas pessoas” (BAUER, 2014, p.340).

Se a sociedade não reconhecer a realidade do dano e a necessidade moral de uma reparação, este se manterá reduzido ao universo privado das vítimas ou das famílias e grupos afetados. Pode nesta direção aprofundar seus efeitos traumáticos. O que por sua vez pode gerar uma marginalização social e política das vítimas, com

consequências danosas para o tecido social local. A instauração ativa de processos por violações dos direitos humanos nos tribunais também depende da força dos discursos da memória na esfera pública, em suas mais diferentes mídias e formas de representação, seja nos filmes, jornalismo, literatura, na educação ou nas artes.

Dentro destas estratégias destaca-se o papel fundamental exercido pela arquitetura, que assume um papel central como um dos principais meios de comemoração de eventos traumáticos por todo mundo. Museus, memoriais e monumentos são construídos com o objetivo de “abrigar” estas memórias para que as gerações futuras conheçam e não permitam que violações com o mesmo cunho voltem a ocorrer. Tornam-se espaços de representação que carregam a mensagem central das narrativas do trauma, “nunca mais”.

Estas instituições permitem o entrelaçamento entre as esferas privadas e públicas destas memórias e compõem um dos eixos estruturantes da reparação moral as vítimas da violência de Estado ou violações dos direitos humanos sofridos pelos grupos sociais. Encontram-se completamente imersas nas discussões que envolvem a memória no contemporâneo. Antes de partirmos aos estudos de caso propostos, trataremos das discussões que envolvem a espacialidade da memória, concentra-se por fim na institucionalização das memórias do trauma.

CAPÍTULO 3 – SOBRE MEMÓRIA, ESPAÇO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS

Este capítulo traz uma abordagem da relação entre memória e espaço a partir da compreensão do espaço construído como meio material que se apresenta potencialmente como suporte para a memória. Parte da relação dos grupos humanos com o universo material ao seu redor, a imensidão de artefatos nos quais estamos completamente imersos, aqui compreendidos como produtos deliberados do trabalho humano, que expressam suas necessidades, anseios, ideias, projetos, em suma, expressam sua cultura. Compreende a relação espacial do homem com os ambientes como não restrita aos níveis visuais e formais, ao considerar a relação de suas referências corporais e suas referências exteriores em entrecruzamentos dinâmicos de dupla influência, que dotam o meio material de significados, sentidos e expressões.

Em seguida, trata da institucionalização da memória a partir da trajetória dos museus. Aborda o conceito de museu, acompanha as mudanças conceituais e espaciais das instituições museais ao longo do tempo. Mais do que discutir uma definição de museu, meu objetivo aqui é abordar alguns aspectos da trajetória dos museus que podem se mostrar interessantes para o presente estudo no que tange o relacionamento destas instituições com os edifícios que ocupam. Enfatiza por fim um tipo específico de instituição museal que tem como missão o trabalho com a memória de episódios e acontecimentos traumáticos e evidencia algumas de suas problemáticas específicas.

3.1 A MEMÓRIA E O ESPAÇO: O PODER DO MEIO MATERIAL

A ligação entre indivíduos, os agrupamentos humanos e o universo material ao seu redor constitui-se como fator potencialmente significativo no estabelecimento dos processos da memória. Tal associação se estabelece de modo que nossa capacidade de lembrança está diretamente determinada por referentes espaciais. Esta é dependente e determinada pela aderência dos indivíduos e dos grupos sociais dos quais fazem parte, aos espaços e ao meio material circundante, não há, portanto, memória que se desenvolva fora de um quadro espacial. O meio material se estabelece, por excelência como nosso suporte temporal.

O universo material no qual estamos imersos, a disposição de todos os artefatos ao nosso redor (objetos ou edificações), carrega ao mesmo tempo marcas

que dizem respeito ao indivíduo, assim como também fazem referência aos outros. Lugares familiares podem nos despertar lembranças, dos amigos, da família, assim como de outras pessoas que vivenciaram um acontecimento nestes mesmos espaços. A forma como posicionamos nossos móveis, como organizamos nossos pertences, dizem muito a respeito de nós mesmos, assim como dos costumes e distinções sociais aos quais estamos sujeitos. Ao mesmo tempo refletem nossos gostos e o que nos distingue e nos aproxima dos outros.

Exatamente por este motivo é um recurso comum na literatura lançar mão da descrição dos ambientes, seja de uma casa ou local de trabalho, dos aposentos, dos objetos e da forma como estes artefatos estão expostos nestes lugares, como uma maneira de demonstrar traços da personalidade ou da categoria social a que pertencem determinados personagens.

Não é uma simples harmonia e correspondência física entre o aspecto dos lugares e das pessoas. Mas cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens [...] De fato, as formas dos objetos que nos cercam têm muito esta significação. Não estávamos errados ao dizer que estão em torno de nós como uma sociedade muda e imóvel. Se não falam, entretanto os compreendemos, já que têm um sentido que deciframos familiarmente (HALBWACHS, 1990, p.132).

Esta imersão no universo material, bem como seu relativo caráter de estabilidade, de que nos fala Halbwachs, exerce um papel fundamental em nosso equilíbrio mental, a partir da garantia de referências familiares, como contrapontos as mudanças bruscas. Tal característica é reforçada através da ótica de Carsalade, para o qual é da própria natureza da cultura sua permanência, ainda que esta esteja sempre em um processo dinâmico de renovação. Segundo o autor, mesmo as transformações culturais, importantes e necessárias, se fazem no seio dela própria, segundo seus próprios elementos, ainda que esteja sujeita a pressões exteriores. “É preciso a referência da estabilidade para que possamos nos envolver com o novo sem por ele sermos tragados e envolvidos de forma turbilhonar” (CARSALADE, 2014, p.179).

Neste sentido, é por meio desta dinâmica de permanência e mudança que se desenvolvem os laços dos indivíduos com o espaço e a memória. Os acontecimentos e vínculos que ligam um grupo ao lugar se evidenciam principalmente nas situações em que se aproximam de uma possibilidade de ruptura. Modificações que afetem os

grupos tendem a exercer influência direta sobre seu espaço. Fatos e ocorrências que alteram a extensão de um grupo, como por exemplo, situações de casamento, nascimento ou morte, ou que modificam diretamente o lugar ocupado por este, como em situações de pobreza ou enriquecimento, em suma, todo tipo de ocorrência de consequência mais grave, sempre causa mudanças nas relações do grupo e conseqüentemente de suas memórias, com o lugar. “A partir desse momento, não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva; mas, ao mesmo tempo, o ambiente material não mais será o mesmo” (HALBWACHS, 1990, p.134).

O historiador dos museus e do patrimônio Bittencourt nos adverte:

Em torno de nossas vidas, giram apenas duas certezas: a primeira, a da mortalidade; A segunda, a vida se dá, do início ao fim **delimitada e potencializada por artefatos** e, para estarmos no mundo, dependemos todos de uma infinidade deles, que, **de diversas formas, nos expressam – tanto quanto nós a eles** (BITTENCOURT, 2011, p.27, grifo nosso).

Nesta direção destaco duas questões fundamentais trabalhados pelo autor no que se refere ao relacionamento dos grupos humanos e o mundo material. A primeira, o meio material apresenta a capacidade de expressar características individuais ou pertencentes aos grupos, ao mesmo tempo em que nos influencia no estabelecimento destas características. A segunda, vive-se completamente imerso em um mundo de artefatos, o que incluí nesta classificação, o espaço construído. Quando um indivíduo ou grupo está inserido numa parte do espaço, eles a transformam à sua imagem, e são ao mesmo tempo influenciados por ela na medida em que se sujeitam e se adaptam às coisas materiais que a eles resistem. Do mesmo modo em que influencia as práticas do indivíduo e do grupo, o espaço é influenciado por eles.

Neste ponto, retomo a afirmação, os espaços, assim como as estruturas, edificações e objetos, são artefatos, portanto, coisas feitas, fabricadas, sendo as cidades talvez, os mais complexos artefatos humanos já produzidos. O artefato é todo segmento da natureza física, do universo material, que é socialmente apropriado, isto é, aos qual se impôs, segundo padrões sociais, forma, função e sentido, de maneira conjunta, isoladamente ou ainda em diversas combinações (MENESES, 2004, p.262).

Conforme Halbwachs:

Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência

da natureza material e participa de seu equilíbrio. [...] Assim se explica como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Não. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais (HALBWACHS, 1990, p.133).

As práticas sociais (que produzem artefatos e também procuram neles reproduzir-se) não se fazem às cegas, mecanicamente ou por instinto. A intervenção concreta no universo empírico – o agir humano – é simultaneamente induzido, conformado, tornado inteligível, desejável ou legitimável, por representações, seja no nível individual, coletivo ou social.

As práticas que dão forma e função ao espaço, para instituí-lo como artefato, lhe atribuem sentidos, significações, direção. Mas ao mesmo tempo o espaço não apenas assume os valores derivados da informação e dos sentidos que lhe é atribuído, mas também, ele próprio alimenta informações e sentidos que se projetam nas práticas sociais e outras esferas de atuação, e produzem efeitos consideráveis e tangíveis nos comportamentos e no ambiente físico e social (MENESES, 2004, p.263).

O espaço deve ser considerado como produto e, ao mesmo tempo, (por favorecer sua reprodução) como um vetor de relações sociais. Por isso supõe-se que de alguma forma se possa ler no espaço, aqui entendido como artefato, a inscrição física de traços que sejam diagnósticos dessas macrorrelações. (MENESES, 2004, p.262).

Portanto, não há indivíduo, grupo ou algum tipo de atividade coletiva que não tenha relação com um lugar, com uma parte do espaço. Existem grupos, ou formações sociais que são constituídas exatamente, ainda que esta seja apenas uma das condições para sua existência, devido a sua proximidade espacial, proximidade que cria entre seus membros relações sociais. Como por exemplo, relações familiares, relações de vizinhança, relações de pertencimento a um bairro ou a uma cidade. Grupos sociais que apresentam de maneira clara, esta relação de pertencimento espacial.

Por outro lado, existe uma série de outras formações sociais que se originam a partir da abstração dos homens dos lugares que estes ocupam. Grupos que evidenciam características de outras ordens. Caso, por exemplo, dos agrupamentos

que levam em consideração relações jurídicas, econômicas ou religiosas. No entanto, ainda que não se definam nitidamente por uma proximidade espacial, fundamentalmente se expressam por meio de uma espacialidade. Os serviços, os trabalhos, as crenças, ocorrem em um lugar definido, e por sua vez expressam em suas práticas um sem número de situações de considerável distinção por via espacial. O posicionamento do sacerdote com relação aos fiéis em uma situação de culto, o púlpito ou tablado delimitando a posição do professor em relação ao aprendiz. Sem contar a posição destacada no espaço das cidades, das edificações dos grandes bancos, catedrais e templos religiosos.

Todo grupo imprime de algum modo sua marca sobre o espaço e evoca suas lembranças no interior de um quadro espacial:

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva em um quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço [...] que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p.143).

Quando nos referimos ao quadro espacial cabe lembrar que não se quer afirmar apenas o espaço em seus aspectos geométricos, ou restrito a seus referenciais imagéticos, suas formas e cores. A materialidade do memorável não diz respeito ao espaço geométrico em si, mas sim ao espaço em sua relação com o corpo, em sua relação com o vivido. Muito do que se constitui como referentes espaciais a rememoração advém de uma ordem essencialmente sensorial, como sons ou cheiros, sem contar as dimensões simbólicas do espaço (RICOEUR, 2007).

Veteranos de guerra ao relatar suas memórias sobre o desembarque da Normandia e das batalhas para libertação da França, por exemplo, associam suas lembranças muito mais ao barulho dos rancos de aviões, as explosões, vidros que se estilhaçam, ao choro de crianças, aos gritos de terror. Guardam também forte referências aos cheiros, dos explosivos, de enxofre, de queimado, de poeira (POLLAK, 1989).

Desta forma os espaços, dentro destes quadros espaciais trabalham como pontos de referência da memória. É a relação de nossa percepção espacial em

interação com o tempo da memória que nos permite dizer “Eu estive lá”. É nesta direção que se pode apontar o papel central do espaço construído como um suporte de memória. As memórias encontram nos lugares uma capacidade de evocação, uma capacidade de atuar como elemento constitutivo dos processos da memória.

É na superfície habitável da terra que nos lembramos de ter viajado e visitado locais memoráveis. Assim, as “coisas” lembradas são intrinsecamente associadas a lugares. E não é por acaso que dizemos, sobre uma coisa que aconteceu, que ela teve lugar. É de fato nesse nível primordial que se constitui o fenômeno dos “lugares de memória”, antes que eles se tornem uma referência para o conhecimento histórico. Esses lugares de memória funcionam principalmente a maneira de *reminders*, dos indícios de recordação, ao oferecerem alternadamente um apoio à memória que falha, uma luta na luta contra o esquecimento, até mesmo uma suplementação tácita da memória morta. Os lugares permanecem como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam, como voam as palavras (RICOEUR, 2007, p.57-58).

Verifica-se que o espaço se apresenta como referência para o trabalho da memória. Como indício que serve de suporte para as recordações, lugares de “permanência” e inscrição de registros da memória, além de manifestar a potencialidade de se apresentar como documentos.

A este respeito, conforme Pollak (1992), os lugares ao atuarem como suportes de memória, podem ser lugares vividos pessoalmente, lugares que digam respeito a um período “vivido por tabela” ou ainda lugares relacionados a uma memória fora do espaço-tempo do indivíduo ou grupo. Sendo assim, os lugares podem ser particularmente ligados a uma lembrança pessoal, lugares visitados ou vividos pessoalmente, que apresentam ou não um apoio no tempo cronológico. A casa materna ou o espaço da primeira infância são elementos com presença constante nas autobiografias (BOSI, 1994). Pode-se recordar também, de lugares vividos pessoalmente e que nos marcam de uma maneira muito forte, independente de lembrarmos da data real em que a vivência se deu. Daí decorre a afirmação de Ricoeur, (2007) para quem os espaços habitáveis são memoráveis por excelência.

Com relação à faceta mais pública ou coletiva da memória, os lugares são capazes de se constituir como espaços de apoio ou comemoração de acontecimentos que a pessoa pode ou não ter vivido pessoalmente. Lugares que atuam como suporte de acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade a qual a pessoa sinta pertencer.

Como exemplo, os monumentos em homenagem aos combatentes e aos mortos durante a Segunda Guerra Mundial e seus significados para aqueles que sobreviveram aos campos de batalha e toda uma geração que vivenciou tal período da história (POLLAK, 1992).

Por fim, lugares longínquos ou fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa também podem constituir lugares importantes para a memória de um grupo. Caso por exemplo, de descendentes de imigrantes que sentem forte identificação com as tradições, lugares e as memórias transmitidas como heranças familiares, ainda que nunca tenham de fato se deslocado para o país de origem de seus antecessores. Processo possível devido à possibilidade de “herança”, de transferência, transmissão de uma memória, que nos é transferida, em verdade, absorvida por um processo de projeção ou identificação com o passado, por meio de socialização política ou histórica (POLLAK, 1992).

A partir destes apontamentos nota-se que um ponto fundamental que habilita aos lugares a atuarem como importantes referências para a memória diz respeito à durabilidade do meio material:

Por se tratar de processos cognitivos encarnados (*embodied cognitive processes*), estão eles [os artefatos] marcados por uma inserção física no universo material. A exterioridade, a concretude, a opacidade, em suma, a natureza física dos objetos materiais, trazem marcas específicas à memória [...] Basta lembrar que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente (MENESES, 1998, p.90).

Neste sentido, por mais que a apologia a *tabula rasa*, legada pelo movimento moderno, e as recentes ondas de demolições e projetos de requalificação e modernização das cidades muitas vezes nos apontem em direção contrária. “O espaço é o meio de inscrição das oscilações mais lentas que a história conhece” (RICOEUR, 2007, p.162). O espaço material das cidades tende a se manter com maior frequência, em comparação com as convulsões e agitações sociais que ocorrem entre os grupos.

Conforme nos aponta Halbwachs (1990), os habitantes são levados a prestar uma atenção desigual ao aspecto material das cidades. Geralmente nos devotamos e prestamos maior atenção, a uma determinada rua, casa, edifício, ou

qualquer outro aspecto do universo material a nosso redor, que se encontra de certa forma dentro de nosso “círculo mais próximo” de relações. Nesta direção, dificilmente a demolição ou qualquer tipo de alteração que atinja uma edificação que diga respeito à memória de apenas alguns poucos indivíduos, poderá ser detida. Portanto, é primordialmente dentro das manifestações de um grupo, ou coletividade, que se manifestam as resistências às transformações de um espaço.

Com efeito, as cidades, seus espaços e construções se transformam no curso da história. No entanto, é necessário apontar que cada sociedade recorta o espaço a seu modo, isto implica dizer que há tantas maneiras de representar o espaço quantos sejam os grupos. É nesta direção que Ricoeur (2007) nos revela o potencial do espaço construído como fundamento para a reconstrução da memória coletiva não só a partir de seu caráter de inscrição, de marca exterior utilizada como apoio e escala para o trabalho da memória. Mas também como espaço que é sempre lembrado, ou utilizado como combustível, matéria, dentro de uma narrativa.

[...] o espaço construído consiste em um sistema de sítios para as interações mais importantes da vida. Narrativa e construção operam um mesmo tipo de inscrição, uma na duração, a outra na dureza do material. Cada novo edifício inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade. A narrativa impregna mais diretamente ainda o ato arquitetural na medida em que este se determina em relação com uma tradição estabelecida e se arrisca a fazer com que alternem renovação e repetição. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler (RICOEUR, 2007, p.159).

Neste sentido reconhecer a cidade, seus espaços e construções como lugar de memória é percebê-las como âncora para a memória coletiva, uma destas aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Como resistência no espaço que permite a concretização do tempo da memória. No entanto, cabe ressaltar que ao ser utilizado como suporte para a memória os lugares não se constituem por um coletivo de vivências homogêneas. A cidade e seus espaços comportam os mais diversos atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos, festas, comportamentos e hábitos. Da mesma forma coexistem em uma cidade, em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas.

Reafirma-se a importância do lugar para a construção da memória coletiva, pois embora cada lembrança seja expressada de forma idiossincrática, em histórias privadas, o espaço as inscreve como em um palimpsesto, onde cada fragmento de memória adiciona uma cor, matiz, à recordação. Assim também são as cidades:

[...] cada cidade é um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa. Nesse curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos fatos. Personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares (PESAVENTO, 2007, p.17).

Reforça-se um caráter essencial dos espaços como lugares de memória. A partir dos diferentes grupos e formas de apropriação do espaço, eles “acumulam” camadas de memória, eles permitem diversas leituras do espaço. É esta a alegoria do palimpsesto evocada pela autora. Cidades embora sejam pedra, aço, ferro, vidro, barro, equipamento e traçado, como nos lembra Pesavento (2007), podem ser lidas. Seriam os procedimentos desta leitura que fariam com que a arquitetura assuma o caráter de uma narrativa. Narrativas que articulam no presente, as diferentes e possíveis memórias sobre o espaço. Neste sentido, ela:

[...] colore com os tons do presente as supostas ocorrências do passado, pois a memória só pode ser social se puder ser transmitida e, para ser transmitida, tem que ser, primeiramente, articulada. A memória social é, pois, memória articulada. São, entretanto, diversas as maneiras de se articular a memória (CARSALADE, 2014, p.183).

Tais narrativas, sobre as cidades e seus lugares, podem ser expressas e encontradas de maneiras diversas e são articuladas de múltiplas formas, comumente em registros escritos ou ainda por meio da oralidade. Neste ponto caberia ressaltar uma questão essencial com relação aos artefatos e a articulação das diferentes narrativas e discursos que estes alimentam. Abordo aqui a possibilidade de tratamento do artefato como rastro, prova, documento, evidência e testemunho de um determinado acontecimento ou lembrança.

Conforme Ricoeur (2007), se um papel de prova pode ser atribuído aos documentos, é porque o pesquisador vem ao documento com perguntas. A este respeito Meneses (1998), nos lembra, o documento é um suporte de informação. Os

traços materialmente inscritos nos artefatos, como sua morfologia, composição físico-química, sinais de uso e assim por diante, orientam leituras sobre as tecnologias e condições sociais de fabricação, sua função, significações, entre outros. Portanto, não é o pesquisador que faz o documento falar, mas sim o pesquisador que fala por meio dos documentos. No que tange a memória, torna-se assim documento tudo que pode ser interrogado por um pesquisador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado, incluindo aqui, as edificações.

Se artefatos são produtos do engenho humano ao qual são atribuídos sentidos, se os artefatos transcendem suas meras qualidades morfológicas, se essas só podem ser interpretadas em articulação com “atributos historicamente selecionados e mobilizados”, não importa então se falarmos de uma agulha ou de uma estrutura gigantesca, complexa, cheia de detalhes visíveis e invisíveis: todos, sem exceção, dependem da interpretação que deles é feita por seus usuários (BITTENCOURT, 2009, p.24).

Mas existem lugares em que estas interpretações, narrativas (escritas, ou orais) podem ser agrupadas na conformação de diferentes discursos sobre a memória de um lugar, de acontecimentos ou personagens, que por sua vez são colocadas a disposição de uma nova interpretação por seus usuários.

Os museus, os memoriais ou centros de memória se caracterizam como espaços físicos delimitados, que apresentam um potencial de materialização da memória. Permitem a rememoração e a preservação das mais diferentes narrativas, em alguns casos cristalizando significados ou ainda produzindo novas significações no campo da memória. Estes lugares da memória operam a um só tempo como campos discursivos, centros de interpretação e arenas políticas. Lugares de institucionalização da memória que desde seus primórdios ocupam prédios diferenciados de notável significado nos grandes centros urbanos.

Para além da inserção destas instituições na paisagem das cidades, sua arquitetura e as imagens que as mesmas ajudam a reforçar e (re) criar, interessa para os fins da presente pesquisa, um tipo específico de instituição museal. Trata-se dos museus que lidam com a institucionalização de memórias do trauma, principalmente das iniciativas que se instalam em edifícios que tem como característica uma relação direta com a memória que referenciam. Seja como espaço de repressão ou de

resistência. Um grande número destas instituições se origina no período pós-segunda guerra, principalmente a partir de década de 1980.

Com este intuito passemos agora para uma conceituação breve dos museus, para depois estabelecermos o enfoque sobre o surgimento das instituições supracitadas, de maneira a evidenciar aspectos que sejam relevantes em nossa reflexão sobre o uso do espaço construído na constituição dos museus que lidam com as narrativas de situações traumáticas.

3.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEMÓRIA, O MUSEU: CONCEITOS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O estabelecimento de lugares, construções e espaços destinados à função memorial de evocação de uma lembrança é uma prática comum a humanidade. Ela se relaciona ao sentido original da palavra monumento, derivada do substantivo latino *monumentum*, que por sua vez descende do verbo *monere*, com o significado de “advertir”, “lembrar à memória”. O monumento designava todo artefato, ou um conjunto deles, deliberadamente concebido por um agrupamento humano, com a finalidade de lembrar, para uma memória viva, orgânica e afetiva de seus membros, acontecimentos, pessoas, regras ou ritos sociais que se caracterizam como práticas constitutivas da identidade daquele grupo.

Preservar a memória de fatos, pessoas ou ideais, por meio de constructos que as comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas. É, pode-se dizer, um universo cultural e é essa função memorial que está por trás da noção de monumento em seu sentido original. Conceito, aliás, que se encontra vinculado ainda a uma produção simbólica, à instituição de um objeto como monumento por um grupo e à capacidade deste de atuar sobre a memória coletiva (SANT’ANNA, 2003, p.46).

Sejam eles túmulos, tumbas, postes, totens, construções ou inscrições, sob as mais variadas formas, os monumentos existem em todas as culturas e sociedades humanas. No entanto, a partir do estabelecimento da história como disciplina científica e de um movimento de desenvolvimento de memórias artificiais, este sentido original da palavra monumento perde força progressivamente, dando lugar a noção de monumento histórico.

O monumento histórico constitui-se de construções elencadas ao estatuto memorial em momento posterior à sua criação. São elementos selecionados em meio à massa de artefatos existentes, por seu valor histórico ou artístico. Diferente do significado original do monumento, o monumento histórico, longe de ser um universal cultural, é datado e ocidental.

O monumento histórico não é um artefato intencional, criação *ex nihilo* de uma comunidade humana para fins *memoriais*. Ele não se volta para a memória viva. Foi escolhido de um *corpus* de edifícios preexistentes, em razão do seu valor para a história (seja de história factual, social, econômica ou política, de história das técnicas ou de história da arte...) e/ou de seu valor estético. Dito de outro modo, na sua relação com a história (independentemente de qual seja ela), o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber. Por outro lado, na sua relação com a arte, ele requer a sensibilidade estética resultante de uma experiência concreta (CHOAY, 2011, p.13-14).

Originada na esteira do Renascimento na Europa a noção de monumento histórico, passa a ser substituída gradativamente, a partir da Revolução Francesa, pelo termo patrimônio e se relaciona com o que chamamos, hoje, de patrimônio cultural, termo que abriga sob a mesma denominação estas duas manifestações da noção de monumento.

A partir dos ideários e de um projeto burguês, tendo como vértice a Revolução Francesa, em 1789, a expressão passa a ser vinculada ao campo da representação e a ser utilizada com fins políticos, com o objetivo de unir grupos cultural e socialmente distintos, em um projeto unificador de identidade e de nação. Neste sentido, os testemunhos históricos e artísticos são valorizados como construção de uma cidadania formadora da coletividade. Os monumentos históricos, os saberes e as práticas que os rodeiam institucionalizam-se. Esculturas, pinacotecas, arquivos nacionais e bibliotecas públicas, são criadas com a função de dar visibilidade ao poder constituído e de servir ao mesmo tempo como ferramenta para instrução dos cidadãos. É também neste contexto que os museus se consolidam enquanto instituição:

A força do conceito de instituição clareia sua função organizadora. [...] as instituições são percebidas como fator de organização da sociedade, interligação dos indivíduos a atividades permanentes, passando a conhecer sua própria sociedade através das representações coletivas que a simbolizam em totalidade. [...] a

instituição inscreve-se no contexto do grupamento social legitimado, sendo reconhecida e dotada de verdade validada por si própria, um fato social que determina comportamentos coletivos e inscreve-se como instrumento de análise das contradições sociais. A institucionalização das coleções reais e privadas em museu, tal como hoje é entendido, atenderia perfeitamente as ambições burguesas em afirmar-se enquanto classe dominante (CASTRO, 2002, p.103).

A origem da palavra museu advém da Grécia antiga, uma alusão ao templo das musas, o *Museion*. Dedicados às nove deusas das artes e das ciências, filhas de Zeus e Mnemôsine, lugares de culto e adestramento nas artes.

No entanto, o museu da forma como o conhecemos hoje, passa pelas coleções de objetos e dos gabinetes de curiosidades, onde o contato com este patrimônio era ainda restrito a alguns estudiosos e é apenas nos séculos XVII e XVIII que estes se reorganizam como visto anteriormente, enquanto instituição, assumindo um formato próximo ao que conhecemos atualmente. A ideia de “um espaço bem delimitado, destinado à guarda, estudo e exposição de objetos aos quais é atribuído um sobrevalor – importância religiosa, cívica, científica, estética, ou qualquer outra- que os torna passíveis de proteção” (BITTENCOURT, 2009, p.17).

Segundo o ICOM (Conselho Internacional dos Museus) um museu é:

[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2014, p.64).

De fato, o conceito de museu sofreu grande expansão, principalmente no contexto pós-segunda guerra mundial no qual a criação do ICOM teve determinante influência, propiciando grandes avanços na mentalidade museal em resposta as demandas sociais do pós-guerra.⁶ Portanto, ainda que tenham se estabelecido a partir de uma tradição do ocidente, as instituições museais se configuram na contemporaneidade como um fenômeno de alcance global.

Esta feição institucional dos museus, resultado desta complexa vinculação com o estabelecimento dos Estados Nacionais, os estabelecem como local de

⁶ Para uma visão introdutória a respeito da origem do museu e da história do movimento museológico ver: JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: Caderno de Diretrizes Museológicas 1. Brasília e Belo Horizonte: MinC/IPHAN/DEMU/Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2ª ed., p. 19-32, 2006.

preservação de uma memória e patrimônio cultural. Patrimônio e memórias estas que espelhavam o poder das camadas dominantes da sociedade. Estabelecem-se os museus como instrumento de afirmação da nacionalidade, que deveriam estimular a admiração pública.

É a partir desta configuração que se deu a exportação e absorção deste modelo de instituição museal pelo novo mundo e pelas nações orientais. Nas colônias com a implantação de museus que refletiam a forma como a cultura local era vista pelos “olhos europeus”, representavam um desejo de incorporação política das realidades que se ora se descortinavam. No oriente, ainda que um pouco mais tarde, principalmente através da implementação de museus de arte de estilo ocidental, reflete-se a disposição de mostrar ao ocidente uma posição como aliado político confiável e uma adesão aos símbolos e valores ocidentais (DUNCAN, 1996).

Neste sentido, desde seus primórdios se percebe o museu como espaço de não neutralidade. “A instituição museal torna-se, por força de sua representatividade, uma preciosa aliada na utilização da memória coletiva como exercício de poder” (CASTRO, 2002, p. 111). Caráter reforçado pela monumentalidade das edificações em que estas instituições se instalam. Desde sua implantação nas principais cidades europeias no século XVIII os museus sempre ocuparam prédios diferenciados, de notável significado nos grandes centros urbanos, grande parte deles considerados como patrimônios edificados, já antes de lhes serem atribuídos uma função museal.

Conforme Kiefer, “os museus nacionais, criados em resposta à crescente demanda de participação nos negócios do estado por uma burguesia ascendente, encontram na tipologia dos palácios sua primeira forma de expressão arquitetônica” (2001, p.14). O Museu do Louvre (1791) que teria como sede parte do palácio real do Louvre, localizado no centro de Paris, se constitui como uma das principais referências destes museus, que passam a ocupar os edifícios públicos existentes, de preferência os palácios, onde naquela época já se encontram diversas das obras de arte que estas instituições deviam agora preservar (FIG. 1).

Por volta deste período são criadas por toda Europa outras instituições museais com o mesmo perfil, como o Museu do Prado em Madri (1819), o Altes Museum em Berlim (1810), o Museu Hermitage em São Petersburgo (1852), Museu Britânico em Londres (1753), Museu Palácio de Belvedere em Viena (1781), Museu

Real dos Países Baixos em Amsterdã (1808), entre outros (FIG. 2 a 7). Tinham como pressuposto demonstrar a legitimidade dos estados nacionais, ao mesmo tempo em que exibiam exemplares coletados durante as expedições coloniais. No contexto brasileiro é inaugurado em 1818 o Museu Nacional, fundado por Dom João VI, na época denominado de Museu Real, por ocasião da transferência da corte portuguesa para o Brasil (FIG. 8).

Figura 1 – Museu do Louvre - Paris



Fonte: TIBUROM, 2013.

Figura 2 – Museu do Prado - Madri



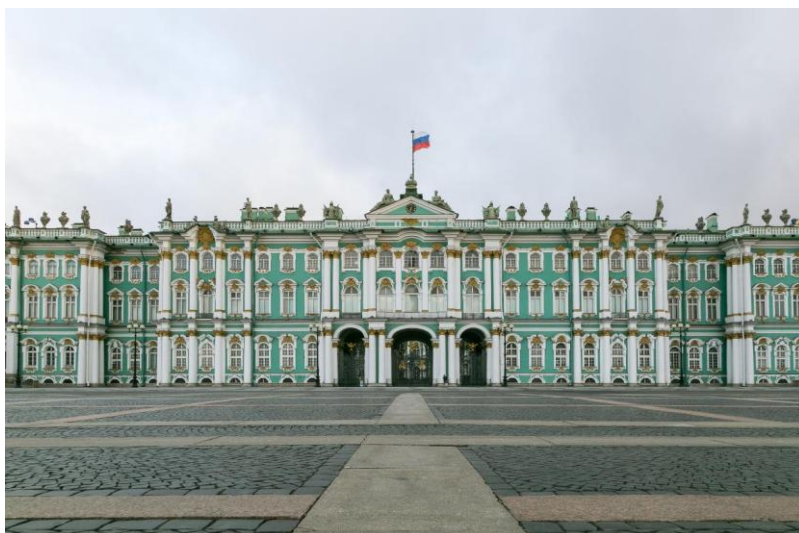
Fonte: WIKIMEDIA, 2013.

Figura 3 – Altes Museum - Berlim



Fonte: WIKIMEDIA, 2013.

Figura 4 – Museu Hermitage - São Petesburgo



Fonte: NGV, 2015.

Figura 5 – Museu Britânico - Londres



Fonte: MAPA DE LONDRES, 2012.

Figura 6 – Museu Palácio de Belvedere - Viena



Fonte: CIDADE VIENA, 2015.

Figura 7 – Museu Real dos Países Baixos - Amsterdã



Fonte: DECOLAR, 2014.

Figura 8 – Museu Nacional - Rio de Janeiro



Fonte: CONOTICIAS, 2015.

Em sua origem estas instituições se caracterizam por um acesso restritivo a seus espaços, inicialmente como lugares para os membros das classes mais abastadas, pesquisadores, membros da nobreza e das classes dominantes. Ao longo do século XIX e XX, vão gradualmente se abrindo a visitação pública. No entanto, para além do acesso físico aos espaços do museu, outra questão fundamental na relação da instituição museal com seu público diz respeito à coleta de acervo, que em seus primórdios, privilegiava os segmentos das elites sociais. Suas exposições adotavam um tratamento factual da história, promovendo o culto à personalidade, a veiculação de conteúdos dogmáticos, em detrimento de uma reflexão crítica (JULIÃO, 2006). Detinham então um papel privilegiado como propagadores de uma memória oficial, fortemente identificada com a ideia da nação como principal suporte de uma memória coletiva.

Estes fatores que exercem ainda hoje, influências nas práticas museais, constituem-se em um dos principais veículos de críticas feitas aos museus. Foram diversos os intelectuais que desde a gênese das instituições museais, despenderam críticas à lógica museal⁷. Preso a ideia de representação de uma unidade nacional, a partir de uma perspectiva elitizada, o discurso museal impossibilitava ao público visitante uma identificação mais profunda com o que viam em suas galerias, estes se configuravam apenas como espectadores.

As primeiras décadas do século XX trazem mudanças, principalmente a partir das críticas realizadas pelas vanguardas do movimento moderno aos espaços museais e ao mesmo tempo pelo surgimento de uma visão mais pragmática e associada a uma vertente mais mercadológica de museu nos Estados Unidos. O museu começa a atender novas demandas e serviços, associados não só a uma vertente educacional e cultural, mas também ao entretenimento (SILVA, 2007).

Não só as formas, mas também a conceituação por trás destes projetos de museu irão se modificar. As possibilidades que o uso disseminado do concreto armado

⁷ Émile Zola (1840-1902), escritor e intelectual francês, ao visitar o Louvre, descreve o tédio e o desinteresse que aquela sucessão de obras e salas lhe provocavam. No *manifesto futurista* lançado em 1909, Filippo Marinetti (1876-1944), poeta e escritor italiano, chamava os museus de cemitérios e propunha que fossem destruídos. Para o “modernismo e os movimentos de vanguarda o museu significava o imobilismo” (PINHEIRO, 2004, p.104).

traz, refletirão na adoção de novas formas e novos elementos na arquitetura das cidades, sendo os projetos de museu, espaços para a experimentação e inovação.

Mas não era apenas a forma do museu que estava mudando, havia toda uma nova conceituação por trás desses projetos. Os museus agora eram projetados para serem lugares agradáveis de ficar até mesmo independentemente de seus motivos-objeto, o acervo exposto. Para isso foram agregados novos serviços como restaurantes, lojas, parques e jardins, além de outras facilidades e, mais do que tudo, em contraposição ao museu antigo, muita luz natural iluminando amplas circulações e grandes espaços de exposição muito mais integrados e fluidos (KIEFER, 2001, p.20).

O Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), fundado em 1929, traduz de forma exemplar esta nova lógica para os museus (FIG.9). Inaugurando a vertente de um espaço que se dizia capaz de uma menor interferência possível entre a arquitetura, a expografia e o acervo, de maneira a compor uma arquitetura que se desejava “neutra”, adaptável, com ampla iluminação e uma versatilidade dos espaços. O MoMA incluía em sua agenda, uma vasta programação de debates, palestras, seções de cinema, além de exposições temporárias e atividades de arte-educação (SILVA, 2007). No contexto brasileiro, o Museu de Arte de São Paulo (MASP) com projeto de 1957, e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ), em 1958, representam esta mesma concepção de espaço museal (FIG. 10 e 11).

Figura 9 – Museu de Arte Moderna (MoMA) - Nova York



Fonte: JEANPIERRESEGUIN, 2012.

Figura 10 – Museu de Arte de São Paulo (MASP) - São Paulo



Fonte: WIKIMEDIA, 2015.

Figura 11 – Museu de Arte Moderna (MAM) - Rio de Janeiro



Fonte: MIMOA, 2012.

O Museu Guggenheim de Nova York, com projeto iniciado em 1943, cuja inauguração se deu em 1958, se conforma como caso paradigmático na arquitetura de museus, introduzindo conceitualmente a ideia da própria edificação do museu a ser percebida como obra de arte (FIG.12). O “Guggenheim de Nova York, introduziu o conceito de ‘museu como obra de arte’. Assim, a arquitetura deixava de ser somente ‘embalagem’ e interagia visualmente com as obras em exposição, como faz os caracóis dinâmicos de Wright.”(VEIGA, 2013, p.53). O Guggenheim de Nova York inaugura uma

vertente de inúmeras arquiteturas projetadas especificamente para abrigar coleções, que começam a apresentar formas espetaculares que competem com o acervo exposto no museu.

Figura 12 – Museu Guggenheim - Nova York



Fonte: WIKIMEDIA, 2013.

Apesar de estabelecer uma relação de parceria entre a obra e a instituição, a produção modernista, que se pretendia funcionalista, quesito representado em uma das máximas do período, “a forma segue a função”, nunca teve uma relação pacífica com as questões funcionais (KIEFER, 2001). A presumida neutralidade do espaço, privilegiada pelo o que se convencionou denominar como a lógica do “cubo branco”, considerada por muitos, ainda hoje, como cenário ideal, de fato nunca existiu. “A suposta neutralidade do espaço expositivo asséptico e atemporal do cubo branco é desconstruída através da leitura do artista, que demonstra a influência deste espaço na criação artística” (SILVA, 2007, p.33).

No entanto, apesar de todas as transformações nos espaços museais, permanecia ainda um distanciamento destas instituições com o público. Ainda que propusessem uma série de novas atividades que incentivam a visita, havia toda uma diversidade cultural que não se sentia representada nestes espaços de memória. Esta condição somente irá se alterar frente aos movimentos e demandas que se originam no período pós-segunda guerra mundial, principalmente a partir da década de 1960, movimentos estes que ganham força nas décadas seguintes. Tal agitação resulta na quebra do paradigma dos museus enquanto lugares associados

exclusivamente ao universo simbólico das elites e a uma ideia hierarquizada de cultura, proposições que correm em paralelo com o alargamento da noção de patrimônio.

No Brasil ainda que inicialmente o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade para a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), objetivasse uma política para o patrimônio e para os museus que incorporasse as mais diversificadas manifestações da cultura brasileira. O que se efetivou na prática com a criação do órgão em 1937 foi a oficialização de um conceito de patrimônio restritivo, ainda associado ao universo simbólico das elites e a uma ideia hierárquica da cultura, com foco por sob os aspectos estéticos dos bens culturais (SANT'ANNA, 2003).

Na coordenação da política de museus o SPHAN, primou por uma abordagem dos fatos e personalidades excepcionais. Preponderavam os critérios estéticos e de raridade na formação das coleções, bem como uma história tratada sob o ponto de vista das elites e do Estado. Além de apresentar a ideia de que:

[...] os museus deveriam educar o povo, preparando-o para o progresso e civilização, eram vetores conceituais presentes na maioria dos museus organizados pelo SPHAN, configurando uma política distante do ideal formulado por Mário de Andrade, que incluía a preservação de bens representativos da cultura popular (JULIÃO, 2006, p.25).

A modificação desta política cultural se daria apenas a partir da década de 80 do século passado, no qual o já IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) passa a objetivar, democratizar a concepção e o acesso ao patrimônio cultural, ao reconhecer a diversidade cultural do país e os produtos do fazer popular como horizontes de atuação. Isto devido às críticas a atuação do antigo SPHAN, que era identificado como “elitista, exclusivamente técnico e alheio aos debates e inovações no campo das políticas culturais” (JULIÃO, 2006, p.25).

Estes debates que terão influência direta nas instituições museológicas acabam por gerar um movimento de renovação na museologia e nos museus, que se inicia, como já mencionado, no contexto do final da segunda guerra mundial. A partir da década de 60 do século XX, se acentuam as críticas aos museus, por movimentos que objetivavam uma democratização a cultura, como a movimentação pelos direitos

civis dos negros americanos, o processo de descolonização africana, a luta pela afirmação dos direitos de minorias sociais, como os direitos das mulheres e homossexuais. Tal contexto configura cenário propício para mudanças nas políticas culturais.

Frente a esta conjuntura os museus se reestruturam e começam a incorporar as questões relativas à vida cotidiana das comunidades, as lutas pela preservação do meio ambiente e a memória de grupos sociais específicos. Contribuem de maneira decisiva para tanto, as discussões realizadas no âmbito da IX Conferência Geral do ICOM em 1971, e no ano seguinte a realização por parte da UNESCO, da Mesa Redonda de Santiago no Chile, nas quais se discutiam as funções do museu a serviço do homem e o papel dos museus na América Latina, respectivamente (MATTOS, 2010).

Destas reuniões novas práticas e teorias sinalizam para uma função social do museu, que passava a redefinir o seu papel, ao estabelecer como seu objetivo maior o público, e não mais seu acervo. Este fator imprime aos museus uma função crítica e transformadora na sociedade. Neste sentido, é neste íterim que o surgimento do conceito de ecomuseu e museu comunitário⁸, no qual se expressa a relação da população de um determinado território com sua história e com o território que o cerca ao incorporar o patrimônio natural e cultural, transforma a relação entre o museu e a sociedade.

Em 1984, estes princípios passarão a ser sistematizados e respaldados no I Ateliê Internacional Ecomuseu/Nova museologia, em Quebec, no Canadá no qual são adotados na Declaração de Quebec, “uma série de princípios que inverte a lógica de constituição das coleções museológicas: o público passa a ter participação ativa, colaboradora e essencial” (MATTOS, 2010, p.123).

Desta forma é lançado nesta reunião o chamado MINOM (Movimento Internacional da Nova Museologia) que nas palavras de Hughes de Varine-Bohan (*apud* MARTINS, 1997, p.157)⁹:

[...] invertendo a ordem dos fatores, a nova museologia deve partir do público, ou seja, de dois tipos de usuário: a sociedade e o

⁸ Para uma boa introdução ao surgimento dos Ecomuseus ver: MATTOS, Yára. Outras faces da museologia: o museu e a comunidade. In: MATTOS, Yara. **Abraçadabra: uma aventura afetivo-cognitiva na relação museu-educação** / Yara Mattos, Ione Mattos. Ouro Preto: UFOP, 2010.

⁹ MARTINS, Maria Helena P. Ecomuseu. In: TEIXERA COELHO. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. 1ª Ed. São Paulo. Iluminuras. 1997.

indivíduo. Em lugar de estar a serviço dos objetos, o museu deveria estar a serviço dos homens. Em vez do museu "de alguma coisa", o museu "para alguma coisa": para a educação, a identificação, a confrontação, a conscientização, enfim, museu para uma comunidade, função dessa mesma comunidade.

Essas orientações inserem os museus numa concepção antropológica de cultura, abrangente e que deve ser compreendida como um sistema de significações. O que pressupunha abandonar alguns procedimentos tradicionais dos museus, como a priorização de segmentos da cultura dominante, valorização de tipologias específicas de acervo ou ainda uma ideia de hierarquização da cultura (JULIÃO, 2006).

É importante notar aqui que se trata de uma explicitação de uma nova função social para os museus. E não de uma oposição entre um antigo modelo de museu, cuja unidade conceitual estaria nos objetos, chamado por vezes de "tradicional". E um novo modelo de museu, cujo foco recai sobre as questões do chamado patrimônio imaterial, ou que em alguns casos pretende-se intitular enquanto museu sem acervo, sem coleção. Abro aqui, um parêntese para tecer alguns breves comentários a respeito da divisão operacional que se efetua, no contemporâneo, entre patrimônio material e patrimônio imaterial.

A qualificação de patrimônio imaterial, também chamado "intangível", que se estabelece por uma oposição ao chamado patrimônio material, "tangível", ou ainda conhecido como "patrimônio *de pedra e cal*", se instala por todo mundo a partir das práticas de preservação oriundas dos países asiáticos e dos países do chamado Terceiro Mundo (SANT'ANNA, 2003). Na forma como são percebidas as questões patrimoniais nestes países, predomina uma visão de que os bens culturais não seriam tão importantes por sua "materialidade", mas, por serem expressões de conhecimentos, práticas e processos culturais. Por um *saber-fazer*, cuja preocupação na preservação, recai sobre a transmissão do modo ou da técnica empregada para as gerações futuras, e não na preservação dos objetos, edificações, em suma, dos artefatos produzidos pelos saberes em si.

De grande impacto nas práticas de preservação patrimonial o estabelecimento da categoria "imaterial", tem vasta importância. A partir de sua consolidação, lugares, festas, formas religiosas, música, dança, culinária, medicina popular, entre diversas outras formas de expressão e técnicas, tradicionalmente mais

aproximadas das camadas excluídas da população, ganham relevância e passam a ser incorporadas e reconhecidas como patrimônio (GONÇALVES, 2003).

No entanto, basta um olhar mais profundo, para perceber que esta suposta divisão reflete em verdade uma “nova” forma de olhar para as manifestações culturais dos grupos humanos e para os bens que são produzidos através delas. Toda forma de manifestação que se enquadra na categoria da “imaterialidade”, possui uma dimensão tátil, tangível ou material. O que seria do *saber-fazer* culinário, sem sua manifestação material, o prato, ou a comida em si? É através dela que somos convidados a descobrir seus sabores, cheiros, texturas, que por suas especificidades os tornam qualificados, marcantes e característicos de um grupo social, a ponto de se justificar sua preservação. O que seriam das festas e comemorações sem, os trajes, bandeirolas, decorações ou toda configuração que se efetua no espaço onde acontecem? Da mesma forma, afirma-se o movimento reverso. Que importância teria uma determinada arquitetura ou edificação, sem os significados simbólicos, históricos, políticos, que cabe lembrar, não estão nas coisas em si, mas se fazem por meio das interações e relações humanas, portanto, aspectos “imateriais” que os rodeiam?

Alguns pesquisadores dos chamados estudos de cultura material insistem em nos lembrar, e ainda bem que o fazem. A materialidade de modo algum está restrita ao material, ao que se percebe como propriedades físico-químicas dos objetos. Nenhuma atribuição de sentido é imanente. “Nada que não sejam os dados, está inscrito na morfologia dos artefatos, nem mesmo sua função” (BITTENCOURT, 2011, p.28).

Embora não se dê de maneira simples, este imbricamento entre os aspectos materiais e imateriais se faz de grande importância para a reflexão que aqui se constrói sobre o espaço construído como lugar de memória. É a partir desta complementaridade que se estabelece o complexo relacionamento das instituições museais com os edifícios que estas ocupam. Principalmente quando as mesmas assumidamente exercem um papel fundamental, no relacionamento com o público e dentro da narrativa museal, que como veremos adiante, se estabelece de maneira ainda mais problemática nos museus que lidam com as memórias traumáticas.

A questão basilar é que os aspectos materiais e imateriais da noção de patrimônio devem atuar juntos, principalmente nos museus, manter o foco apenas por

sobre uma destas esferas é condenar o patrimônio e a cultura a um reducionismo, numa mutilação de seu sentido pleno. Seja num chamado “Museu Tradicional” ou em um “novo” modelo de museu, o fato é que na atualidade os museus devem procurar uma aproximação e participação do público visitante de maneira mais ativa, dialógica, através de novas estratégias de comunicação¹⁰, pesquisa e preservação, de forma a garantir um amplo acesso e o cumprimento de sua função social.

Outras questões se colocam como fundamentais para se pensar os museus em relação com o espaço construído, tanto a partir das edificações que estes ocupam quanto a partir de sua inserção no meio urbano na contemporaneidade. Com o alargamento da noção de patrimônio, cada vez mais, novos “objetos”, passam a ser incorporados a esta categoria. Observa-se também um estreitamento dos laços das instituições museais com o mercado.

A expansão do campo patrimonial, como vimos no capítulo dedicado as políticas da memória, faz com que os museus comecem a incluir objetos pertencentes a uma dimensão temporal cada vez mais próxima do presente. As instituições museais passam a ter de lidar com artefatos de realidades cada vez mais desafiadoras e com questões relacionadas à coleta contemporânea de acervos. Ao mesmo tempo este número cada vez mais crescente de artefatos, implica em novas reflexões nas políticas museais, tanto no que tange a seleção do que merecia ser transmitido para as próximas gerações, quanto na forma como estes objetos, valores e ideias serão transmitidos.

Em meio a este turbilhão de novas confrontações o problema de sustentabilidade destas instituições tem levado a uma aproximação dos museus com as estratégias de mercado. Tal aproximação, em muitos casos assegura os recursos que permitem a sobrevivência destas instituições, porém isto as têm obrigado a se adequarem à lógica do mercado, às exigências do marketing e do consumo cultural. O que apesar de conferir uma visibilidade e trazer um público como nunca visto antes, para os museus, tem convertido suas exposições em espetáculos, megaeventos nos

¹⁰ Cabe mencionar que quando digo comunicação, incluo aqui para além de novas formas e recursos expositivos, as questões relativas às ações educativas, avaliação, divulgação, pesquisas de recepção, publicações, oficinas, entre outras faces da dimensão comunicativa dos museus.

quais o museu se converte em espaço para o puro consumo cultural e relega para um segundo plano sua função social e educativa (JULIÃO, 2006).

A partir desta constatação nas últimas décadas os museus passaram por grandes transformações e estas mudanças tem se refletido em seu aspecto físico:

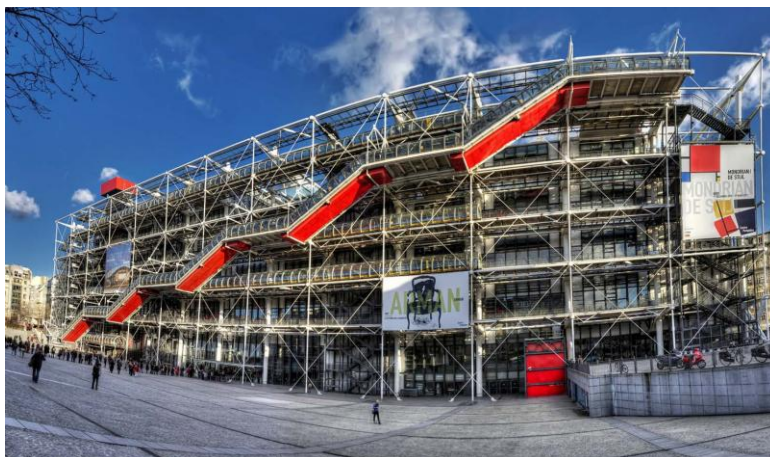
[...] tanto pela necessidade de adequação as novas tecnologias de conservação e adequação as obras, quanto pela necessidade de incluir em seu programa de atividades, lojas, cafeterias, restaurantes e a oferta de um sem número de objetos e publicações; e ainda pela busca de formas arquitetônicas cada vez mais espetaculares numa disputa acirrada onde “ele, o museu, é obra antes mesmo que alguma obra tenha sido nele mostrada” (FALCÃO, 2003, p.52).

Como apontado pelo autor os museus, na medida em que passam a competir no mercado do turismo e do lazer, começam a incorporar as suas já tradicionais funções, uma função comercial. Esta incorporação por parte dos museus de espaços de consumo garantiu a alguns deles a alcunha de “shoppings culturais” ou ainda “museus shoppings”, que seria utilizada para identificar este padrão de grandes museus com forte sentido comercial (VAZ, 2004).

Na disputa para atrair investidores e consumidores, estes passam a procurar oferecer um “produto diferenciado”, diferenciação que pode advir da oferta de diferentes serviços, ou da atribuição de uma “grife” arquitetônica que objetivaria conseguir o maior espaço possível nos meios de comunicação. O que transforma a construção do edifício em espetáculo pelo simples fato deste ser de autoria deste ou daquele profissional (FALCÃO, 2003).

Neste sentido são elencados como paradigmáticos os casos do Centro Georges Pompidou, de Paris, o Museu de Arte Contemporânea e o Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, bem como a franquia do Museu Guggenheim de Bilbao (FIG. 13 a 15). Sendo este último talvez o caso mais polêmico e controverso de museus que se convertem em “novos monumentos das metrópoles” (OHTAKE, 2000). No caso brasileiro o Museu de Arte Contemporânea (MAC), de Niterói, se constitui como um exemplo de instituição museal que se converteu em forte ícone de uma cidade (FIG. 16).

Figura 13 – Centro Georges Pompidou - Paris



Fonte: JUMPERS, 2015.

Figura 14 – Museu de Arte Contemporânea - Barcelona



Fonte: BEBARCELONA, 2014.

Figura 15 – Museu Guggenheim - Bilbao



Fonte: ARCHITETOUR, 2009.

Figura 16 – Museu de Arte Contemporânea (MAC) - Niterói



Fonte: JANELASABERTAS, 2014.

Estas grandes mudanças conceituais, que refletem discussões não só no campo da museologia ou da arquitetura, mas na reestruturação das ciências e na sua relação com a sociedade como um todo. Provocam grandes mudanças que refletem diretamente não só nas formas e concepções arquitetônicas dos edifícios de museu, mas em seu relacionamento com a sociedade e seus hábitos culturais. O que inclui para alguns museus o acompanhamento de uma lógica do poder de mercado que passa a atingir a produção cultural, como decorrência do capitalismo em sua fase avançada. Conforme nos apresenta Ceravolo, tais mudanças chegam aos museus da seguinte maneira:

[...] uma “cultura de museu” desenvolveu-se com base numa “indústria da herança”, utilizando a comercialização da história e outras formas culturais. Cultura e mercado fundem-se numa simbiose frenética. A questão do consumo torna-se basilar para a mudança de hábitos e atitudes desenvolvidos principalmente pela classe média. São tempos marcados pela rapidez na produção de bens e respostas aos desejos de consumo, e muito passa a emanar da chamada cultura e consumo de massa, atingindo mais do que manifestações artísticas (CERAVOLO, 2004, p.246).

Há então um verdadeiro alargamento da noção de museu a partir de seu entendimento como prestador de serviços, com maiores preocupações para com o seu público, que incorporam estratégias administrativas, de marketing e captação de recursos.

Nesta mesma direção, a antropóloga Regina Abreu coloca como característico do espaço das metrópoles no contemporâneo, a proliferação dos chamados museus-espetáculo. A cidade como centro da vida moderna, testemunho da afirmação do efêmero e da valorização do instante, passa a ser habitada em certa medida pelos passantes, indivíduos que circulam em seu território. Para este indivíduo-passante que circula ao acompanhar a velocidade cada vez maior das cidades, seria preciso vivenciar e experimentar, de maneira rápida e evanescente, através dos mais variados sentidos (ABREU, 2012).

Os museus-espetáculo:

[...] são edificadas em escala global. Espaços enormes, edificações assinadas por renomados arquitetos contemporâneos, de altíssima tecnologia com realidade aumentada, HQ code, vídeos em 3D, holografias, experiências midiáticas inovadoras conjugadas com propostas arrojadas de gestão criativa e uma boa dose de empreendedorismo. Muitos destes museus são hoje efetivamente mais modernos que grande parte das empresas de ponta em diversos setores. Não há limite de criação para esses templos da cultura e do entretenimento (ABREU, 2012, p.14).

Tais instituições correspondem a uma necessidade de atendimento as demandas de um dos aspectos da cultura ocidental moderna, onde a noção de indivíduo associa-se à ideia de privado, de interioridade. Os museus-espetáculo atendem “a estas demandas oferecendo espaços de cultura e entretenimento, satisfazendo a curiosidade e apaziguando por instantes os seres em permanente deslocamento em espaços-tempos variados” (ABREU, 2012, p.18). Feitos para sociedades de consumidores estes novos museus são frequentados como shopping-centers, onde este público “consome” cultura e entretenimento pelo prazer momentâneo da aquisição, que pode ser descartada logo em seguida.

De minha parte, vejo com desconfiança estes novos modelos museais. Ainda que se caracterizem como um fenômeno recente, é talvez necessário certo distanciamento para a avaliação de seus caminhos, creio que os museus devem hoje evitar alinhar-se ao processo de massificação dos produtos culturais, sem se render aos imperativos do mercado. Uma produção industrial de cultura, de uma indústria do turismo que longe de promover uma democratização do acesso aos bens patrimoniais, operam, na verdade, uma espetacularização do patrimônio.

Não se trata aqui de se manter alheio à realidade das novas tecnologias e formas de comunicação, o museu pode sim lançar mão de uma linguagem do espetáculo para potencializar sua capacidade informacional e comunicacional, porém estes jamais deverão se tornar espetáculo. Faz-se necessário utilizar tais meios sem abrir mão do compromisso das instituições museológicas com princípios éticos e com o desenvolvimento de uma consciência crítica.

Ainda que incluam os produtos das culturas populares e da cultura de massa, juntos dos produtos da cultura “erudita”, pertencentes às elites, e se utilizem os mais modernos e tecnológicos meios para a construção de suas interfaces comunicativas. Este modelo de museu que surge no contemporâneo reproduz a mesma lógica da instituição museológica como espaço associado a uma “alta cultura”, espaços demarcados, simbólico e socialmente, ainda que públicos, tidos como inacessíveis por grande parte da população.

Para atender esta realidade multifacetada dos museus e das demandas sociais temos no contemporâneo uma grande liberdade dada aos arquitetos para a elaboração de seus projetos de museus. Podemos observar na atualidade os usos dos mais variados materiais, formas e soluções, o único “ponto comum, que une a linguagem de quase todos, é a preocupação com a inserção urbana e o predomínio das grandes circulações internas” (KIEFER, 2001, p.21). Para alguns autores, os museus seriam na contemporaneidade os edifícios que demonstrariam com maior clareza o estado de desenvolvimento da arquitetura. Desafios ambiciosos capazes de sinalizar e identificar as marcas das cidades. “A ideia de uma cidade moderna sem museus é inconcebível” (OECHSLIN, 2007, p.6).

Convivem nos espaços das cidades, novas e velhas experiências museais, que se instalam em edifícios históricos adaptados a função museal, em edificações especialmente projetadas para tal e até mesmo realidades híbridas com um maior ou menor grau de intervenção no espaço urbano. Nas últimas décadas boa parte dos novos museus se desenvolvem no contexto das chamadas operações de requalificação ou revitalização do espaço urbano, projetos cujas propostas pretendem alterar o perfil socioeconômico de cidades ou regiões (HOFFMAN, 2014).

Os museus neste sentido apresentam uma vocação inapelavelmente urbana e este relacionamento é permeado por relações complexas. Nas palavras de

Meneses, “os museus são por origem, situação predominante e vocação preferencial, instituições urbanas por excelência” (1985, p.198). Da mesma forma, segundo Tostes:

Os museus sempre fizeram parte da paisagem das cidades, e foram elemento da complexidade da cidade. Desde o século XIX, passaram a ser serviços públicos de importância comparável a iluminação das ruas e aos sistemas de saneamento. Seus prédios e exposições passaram a ser vistos como articuladores de uma ideia de modernidade urbana e por extensão de modernidade. Grandes cidades precisavam ter grandes museus (2004, p.6).

Temos na contemporaneidade um estreito relacionamento museu e cidade, sendo inclusive comum, visto que a própria ideia de modernidade passa a ser “impensável sem um projeto museico” (HUYSEN, 1997, p.223), a aspiração de algumas cidades a transformarem a si mesmas em “museus” (BITTENCOURT; COELHO, 2010, p.3).

Como visto nas últimas décadas os museus passaram por grandes transformações. Reformulam sua postura tradicional que se definia por seu papel educativo e adaptam-se aos hábitos contemporâneos que encaram a cultura também como bem de consumo. No entanto, esta não seria a única faceta dos museus na atualidade, uma série de outras experiências museológicas, que têm sido consideradas dentro da própria museologia como caminhos alternativos, se faz presente no contemporâneo. Tais experiências geralmente são influenciadas pelos ideais e conceitos ventilados pela que vem a ser conhecido como ecomuseologia, museologia comunitária, museologia social, sócio-museologia, entre outros nomes. Estas práticas e os modelos museais que influenciam são geralmente colocados em oposição a uma museologia “tradicional”, mas que, no entanto ainda apresentam muitos pontos de contato.

Surgidas no seio do movimento da Nova Museologia, cada experiência é singular, não há um modelo a ser seguido. Mas geralmente estas iniciativas têm em comum, a admissão da postura de não neutralidade do espaço museal, se propõem de fato como instâncias para uma experiência de engajamento com as culturas, causas, grupos e memórias que representam.

3.3 MUSEUS E MEMÓRIA DO TRAUMA

Conforme observamos, as mudanças sociais que se colocam em curso no período pós-segunda guerra mundial, somadas a novas abordagens trazidas no seio da disciplina museológica, resultam em um rompimento na postura museológica tradicional. Camadas sociais que nem sempre se sentiam representadas no discurso museal são incluídas, fato que acaba por representar uma possibilidade de revitalizar o papel do museu como espaço simbólico das diversas memórias sociais.

Nesta direção com a expansão do campo patrimonial, soma-se à diversidade de memórias, uma multiplicidade de novas relações e valores atribuídos as categorias patrimoniais. Artístico, histórico, cultural, natural, identitário, simbólico, são diversas as adjetivações feitas a categoria do patrimônio. Comumente, monumentos, lugares e artefatos ao serem percebidos como patrimônio têm a si associados valores que remetem a um sinal “positivo”, tradições, saberes, práticas e objetos que se desejam preservar para as gerações futuras.

No entanto, assistimos desde o fim do século passado a consagração de toda uma série de patrimônios relacionados às memórias de catástrofes, guerras, genocídios, episódios de opressão, contextos de escravidão, tortura, sofrimentos, e toda sorte de situações traumáticas que, a partir das reivindicações de determinados grupos, assumem um valor simbólico e memorial. Por todo mundo acontecimentos como o Holocausto, a Guerra Fria, atos de “terrorismo” global, as ditaduras nos países da América Latina, entre diversas outras situações, se tornam temáticas e questões abordadas por instituições museais. Observa-se uma crescente criação de museus consagrados a temas considerados de tratamento difícil, não só pelas especificidades das coleções e memórias que articulam, mas também devido às questões éticas envolvidas.

Segundo Seligmann-Silva esta tendência também se refletia no campo das artes:

Do neo-realismo italiano, passando pelo *nouveau roman*, pela *nouvelle vague*, e também pelas mais variadas tendências dentro das artes, do neo-expressionismo, à arte dos antimonumentos de um Jochen Gerz, de Horst Hoheisel e Hirschhorn, acompanhamos as diversas modalidades da transformação da história e da tradição em *mise en scène* da memória, marcada quase sempre pelo peso

sufocante das catástrofes que pontuaram aquele século – e se estendem pelo nosso (SELINGMANN-SILVA, 2006, p.208).

Museus para a paz, Museus de memórias traumáticas, Museus de memórias difíceis, Museus de direitos humanos, Memoriais, é possível encontrar na literatura uma série de nomenclaturas através das quais se procura identificar este “novo” perfil de museus. Para além de lidar com temas e situações socialmente sensíveis, que por vezes envolvem algum episódio de violação de direitos e violências, estas instituições têm em comum a assunção de uma postura de instigar uma transformação profunda na sociedade (DUFFY, 1993; CARTER, 2013). Convocam seus visitantes a se engajarem em ações de cidadania e colocam o público no centro de suas atividades.

Claramente influenciados pelas novas práticas museológicas trazidas pelo movimento da Nova Museologia, assumem uma postura quase que terapêutica, em que o museu coloca-se no papel de escutar as comunidades envolvidas, desde questões pessoais, a situações de injustiça social. A partir de então atuam como ferramenta ou instância para o engajamento de seu público, que de maneira ativa, podem ser incluídos nestes projetos, a partir da execução de ações de mediação, programas educativos, discussão e execução de montagens de exposições e toda programação subsequente.

São instituições que colocam em questão o papel social dos museus, ao se posicionar como agentes-chave em sua atuação junto à sociedade civil. A partir de suas ações vão além das instâncias de representação das experiências humanas e assumem uma boa dose de “ativismo”. Posicionam-se como incentivadoras de mudanças sociais, encorajam reflexões morais sobre os deveres e direitos das pessoas enquanto cidadãos e deixam explícita uma atuação no sentido de objetivar mudanças nas formas de pensamento, nas mentalidades. Ao mesmo tempo mobilizam as comunidades a tomar partido, a se engajar na ação e intervenção social.

Através destas instituições e de sua forma de atuação é ressaltado o sentido da patrimonialização destas memórias como forma de luta social. A partir da perspectiva de Ferraz:

Essa preservação deve levar em consideração que o significado da memória política é o de luta social. Consagrar o patrimônio que tenha como função apenas ressaltar a presença do Estado opressor e

negligenciar as experiências daqueles que se opunham ao regime ou ofuscar o seu poder político naquela época e hoje, é acentuar apenas o lado frio da memória, desconectá-la de sua representatividade, de sua luta política e das relações sociais que se estabeleceram. É também colaborar para a perpetuação do trauma de centenas de indivíduos [...] (FERRAZ, 2007, p.55).

Muitas destas instituições são criadas, a partir da perspectiva de um dever de memória. Geralmente por governos ou grupos de transição após o período em que se efetivou a situação de opressão ou violação dos direitos. Frequentemente as Comissões da Verdade¹¹ criadas nos diversos países após períodos de abuso de poder, como parte de suas indicações, recomendam como forma de reparação simbólica as vítimas do abuso, ou da violência de Estado, que se materialize um memorial. Embora possam estar ligadas a questões e lutas relacionadas a contextos regionais, estes memoriais, que em sua maioria assumem a forma de museus, permitem uma experiência compartilhada de identificação com os grupos e suas memórias. Em sua quase totalidade a mensagem central defendida por estas instituições é a de que a lembrança destes acontecimentos funcione como catalisadoras de um movimento que impeça a repetição de situações semelhantes. Advindo daí a ideia do “*Never More*”, “*Nunca más*”, “*Nunca Mais*”.

Um número crescente de instituições adotam as causas locais com relação aos direitos humanos como questão principal de sua missão institucional. No entanto, este é um fenômeno recente, a maioria destes museus só foram consolidados e implantados no século XXI. Apresentam-se algumas exceções. Não coincidentemente algumas delas ligadas a duas experiências singulares da maior guerra efetuada pela humanidade (CARTER, 2013).

São considerados como pioneiras, as iniciativas realizadas no Japão, que na cidade de Osaka apresenta um Museu dos Direitos Humanos (*Osaka Human Rights Museum*), desde 1985 (FIG. 17). Além dos dois museus implantados nas cidades de Hiroshima e Nagasaki (FIG. 18 e 19) inaugurados na década de 90 do século XX, Museu

¹¹ As Comissões da Verdade e Reconciliação são umas das instâncias criadas, geralmente, após o fim de regimes de exceção e tem como finalidade investigar e avaliar as violações aos direitos humanos efetuadas durante estes regimes e, a partir de suas conclusões, decidir como repará-las. A experiência mais conhecida de Comissão da Verdade é o modelo Sul Africano criado naquele país para as investigação após o regime do Apartheid. Por sua notoriedade o modelo de Comissão da Verdade adotado na África do Sul, foi exportado para outros países do mundo (HUYSEN, 2014).

Memorial da Paz de Hiroshima (*Hiroshima Peace Memorial Museum*) e o Museu da Bomba Atômica de Nagasaki (*Nagasaki Atomic Bomb Museum*).

Figura 17 – Museu dos Direitos Humanos - Osaka



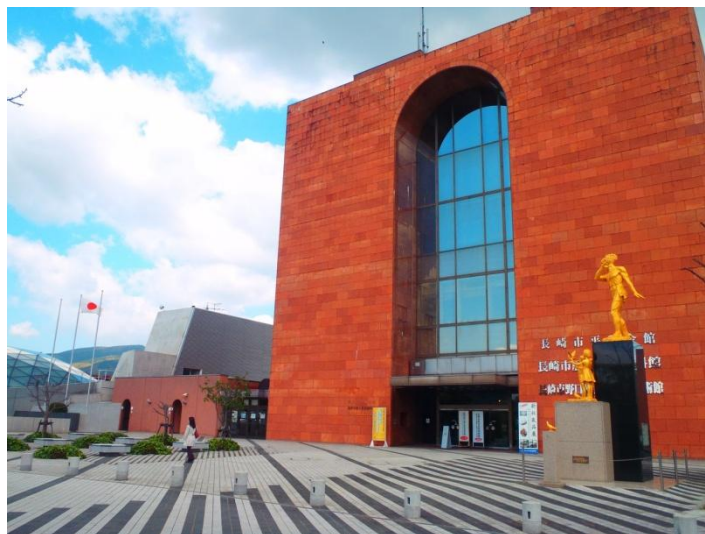
Fonte: OKINAWASTripes, 2015.

Figura 18 – Museu Memorial da Paz - Hiroshima



Fonte: WIKIMEDIA, 2013.

Figura 19 – Museu da Bomba Atômica - Nagasaki



Fonte: CDN, 2014.

Também são precursoras as experiências relacionadas ao Holocausto. O Museu do Holocausto (*United States Holocaust Memorial Museum*), em Washington, e o Museu Judaico (*Jüdisches Museum Berlin*), em Berlim, inaugurados na década de 90 do século passado (FIG. 20 e 21). Menção honrosa deve ser dada ao Museu Memorial Auschwitz-Birkenau, localizado na cidade de Oświęcim, na Polônia, cuja primeira exposição foi aberta ao público em 1947 (FIG. 22). A partir desta data o museu sofreu várias mudanças, até chegar a configuração que se tem hoje.

Figura 20 – Museu do Holocausto - Washington



Fonte: ENCONTRE..., 2015.

Figura 21 – Museu Judaico - Berlim



Fonte: ARTSNAPPER, 2015.

Figura 22 – Museu Memorial Auschwitz-Birkenau - Oświęcim



Fonte: CHÁCOMHISTÓRIA, 2015.

Alguns destes museus encontram-se entre os locais mais visitados do mundo. Refletem uma dupla perspectiva. Ao mesmo tempo em que oferecem um espaço físico e uma oportunidade para o luto, cicatrização e reflexão para as perdas decorridas do evento, efeito potencialmente significativo para os familiares, no que refere as perdas humanas. Constituem-se como locais em que memórias, por vezes, legadas a clandestinidade, podem ascender ao espaço público de forma a garantir uma instância de preservação e compartilhamento. Revelam um entendimento da memória como instância de resistência e obstáculo a ocultação. Uma das perspectivas fundamentais na ótica do sobrevivente (CASTRO, 2002).

A museóloga canadense Jennifer Carter, baseada nos escritos da pesquisadora americana Janet Marstine, ao abordar este novo perfil de instituição museal propõe que três princípios fundamentais devem ser observados no que diz respeito a estas instituições e as questões éticas que elas impõem. O primeiro diz respeito a questão da responsabilidade social (*responsabilité sociale*) que reflete a proposição de um museu mais inclusivo, que coloque em sua pauta modelos e métodos de participação democrática. Efetivamente propõe que o museu aceite a responsabilidade de agir como um lugar de ativismo (CARTER, 2013).

Como segunda proposição ela expõe a necessidade de uma transparência radical (*La transparence radicale*). Que se refere ao fato dos museus se abrirem para discussão, seja para tratar de questões difíceis e controversas ou de questões cotidianas. Principalmente com as comunidades diretamente relacionadas com as

memórias e com o patrimônio que referenciam. Este princípio apresenta reflexos diretos, sobretudo nas atividades que envolvem o planejamento de exposições, fundamentalmente ligado à gestão dos conflitos de interesse (CARTER, 2013).

Por fim, trata da aplicação do princípio de cotutela do patrimônio (*cotutelle du patrimoine*). Que parte da ideia de que os museus não são donos dos artefatos e das memórias que preservam e divulgam. Ao contrário eles são confiados à instituição, o que implica refletir em novas posturas com relação ao acesso e difusão deste acervo e nos seus usos dentro das narrativas museais (CARTER, 2013).

Estes princípios são valores fundamentais que reverberam nas instituições museais como um todo, principalmente a partir do estabelecimento de um movimento por uma nova museologia, que é em essência, uma museologia socialmente engajada. Almeja-se a inclusão de um público diverso e plural no processo museológico e cria-se um espaço de diálogo e de debate cultural compartilhado, principalmente na percepção do museu como um espaço interdisciplinar.

Antes de aprofundar a discussão em torno do papel que o espaço construído tem desempenhado no estabelecimento destas iniciativas, cabe aqui lembrar que muitas das experiências museais que se desenvolvem ao redor do globo têm nos memoriais do Holocausto um referente fundamental. Alguns dos principais motivos já foram delineados neste trabalho. No entanto, cabe rememorar que a assimilação do tropo discursivo do Holocausto em contextos internacionais diversos, sobre diferentes maneiras, pode ser problemática. Sem o devido amadurecimento e a reflexão necessária, ao contrário de potencializar os discursos em torno das realidades locais, pode-se acabar produzindo amarras ao desenvolvimento de abordagens inovadoras.

Dentro da diversidade de instituições museais que surgem no contemporâneo, que apresentam como missão institucional trabalhar a memória de acontecimentos traumáticos, verificam-se diferentes instâncias e estratégias de articulação do espaço como suporte para as ações de rememoração. Da mesma forma notam-se, algumas similaridades de discursos e de escolhas conceituais que perpassam por alguns projetos.

Assim como vimos anteriormente estas instituições irão apresentar soluções arquitetônicas variadas, onde podemos observar tanto a construção de novos

edifícios, quanto à adaptação de antigas edificações. O interessante é perceber que em ambas as linguagens a arquitetura tem um papel fundamental. Através dela desenvolve-se uma estrutura de intertextualidade, onde uma série de referências, histórias e narrativas são relacionadas e sobrepostas, como suporte para a construção semântica que se efetua a partir dos edifícios. A edificação se torna parte integrante e ativa da narrativa museal.

Nos edifícios de nova arquitetura a linguagem utilizada permite o uso do projeto arquitetônico de maneira a construir um forte simbolismo, o intuito é causar impacto no público antes mesmo que este adentre o espaço museal. A escolha de materiais e formas perpassa pela mensagem que a instituição deseja comunicar ao público. Pode-se constituir na tentativa de transmitir a experiência da violência do trauma histórico abordado. Assimetrias, distorções, corredores e formas de deslocamento sempre em mutação, vazios, estruturas fragmentadas, rasgos e um sem número de outras estratégias que adentram o repertório arquitetônico de maneira a propor o engajamento do visitante. Como por oposição, a edificação também pode expressar valores e ideias que se relacionam ao trauma através de características antinômicas, esboçando, por exemplo, uma mensagem de paz e tranquilidade, por oposição ao acontecimento de violência e agitação. Superfícies claras, simetria, curvas harmônicas, fontes e espelhos d'água – que aparecem como elemento de purificação. Independente da escolha adotada o que parece quase como impossível é uma relação de indiferença com sua intervenção no espaço.

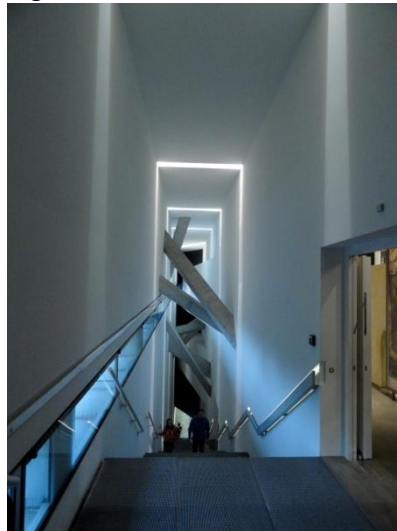
O Museu Judaico de Berlim, projetado por Libeskind, se constitui como caso paradigmático. A edificação pode até não conseguir fugir as críticas a uma monumentalização ou estetização da arquitetura, mas ainda assim se demonstra arquiteturalmente ousada. Sua estrutura se baseia na relação entre linhas retas, e fragmentadas, despedaçadas, contorcidas, formando uma estrela de Davi retorcida. Soma-se ainda a presença de espaços vazios que cortam a estrutura e as janelas que permitem a quem está no interior uma visão fragmentada do ambiente externo, ao mesmo tempo em que produz efeitos de rasgos na superfície da edificação para um observador externo (FIG. 23 a 28).

Figura 23 – Museu Judaico - Berlim



Fonte: LIBESKIND, 2015.

Figura 24 – Museu Judaico - Berlim



Fonte: BEGLADNIT, 2013.

Figura 25 – Museu Judaico - Berlim



Fonte: WIKIMEDIA, 2013.

Figura 26 – Museu Judaico - Berlim



Fonte: MORETHANEYECANDY, 2013.

Figura 27 – Museu Judaico - Berlim



Fonte: TUMBLR, 2015.

Figura 28 – Museu Judaico - Berlim



Fonte: CHANGEHERE, 2011.

O edifício é capaz de atingir o visitante de maneira simbólica e psicologicamente, tendo para alguns autores a capacidade de expressar a memória do Holocausto de maneira intensa, mesmo sem todo o atual aparato museográfico montado na edificação (HUYSEN, 2000). O edifício se posiciona como a principal estrutura, atua diretamente na museografia e no discurso museal. Tanto que após a inauguração da edificação em 1999, o museu permaneceu ainda por dois anos, completamente “vazio”. O atual circuito de exposições foi montado em seu interior apenas no ano de 2001. Naquela época a instituição já atraía um número considerável de visitantes.

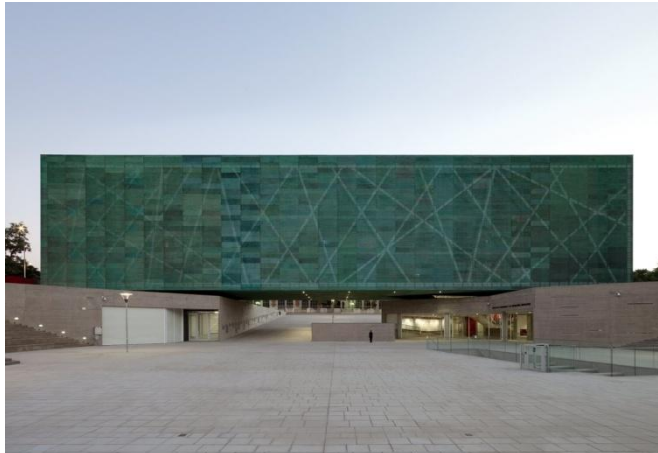
Outro caso que pode ser exemplar para tratarmos de museus de memória do trauma com nova arquitetura é o Museu da Memória e dos Direitos Humanos (*Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*), em Santiago. A instituição inaugurada em 2010 aborda a memória do período de ditadura no Chile (1973-1990), em que o país foi governado pelo ditador Augusto Pinochet. O projeto arquitetônico foi executado por um escritório de São Paulo e assinam sua autoria os arquitetos Mario Figueroa, Lucas Fehr e Carlos Dias.

O edifício adota como princípio uma “arquitetura da transparência” (CARTER, 2013). Uma grande caixa retangular suspensa, translúcida durante o dia e completamente transparente a noite. Tal configuração do espaço se traduz como metáfora de uma instituição que objetiva a reconciliação com o passado, ao se mostrar límpida, transparente em suas formas e em suas práticas. Por oposição ao caráter obscuro das práticas de desaparecimento, torturas e assassinatos recorrentes no regime militar de Pinochet. A entrada do edifício se caracteriza por um pórtico amplo, convidativo, com o objetivo de se mostrar um lugar democrático, aberto. Porém sua estrutura é levemente deslocada do corpo principal, em uma diagonal, de maneira a transgredir a hierarquia de certas arquiteturas museais (FIG. 29 a 31).

Os dois casos citados são representativos de toda uma paisagem de novos museus que lidam com as memórias do trauma, e que propõem já na construção de uma edificação nova um momento de reflexão sobre as memórias que serão trabalhadas nestes espaços. Existem, porém outra constelação de instituições que tem na adaptação de edificações preexistentes, as proposições de seu conceito arquitetônico. E assim como nos prédios especialmente projetados para a função

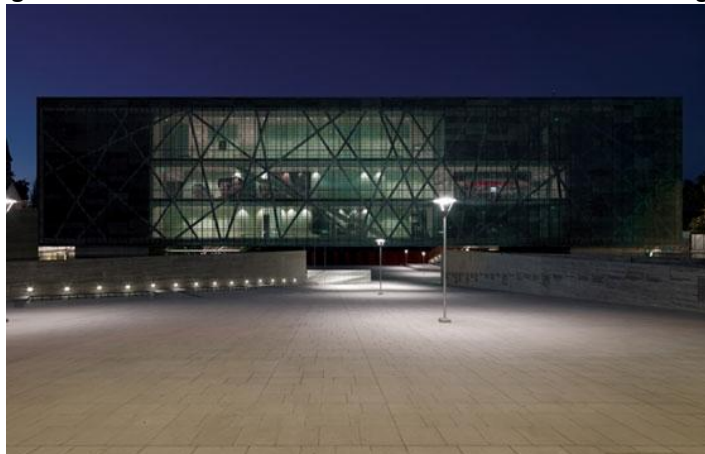
museal, tais edificações apresentam um forte simbolismo e têm um papel seminal a desempenhar na museografia das instituições.

Figura 29 – Museu da Memória e dos Direitos Humanos - Santiago



Fonte: CDN, 2011.

Figura 30 – Museu da Memória e dos Direitos Humanos - Santiago



Fonte: CDN, 2011.

Figura 31 – Museu da Memória e dos Direitos Humanos - Santiago



Fonte: BEYONDBLIGHT, 2012.

Como um dos legados mais atrozes dos períodos, episódios e acontecimentos de violações de direitos humanos por todo mundo, está a longa lista de torturados, mortos e desaparecidos. Os sobreviventes ao relatar suas memórias fazem sempre referências aos espaços físicos onde estas violações foram cometidas.

Passadas as conturbações e estabelecidas às condições políticas para se efetuar um trabalho sobre estas memórias, geralmente constitui como tarefa de um governo de transição democrática, ou a partir dos trabalhos das Comissões da Verdade e Reconciliação criadas por todo o mundo, a identificação dos locais onde foram cometidas tais práticas nefastas. A identificação destes locais permite a revelação pública do circuito do horror ao qual eram submetidas às vítimas destes acontecimentos.

Pelo valor histórico e político que apresentam, alguns destes lugares acabam por ser selecionados como lugares que merecem uma proteção. Considerados como locais de preservação, a partir da identificação de sua materialidade, sua relação física com os episódios de violação de direitos humanos, como um elemento necessário para dar sentido aos acontecimentos. A cada uma destas construções, por suas especificidades, podem ser elencadas diferentes políticas e instrumentos para preservação. Uma destas possibilidades pode ser a efetivação do tombamento (ou outro instrumento similar) da edificação. Outra possibilidade que se apresenta a estes lugares é a efetivação de um processo de musealização destes locais, o que algumas vezes pode incluir a instalação de um museu na edificação.

É nesta medida que uma diversidade de instituições museais ligadas à promoção dos direitos humanos e a preservação da memória de episódios de violação de direitos são criadas. Ao ocupar a edificação que teve como palco o desenrolar dos acontecimentos traumáticos, tais edificações são potencializadas como lugares de memória. O edifício e sua espacialidade se transformam em uma peça fundamental do acervo da instituição, podendo ser utilizado como espaço museográfico que se constitui ao mesmo tempo, a partir de seu caráter documental, em um testemunho. No entanto, muitos destes locais podem se encontrar em mal estado de conservação, devido ao abandono, ou tentativa deliberada de apagar possíveis provas, ou rastros dos acontecimentos.

Huyssen ao comentar sobre o potencial das ruínas observa:

A ruína arquitetônica é um exemplo da combinação indissolúvel de desejos espaciais e temporais que desencadeiam a nostalgia. No corpo da ruína, o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia. [...] Contudo, na última década e meia desenvolveu-se uma estranha obsessão com as ruínas [...] como parte de um discurso muito mais amplo sobre a memória e o trauma (HUYSEN, 2014, p.91).

Ao tratar deste sentimento nostálgico que as ruínas podem provocar, para além da saudade de um passado perdido e da codificação predominantemente negativa da nostalgia na contemporaneidade. Huyssen nos lembra de que a nostalgia pode ter um caráter reflexivo. Esta nostalgia reflexiva preza fragmentos estilhaçados da memória e temporaliza o espaço. A saudade e o pensamento crítico, portanto, não se opõem. Lembranças afetivas não livram o indivíduo de sua capacidade de reflexão crítica (HUYSEN, 2014). A nostalgia pode ser um componente particularmente eficaz para a reivindicação crítica de um passado com o propósito de construir futuros alternativos.

É a partir da identificação com as memórias destes acontecimentos de caráter difícil que as antigas construções associadas aos locais de violência e violação de direitos humanos têm se transformado em lugares de memória. “A ruína não provocaria preservação se não fosse identificada como monumento” (CASTRO, 2002, p.110). Uma ferramenta potencialmente poderosa neste sentido tem sido algumas metodologias empregadas a partir dos estudos de cultura material, principalmente através do que se convencionou chamar de Arqueologia da Repressão e da Resistência, e a metodologia da Arqueologia da Arquitetura (ZARANKIN; NIRO, 2008).

A arqueologia da arquitetura trata-se de uma metodologia aplicada pela arqueologia no intuito de possibilitar o estudo da materialidade das construções arquitetônicas. Aborda o espaço construído como reflexo das ideologias, costumes e práticas de uma sociedade. A partir da análise, escavação e da aplicação de métodos dos estudos arqueológicos nas edificações, que são combinados com os registros existentes sobre as sucessivas ocupações dos edifícios em questão. Plantas, registros da história oficial, bem como os testemunhos dos sobreviventes e familiares são confrontados na produção de estudos e discursos que objetivam um maior entendimento destes acontecimentos. Estes estudos constituem-se em instrumentos

valiosos para a construção de uma história negligenciada sobre as memórias do trauma. Permitem não só uma abordagem das funções e do uso do espaço como instrumento de repressão, mas também da percepção dos esquemas de “perversidade e o sadismo das pessoas e das ideologias que formaram parte deste sistema” (ZARANKIN; NIRO, 2008, p.208).

Quase sempre estas intuições enfrentam trajetórias complicadas para sua preservação. Tanto por um questionamento dos valores patrimoniais que lhes são atribuídos, por serem locais associados a memórias de sofrimento, quanto pela vontade política de promover um ocultamento, em alguns casos apagamento, da memória destes acontecimentos que podem tocar em aspectos incômodos para certos grupos sociais. Como no caso do apoio civil a implantação de regimes de opressão.

Mas cabe lembrar que não somente os locais onde ocorreram torturas ou violências, de maneira explícita ou clandestina, podem ser convertidos em instituições museais. Observa-se uma gama de instituições museológicas que também abordam a memória de acontecimentos traumáticos, mas a partir da preservação de locais onde ocorreram ações de resistência a estas violações de direitos humanos.

Por fim ressalto que a musealização é apenas uma das formas de preservação associadas à proteção destes lugares. Não se advoga aqui um desejo de musealização integral de todos os bens relacionados à memória destes episódios. É necessário que antes de tudo, uma sociedade saiba fazer a correta gestão de seus bens patrimoniais, dando voz aos diferentes grupos envolvidos e ponderando a “adequada” aplicação de diferentes instrumentos de preservação. O desenvolvimento de políticas da memória deve levar em conta a dinâmica de mudança e renovação presente nos espaços urbanos.

Como exemplo destes museus que ocupam edificações com estreita relação com as memórias do trauma podemos citar o caso dos diversos campos de concentração do regime nazista. Até o ano de 1945, data que marca o fim oficial do conflito, milhares de campos de concentração foram criados na Alemanha e nos países ocupados pelos exércitos germânicos, estabelecendo lugares de trabalhos forçados, espaços de transição e campos de extermínio. A maioria destes locais, ou o que restou deles, foram objeto de preservação memorial dos governos de diversos países no período pós-guerra. Alguns deles assumiram uma vocação museológica, com a

constituição de coleções, atividades de pesquisa, preservação e difusão (SANTOS, 2014).

Além dos campos de Auschwitz-Birkenau, já abordados, são bastante conhecidos os museus implantados nos campos de concentração de Sachsenhausen e Dachau na Alemanha, Museu e Memorial de Sachsenhausen (*Memorial and Museum Sachsenhausen*) e Memorial do Campo de Concentração de Dachau (*Dachau Concentration Camp Memorial Site*), respectivamente, mas há diversos outros (FIG. 32 e 33).

Figura 32 – Grades com vista para o Museu e Memorial de Sachsenhausen - Berlim



Fonte: MBAMISSOURI, 2014

Figura 33 – Memorial do Campo de Concentração de Dachau, Berlim



Fonte: MATTSOAVE, 2012.

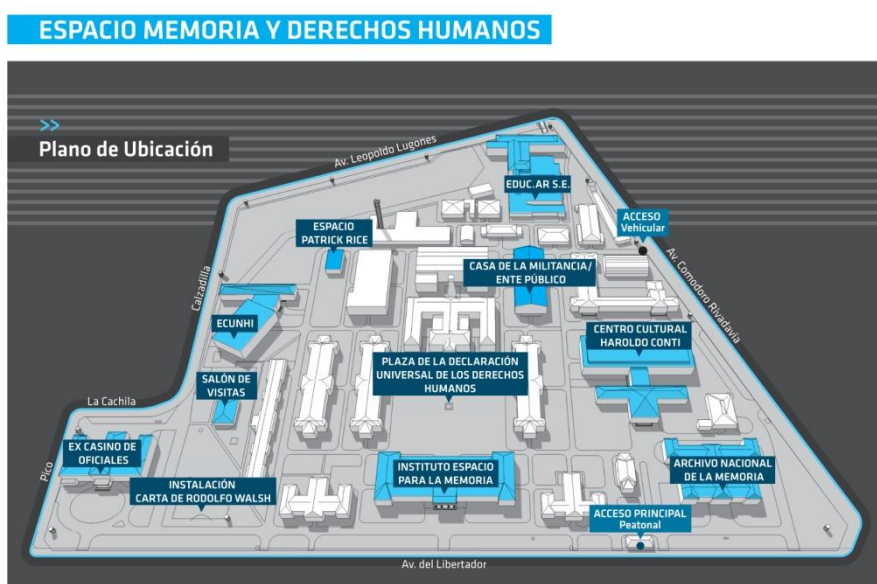
O Espaço Memória e Direitos Humanos (*Espacio Memoria y Derechos Humanos*) localizado em Buenos Aires se configura como um complexo de museus, arquivos históricos e centros culturais, que lidam com a memória do período da ditadura argentina (1966-1983). São diversas edificações convertidas em instituições de memória instaladas no lugar onde antes se situava a denominada ESMA, *Escuela de Mecánica de la Armada*, que durante o período do regime militar se caracterizou como um dos mais emblemáticos centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio (FIG. 34 a 36). Assim como estas edificações diversas outras construções têm sido identificadas como centros clandestinos de detenção em território argentino, grande parte convertidas em espaços de memória.

Figura 34 – Espaço Memória e Direitos Humanos - Buenos Aires



Fonte: YTIMG, 2015.

Figura 35 – Plano de ocupação das Edificações no Espaço Memória e Direitos Humanos - Buenos Aires



Fonte: WIKIMEDIA, 2013.

Ao serem utilizadas na implantação de instituições museais, as edificações identificadas como lugares de memória dos diferentes acontecimentos traumáticos, através de procedimentos arqueológicos e/ou técnicas museográficas podem ter seus espaços articulados no intuito de produzir ambientações, (re) criações dos espaços associados à memória do trauma. O que nos leva a outro aspecto significativo da implantação destes museus.

Muitas destas instituições optam por uma abordagem museográfica, que objetiva articular o espaço construído de maneira impactante, o que não necessariamente se articula por meio do espetacular. Estabelece uma conexão direta com os aspectos afetivos do visitante. Esta capacidade dos museus é por vezes muito esquecida, ou relegada a segundo plano, principalmente em detrimento de um fetichismo exagerado. No desenvolvimento desta argumentação recorro ao relato de um pesquisador do campo dos museus:

Minha primeira visita a um museu aconteceu muitos anos atrás, quando, junto com meu pai, passei uma tarde no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Eu tinha, então, uns dez anos de idade, e lembro bem como me impressionaram as dimensões imponentes do prédio, as armas, as alfaías, as peças de mobiliário. Passadas algumas décadas, percebi que nunca tinha esquecido aquela “primeira vez”: o Museu tinha então entrado em mim para não mais sair. É esse o aspecto afetivo de que falei: a capacidade do museu de despertar emoções – eu diria de guardar, mas sobretudo de mostrar sensações e sentimentos, pensamentos e sonhos, sob a forma de matéria – ainda que essa matéria seja tão sutil que não se consiga percebê-la. Os museus são uma espécie de pequena-imensa janela através da qual, pessoas no presente observam o universo na forma de lugares, tempos e culturas diferentes. O Museu aproxima pessoas, mesmo que essas pessoas não vivam no mesmo lugar, não falem a mesma língua e sequer estejam no mesmo tempo. Em minha opinião, é essa a maior qualidade do Museu, e nela reside sua capacidade de conexão de despertar emoções. Esse é o aspecto afetivo (BITTENCOURT, 2009, p. 20).

É este aspecto afetivo das instituições museais que desejo destacar neste ponto da pesquisa a partir da articulação do espaço construído. Muitos dos museus que lidam com memórias traumáticas, utilizam do espaço como maneira de despertar emoções e sentimentos. Uma espécie de museografia de imersão parece tomar forma nestes lugares, com o objetivo de conectar o visitante às experiências do trauma

vivenciadas pelos sobreviventes, vítimas e familiares. Ainda que se reconheça, como já sublinhado, a singularidade de suas experiências.

É neste sentido significativo adentrar o espaço do Museu do Holocausto em Washington e nos deparar com o portal onde lemos a inscrição “*Arbeit Macht Frei*”, em português, “o trabalho liberta”. A estrutura curva de metal e a sombra que ela projeta, sobre a sala, se traduz como discurso no espaço¹² (FIG. 36).

Na mesma direção, no Museu Casa de Anne Frank (*Anne Frank House Museum*) em Amsterdã, somos conduzidos pela narrativa museal estabelecida a percorrer os cômodos da casa, em alguns deles vemos recriações do ambiente da época. Somos confrontados, no ponto máximo da visita com o “anexo secreto”, onde se esconderam entre os anos de 1942-1944, os oito clandestinos, para escapar da perseguição nazista. Embora haja uma maquete que demonstra a disposição anterior dos quartos, o anexo, que foi esvaziado por ordem do regime nazista quando os clandestinos foram presos, assim permanece. Vazio, por decisão institucional, simboliza o vazio deixado por milhões de pessoas que foram levadas e nunca mais retornaram (FIG. 37 e 38).

Figura 36 –Museu do Holocausto - Washington



Fonte: WHASHIGTONPOST, 2015.

¹²“*Arbeit Macht Frei*”, na tradução para o português “O trabalho liberta”, é a inscrição encontrada infundida sobre o portão de entrada das áreas dos campos de concentração nazistas. Um ditado irônico, pois as pessoas ali confinadas só eram libertas com a morte, em suas múltiplas faces – os trabalhos forçados e a exaustão, os maus tratos, a fome, as doenças, os enforcamentos, os fuzilamentos, as câmaras de gás (SANTOS, 2014).

Figura 37 – Fachada do Museu Casa de Anne Frank - Amsterdã



Fonte: SARAHLINNPABLO, 2012.

Figura 38 – Visão interna da entrada do Anexo Secreto no Museu Casa de Anne Frank - Amsterdã



Fonte: ROTEIROS LITERÁRIOS, 2015

Destaca-se também o trabalho executado no Museu do Apartheid (*Apartheid Museum*), em Johannesburg. As edificações e o espaço museográfico são articulados de forma a reproduzir nos visitantes os espaços das cidades da África do Sul durante os anos de forte segregação racial sofridas naquele regime. Já na entrada recebe-se um ticket de admissão que nos classifica como brancos e não brancos, só podemos adentrar o Museu, nas entradas específicas (FIG. 39 a 41).

Figura 39 – Museu do Apartheid - Joanesburgo



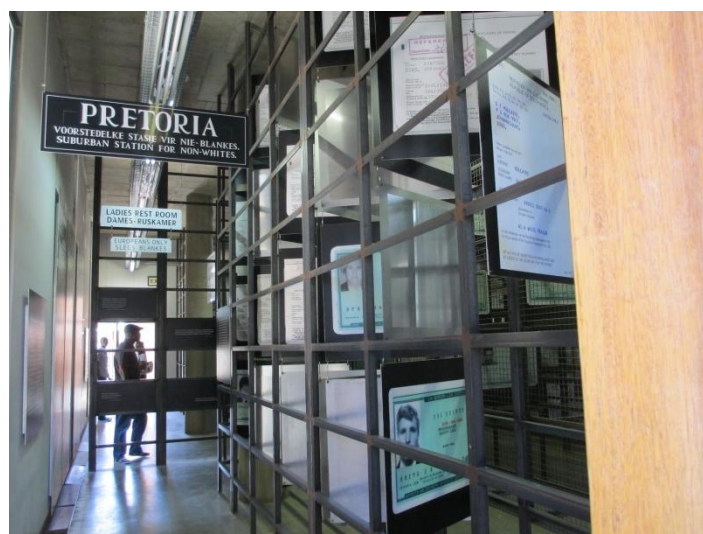
Fonte: TRAVELSTART, 2014.

Figura 40 – Entrada do Museu do Apartheid - Joanesburgo



Fonte: ESPRESSOSTALINIST, 2011.

Figura 41 – Vista do Interior do Museu do Apartheid - Joanesburgo



Fonte: 3BP, 2015.

Nesta mesma direção, diversas outras estratégias com forte apelo espacial e afetivo se encontram nestas instituições, ainda que por meio de diferentes abordagens. As listas ou as inscrições dos nomes das vítimas das diferentes formas de violências, por meio de monumentos ou de estruturas no espaço museal, se traduz como uma velha estratégia da memória, muito utilizada em referência a soldados e combatentes em monumentos relacionados à guerra (MELENDI, 2006).

Conforme Jeudy:

A fim de conservá-los na memória e manter a lembrança da catástrofe, uma comunidade pode tomar a decisão de erigir um monumento, como se faz para os soldados mortos no campo de honra. O morto não pode ter morrido “por nada”. [...] A presença deles invoca o mesmo reconhecimento coletivo de um sacrifício. A lembrança da vítima desconhecida é oferecida ao olhar da comunidade para que esta possa ter a esperança de modificar-se [...] Não se trata apenas de lutar contra o esquecimento, mas de dar um sentido póstumo à memória do morto, um sentido que continue sempre suscetível de ser atualizado (JEUDY, 2005, p.57-58).

Portanto, é comum nos locais que se utilizem desta estratégia a presença de cartas, objetos, flores, deixados, geralmente, por familiares próximos aos nomes da pessoa perdida. O museu se converte neste instante, em lugar de luto não só para a memória de uma coletividade, mas também como lugar para um luto pessoal, familiar. Pode se conectar ao universo do visitante como espaço de contemplação, reflexão, oração (FIG. 42).

A fotografia neste sentido atua como outro elemento de poderosa conexão. A reprodução fotográfica dos desaparecidos, torturados, prisioneiros, assassinados, quase sempre retirada de documentos oficiais, em preto e branco, quando utilizadas no espaço museal, reproduz um procedimento de rememoração e protesto comum aos grupos sociais. A fotografia no espaço do museu se mostra como um referente de uso estratégico (FIG. 43). Ao lembrar tempos e seres que já se foram, funciona ao mesmo tempo como prova irrefutável de sua existência.

As palavras, os textos, ao lado das fotografias, constituem-se como os nós de uma rede de afetos que contextualiza o luto dos vivos e se abre para o desejo de uma memória continuamente renovada. [...] A utilização da fotografia vernacular – carteira de identidade, álbum de casamento, de família, de férias – nos processos comemorativos das catástrofes contemporâneas vem apontando para uma apropriação comunitária da rememoração, antes delegada aos desígnios do poder. [...] a materialidade afetiva de um rosto que, a partir da

fotografia, estabelece um diálogo com aquele que a olha, sinaliza o inesquecível do momento, a ingenuidade, a alegria ou a emoção dos rituais diários e, ao mesmo tempo, nos obriga a perceber que essa imagem está fora do seu lugar – as páginas familiares do álbum – e que aponta em direção a um vazio que nos inclui (MELENDI, 2006, p. 236-237).

Figura 42 –Visitantes tocam os nomes e deixam flores no Memorial do 11 de Setembro - Nova York



Fonte: CNN, 2015

Figura 43 – O uso da fotografia na expografia do Museu da Memória e dos Direitos Humanos - Santiago



Fonte: ELLIBERO, 2014.

É nesta ressonância que as novas tecnologias e formas de comunicação também se encontram no espaço museal, principalmente através da apresentação de testemunhos relacionados as memórias do trauma. Sempre encontramos nos museus que lidam com memórias traumáticas em algum momento de sua distribuição espacial

uma confrontação com os depoimentos, muitas vezes carregados de emoções, dos sobreviventes, familiares, enfim das pessoas diretamente afetadas pelo trauma. Seja através de áudio-guias, das telas de TVs nas exposições, ou ainda em sua forma mais potencializada, a presença física do sobrevivente como um mediador no espaço museal (FIG. 44).

Figura 44 –Sobrevivente do Holocausto, Margit Meissner, em mediação de exposições no Museu do Holocausto - Washington



Fonte: WAMU, 2015

Os museus que lidam com a memória de traumas históricos costumam disponibilizar um vasto conteúdo para acesso on-line. Seus sites na internet assumem a forma de um vasto arquivo com informações e a disponibilização de documentos sobre os acontecimentos que referenciam. Não obstante as duras batalhas para a liberação dos documentos sobre o período das violações de direitos ou violências de Estado. Muitos destes museus acabam abrigando os arquivos referenciais sobre os ocorridos, assim como os relatórios e documentações geradas pela atuação das Comissões da Verdade e Reconciliação.

Abarcadas algumas das estratégias utilizadas por estas instituições em relação com o espaço construído, finalizo a reflexão abordando algumas das problemáticas e desafios com que estes museus se deparam. Muitos deles com sérias implicações éticas para o presente e futuro destas instituições museais.

Embora não se coloque em questão, nesta investigação, se um museu poderia ou deveria advogar pela perspectiva de cumprimento dos direitos humanos.

Pode-se perguntar até que ponto estas instituições podem continuar socialmente relevantes, ou sensíveis às mudanças sociais, a partir de algumas problemáticas que se relacionam de maneira direta com as conexões destas instituições com seus mantenedores e também com questões relativas ao discurso institucional e o estabelecimento de narrativas.

A primeira questão que quero levantar diz respeito às narrativas museais. Ao utilizar do espaço construído como fundamento para a construção de suas narrativas, um museu que lida com memórias do trauma, deve de antemão reconhecer que a instituição apresenta a sua própria interpretação dos eventos históricos e da abordagem dos direitos em questão. Embora encerrem o potencial de trazer à tona a memória de grupos sociais historicamente marginalizados e de permitir a criação de um espaço privilegiado para a discussão da memória de acontecimentos sensíveis. É preciso reconhecer que a instituição museal lida com questões difíceis de representação em seus espaços. Necessário se faz deixar claros os critérios em que se baseiam. Qual a concepção de direitos humanos abordada pela instituição? Algumas comunidades e grupos apresentam aspectos religiosos e culturais como fundamentos para seus direitos.

Ainda que não se apresentem como locais para uma história totalizante e sim como lugares para múltiplas histórias e memórias. O estabelecimento das narrativas museais pressupõe sempre o estabelecimento de escolhas. Conforme Meneses:

Apesar dessa ambigüidade e flexibilidade de escala entre o pessoal e o público, é verdade que os contextos institucionais típicos - em particular a exposição museológica - ressemantizam o objeto profundamente, depositando crostas de significados que se cristalizam em estratos privilegiados, em detrimento dos demais (MENESES, 1998, p. 98).

Neste sentido o artefato ao ser abarcado dentro da narrativa museal acaba por ocasião do discurso da instituição sendo utilizado para passar uma determinada mensagem. Ainda que o visitante seja livre para interpretar e agir sobre a realidade abordada, as narrativas museais exercem um papel fundamental, na maneira como o mesmo percebe e se engaja no espaço.

A forma como a memória traumática é abordada pela instituição exerce um papel fundamental sobre o público, inclusa aqui a opção por uma postura de discordância com a mensagem que a instituição objetiva construir. Um museu ao lidar com memórias de acontecimentos traumáticos e com valores relacionados aos direitos humanos pode escolher por adotar uma postura de apaziguamento, comumente identificada na vertente dos chamados “museus para paz” (DUFFY, 1993). Ou ainda por uma postura ativa de engajamento social e posicionamento político, absorvendo as novas tendências, memórias e reivindicações dos grupos sociais. Propondo o museu e suas exposições como obra aberta, em permanente construção (CARTER, 2013).

Como exemplo de museus que adotam uma postura de apaziguamento, se enquadra o Museu Memorial da Paz de Hiroshima (FIG. 45 e 46). A instituição por vezes é contestada por sua narrativa. Os efeitos da bomba atômica parecem apresentados no Museu como consequências de um cataclismo, se há qualquer ressentimento contra os americanos, este não é representado aqui.

(...) o museu de Hiroshima, local de peregrinação maciçamente frequentado por crianças, é objeto de sérias controvérsias quanto às modalidades de exposição pública das memórias de guerra. Os efeitos da bomba atômica parecem apresentados como consequências de um cataclismo, e essa ocultação de qualquer ressentimento em relação aos americanos é reforçada por uma invocação universal da paz. A própria lembrança da deflagração é representada pelos resíduos de objetos, que evocam insistentemente a desintegração do corpo (fragmentos do vestido de uma menininha, triciclo calcinado...). Mas a transmissão da mensagem proposta, mesmo que fundada na situação de guerra, orienta ainda assim o olhar do visitante na direção da constatação trágica de uma fatalidade do destino (JEUDY, 2005, p. 59-60).

Figura 45 – Triciclo e capacete calcinado artefatos do acervo do Museu Memorial da Paz - Hiroshima



Fonte: PERILOUSMEMORIES, 2008.

**Figura 46 – Um dos vários relógios expostos no Museu Memorial da Paz, todos paralisados às 08:15
horário de detonação da bomba - Hiroshima**



Fonte: GREENTEABOTLLE, 2011.

Em outra perspectiva, a do posicionamento político, os diferentes museus e memoriais do Holocausto, por exemplo, tem atuado de maneira importante no sentido de deslocar a possessão judaica da memória e da narrativa do Holocausto. Através deles não só a experiência judaica, mas também a memória da perseguição de diferentes grupos minoritários, como os ciganos, polacos, homossexuais, dissidentes religiosos e políticos, tem se integrado ao espaço museal. Nesta direção, o museu se renova discursivamente. Desprende-se da prática de seguir a uma “história oficial”, obtendo a autonomia necessária para se tornar um espaço provocador de reflexões. Algumas destas instituições inserem o museu em um debate mais amplo, ao incorporar as diferentes vozes presentes nas questões sociais, levam o debate sobre o Holocausto e os campos de concentração a se relacionarem com uma análise da intolerância no contemporâneo. O crescimento dos movimentos de extrema direita por todo mundo, também é uma das temáticas abarcadas por estas instituições, reforçando os vínculos desta experiência com os discursos dos direitos humanos em todo globo (CASTRO, 2002).

Neste sentido ao mesmo tempo em que se faz necessário incorporar as memórias dos diferentes grupos, algumas vezes, ainda que discordantes. Torna-se ainda mais substancial que o museu esteja vigilante para não produzir ou contribuir com uma ideia de hierarquização das memórias. Pode-se advogar a favor das

memórias e diretos que são ali abordados, no entanto, não ao preço de promover a subjugação das memórias concorrentes. O Museu Memorial do Campo de Concentração de Sachsenhausen, em Berlim, já foi objeto de contendas com relação ao estabelecimento de suas narrativas e as memórias que abordava. Após a libertação de sobreviventes do campo com o fim da guerra em 1945, entre os anos de 1945-1950, o campo de concentração foi utilizado por soviéticos como prisão onde foram encarcerados antigos membros do regime nazista, bem como outros presos políticos. Durante esta época, vários dos presos morreram devido às más condições do local. A tal período da ocupação da edificação, foi reservado um espaço importante dentro da narrativa museal, o que fez com que um grupo de sobreviventes do campo de concentração durante o período do regime nazista, questionassem a pertinência de tal abordagem. Entre as alegações estava justamente o fato de que ao tratar destas memórias, o museu diminuía o potencial do campo de concentração como espaço de denúncia da memória do terror nazista (BORDAGE, 1993).

Outra questão que gostaria de destacar, que se liga de forma estreita com a construção das narrativas museais, diz respeito ao relacionamento destas instituições com seus financiadores. Os museus ao lidarem com questões ligadas as memórias traumáticas e os direitos humanos, ao se assumirem como local para um posicionamento crítico e propositivo podem se tornar instrumentos para alterar a opinião publica sobre um local, grupo, aspecto da memória coletiva, ou inclusive de políticas e ações implementadas pelos governos locais.

Estes museus estão realmente aptos a promover os direitos humanos, com suas portas abertas ao público, sendo que suas paredes são sustentadas pelo estado? Um museu que depende do financiamento público e que é muitas vezes fundado por iniciativa estatal, está de fato capacitado a livre e abertamente criticar as ações e políticas do Estado, incluindo aquelas dos dias atuais? (CARTER; ORANGE, 2011).

O Museu do Genocídio Tuol Sleng (*Tuol Sleng Genocide Museum*), localizado em Pnom Pen, capital do Camboja. Encontra-se instalado na edificação onde antes era uma antiga prisão do regime do Khmer Vermelho que governou o país de 1975-1979 (FIG. 47). As torturas, assassinatos, estupros e mortes por má alimentação, executadas por este regime a população cambojana encontravam-se amplamente documentadas e denunciadas no Museu. Este acervo da instituição foi utilizado no

período posterior ao regime como principais provas e evidências, nos processos estabelecidos pelo tribunal conjunto formado pelas Nações Unidas e o governo real do Camboja, no julgamento dos perpetradores e nas reparações aos sobreviventes (CARTER, 2013).

Figura 47 – Tuol Sleng Genocide Museum - Pnom Pen



Fonte: WIKIMEDIA, 2014.

Em outro sentido, a inauguração do Museu Canadense dos Direitos Humanos (*Canadian Museum for human Rights*), na cidade de Winnipeg, trouxe consigo uma série de críticas no que se refere ao trabalho da memória da população indígena do país (FIG. 48). O fato de não estarem incluídas nas exposições do Museu as históricas políticas de opressão as etnias indígenas do país, resultou em uma ampla discussão pública na sociedade canadense. Até o momento o impasse não foi resolvido. No entanto o governo do país e as autoridades locais se mostram resilientes à incorporação das reivindicações dos grupos indígenas no espaço museal. Tal constatação coloca em cheque as capacidades da intuição como um museu que se compromete a promover um respeito aos direitos humanos. A partir da constatação clara da influencia que o governo atual exerce, como o principal mantenedor da instituição e da inabilidade da instituição em criticar as políticas governamentais (CHRISTENSEN, 2015).

Figura 48 – Museu Canadense dos Direitos Humanos - Winnipeg



Fonte: CLOUDFRONT, 2014.

No contexto brasileiro temos ainda poucas instituições museais dedicadas à preservação de memórias ligadas a acontecimentos traumáticos, ou a promoção dos direitos humanos. Parte disto está ligada ao fato de que a maior experiência traumática brasileira nos últimos anos, o período da ditadura civil-militar que se deu no país entre os anos de 1964-1985, apenas recentemente vem ganhando debates e discussões ampliadas. Muito se deve também a Lei da Anistia, promulgada em 1979, que ao mesmo tempo em que se constitui como passo importante a partir da possibilidade de retorno ao país ou ainda da retirada da clandestinidade, de centenas de ex-perseguidos políticos. Provocou nas palavras de Ricoeur, um “esquecimento comandado” (RICOEUR, 2007). Tendo em vista que a interpretação dada à lei naquele momento foi a de que era um caminho de “mão dupla”. Assim foram anistiados, perseguidos e perseguidores. Ao controlar a transição política os setores ligados às forças armadas não permitiram, num primeiro momento, que as instituições e a população brasileira em geral se confrontassem de maneira direta com o passado de arbitrariedades e abusos cometidos.

No entanto apesar disto, os círculos de familiares de mortos e desaparecidos, organizações em defesa dos direitos humanos e alguns pesquisadores e grupos de pesquisa sempre promoveram instâncias e lutas para o reconhecimento das atrocidades do período. Apenas recentemente tivemos as condições e abertura política para promover uma discussão sobre a memória deste acontecimento. A

Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹³, instituída em 2012, encerrou seus trabalhos no final de 2014 e os relatórios da comissão já se encontram disponíveis para consulta. Entre as atribuições da Comissão se encontrava “a identificação das estruturas, dos locais, das instituições e das circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos” (BRASIL, 2011). Potencialmente alguns destes locais podem se tornar lugares de memória, que tenham como objetivo preservar as memórias deste período.

Uma das mais conhecidas experiências de adaptação de antigos locais relacionados a ditadura civil-militar brasileira, para uma função museal, é o Memorial da Resistência na cidade de São Paulo (FIG. 49 a 51). Sediado em parte do prédio que abrigou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Deops/SP nos anos de 1939 a 1943. Foi o primeiro centro de detenção, tortura e assassinatos no Brasil a ser tombado (1999) e posteriormente musealizado (2008). A instalação deste museu não ocorreu sem conflitos e tentativas do governo do Estado de São Paulo de impor políticas de esquecimento (SOUSA, 2014).

A edificação abrigava algumas celas onde se encontravam diversas inscrições de pessoas presas durante o regime militar. No entanto, tais inscrições foram apagadas numa das tentativas de revitalização urbana da região com vistas a instalar no local um “Memorial da Liberdade”. O projeto foi amplamente contestado, o que resultou em seu abandono. Diante das pressões políticas (especialmente do Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos) contra o falseamento da história que era o “Memorial da Liberdade”, em janeiro de 2009, o espaço foi inaugurado com nova proposta. Desta vez como “Memorial da Resistência”. Numas das estratégias museográficas utilizadas pela instituição alguns ex-presos refizeram parte das inscrições nas paredes das celas, como maneira de marcar simbolicamente o espaço e (re) criar o espaço das celas como ambiente museográfico (SOUSA, 2014).

Nesta mesma direção, temos na contemporaneidade uma série de novos projetos sendo desenvolvidos nos espaços das cidades do país que têm como premissa

¹³ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. Tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas no país entre os dias 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Seu mandato se estendeu até o mês de dezembro de 2014, com a entrega dos relatórios finais da Comissão. Entre os focos principais da CNV estava à apuração dos casos de desaparecidos políticos, bem como a identificação dos lugares relativos as práticas de opressão do regime ditatorial. Mais informações em: <http://www.cnv.gov.br/index.php>.

trabalhar a memória de acontecimentos traumáticos e um engajamento com as lutas pelos direitos humanos, abordando não só a memória do golpe civil-militar. A cidade de Belo Horizonte ainda não conta com um espaço museal consolidado destinado a estas discussões. No entanto desenvolvem-se atualmente no espaço da cidade três projetos que visam constituir museus que lidam de diferentes maneiras com estas memórias. Estes projetos serão alvo das análises do próximo capítulo. Nele serão levantadas informações sobre cada um destes projetos, o conceito por traz de sua implantação, a trajetória de ocupação dos edifícios, a memória traumática que referenciam, grupos sociais envolvidos em sua implantação, entre outros aspectos, que serão relacionados à luz das reflexões desenvolvidas nos capítulos anteriores.

Figura 49 – Edifício que abriga o Memorial da Resistência - São Paulo



Fonte: 3BP, 2015.

Figura 50 –Recriação das celas no Memorial da Resistência - São Paulo



Fonte: FORUMVERDADE, 2013.

Embora se observe uma ampliação das reflexões em torno das memórias sobre acontecimentos traumáticos, principalmente a partir das manifestações e mobilizações da sociedade civil, com reflexos nas políticas públicas. Estas mesmas manifestações dão indícios de que a criação de espaços para discussão desta memória é urgente. A pluralidade de discursos presente nestas manifestações deixa claro que as instâncias utilizadas até o momento se demonstram ineficazes na produção de efeitos duradouros sobre a memória coletiva. A criação de museus que tenham como missão trabalhar aspectos destas memórias pode ser uma estratégia eficaz neste sentido.

Estas experiências nos permitem questionar até que ponto o aporte de recursos a estas instituições não é dependente de uma autorização do discurso institucional. Certos temas, principalmente ligados às memórias traumáticas podem ser incômodos na promoção de uma paz ou coesão social, podendo afetar inclusive a imagem dos governos de um país no exterior. Sobre quais enquadramentos torna-se possível abordar uma narrativa de genocídios ou atos de tortura? A partir das instituições abordadas vimos que tanto se encontra a postura de fornecer o acesso à informação e permitir um encontro livre dos diferentes grupos com estas memórias, quanto à construção de uma narrativa museal com vistas a estabelecer um discurso claro de reconciliação.

Os museus que lidam com memórias do trauma apresentam uma vontade de conexão do passado ao presente, da memória a ação. Como vimos várias questões éticas devem ser consideradas para que a instância de engajamento que propõem não se converta na opressão do outro, o que poderia resultar numa situação de injustiça social. Ao omitir, segregar ou se distanciar dos grupos sociais, sejam eles portadores das memórias que trabalham, ou herdeiros desta memória compartilhada, o museu pode acabar servindo mais ao esquecimento do que a lembrança. Faz-se necessário observar uma postura crítica para que o museu, ao se utilizar do espaço construído para lidar com as questões da memória do trauma, ao se converter em lugar de memória não se constitua em um local de amnésia.

CAPÍTULO 4 – LUGARES DE MEMÓRIA DO TRAUMA: ESTUDOS DE CASO EM BELO HORIZONTE

4.1 MEMORIAL DA ANISTIA POLÍTICA DO BRASIL

A trajetória de implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil se inicia em 2007, a partir da formação de uma comissão do Ministério da Justiça que tinha como intuito a seleção de um local para implantação de um museu. A instituição abrigaria uma série de documentos referentes à memória do regime militar que foram reunidos pelo Ministério ao longo de sua atuação. Inicialmente se aviltaram duas outras possibilidades, os prédios da primeira delegacia de polícia do Rio de Janeiro e a antiga sede da polícia federal de São Paulo. No entanto, foi selecionado para abrigar a proposta, o edifício do antigo Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

O projeto de construção do Memorial da Anistia na capital mineira é fruto de uma parceria, firmada no ano de 2009, entre o Ministério da Justiça e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Memorial apresenta como conceito gerador, a proposta de abrigar arquivos históricos sobre o período da ditadura civil-militar implantada no Brasil entre os anos de 1964-1986, de forma a trabalhar com as memórias deste período a partir da perspectiva dos perseguidos políticos.

A primeira fase de articulação e concepção do Memorial ficou a cargo da empresa Santa Rosa Bureau Cultural, que delineou, já em 2009, o conceito arquitetônico e a concepção museográfica inicial para o museu. O projeto arquitetônico é da autoria de Mauro Alves Sacchi. A proposta museográfica ficou a cargo dos cenógrafos Daniela Thomas e Felipe Tassara, responsáveis pelos projetos do Museu da Língua Portuguesa (SP) e pelo novo Museu da Imagem e do Som (RJ).

A inauguração do Memorial da Anistia estava inicialmente prevista para o ano de 2010, porém a data de abertura da instituição foi por diversas vezes adiada. Entre os motivos para o atraso são enumeradas pelas instituições responsáveis, diferentes “questões técnicas”. Entre elas, os atrasos nas etapas de licitação dos projetos executivos e das obras, além da necessidade de reforço estrutural da edificação que abrigará o museu. As obras na edificação tiveram de passar pelo aval da Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC) da Fundação Municipal de Cultura (FMC) de Belo Horizonte, por se tratar de edificação tombada a nível municipal. Devido a esta

trajetória de implantação conturbada, na tentativa de evitar novos atrasos, a UFMG designou um grupo de profissionais arquitetos com o objetivo de auxiliar o escritório técnico contratado de São Paulo, na execução do projeto arquitetônico.

Em maio de 2011, foi realizado ato público com a participação de figuras políticas, artistas, jornalistas, estudantes e outros cidadãos em que foi assinada a ata de fundação da Associação de Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil. Tal associação visa não só contribuir com as ações para implantação do museu, mas também tem um papel importante na coleta e doação de documentos, fotografias e outros materiais que irão compor o acervo da instituição. Segundo estimativas da Associação de Amigos serão mais de 70 mil documentos a integrar as coleções do Memorial. Destaca-se entre eles os processos do acervo documental da Comissão Nacional da Anistia¹⁴.

Este acervo reúne todos os requerimentos agrupados ao longo da história da Comissão, originados a partir de testemunhos pessoais. Trazem à tona as memórias das perseguições e violências sofridas durante o regime da ditadura, constituindo-se como uma das instâncias para compensação às vítimas do regime. Objetiva um reconhecimento público e social tanto para as ações de militância e resistência ao regime, como para os impactos produzidos por ele nas vidas dos indivíduos.

Tal acervo foi recentemente selecionado, em outubro de 2015, pelo Comitê Regional para a América Latina e o Caribe para integrar o Programa Memória do Mundo da UNESCO. Este programa tem como objetivo identificar documentos e conjuntos documentais aos quais são atribuídos um valor de patrimônio documental da humanidade. Inseridos em um registro internacional, além de uma maior divulgação, os documentos contemplados recebem aportes de recursos e ações que visam contribuir para sua preservação.

Serão incorporados a instituição, fotografias, músicas, filmes, jornais, revistas, ilustrações, textos e depoimentos. Entre estes documentos se encontra o

¹⁴ Instalada pelo Ministério da Justiça, no dia 28 de agosto de 2001, a Comissão de Anistia foi criada pela Medida Provisória n.º 2.151. É um órgão do Estado brasileiro ligado ao Ministério da Justiça que tem o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidos entre os anos de 1946 e 1988. Mais informações em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia>.

acervo preservado pela própria UFMG, que inclui cerca de 10 mil fotos e 400 filmes da época.

As obras para restauração, adequação e construção do espaço tiveram início no final de 2012. Contudo, ainda com os espaços do Memorial da Anistia em construção a Associação de Amigos do Museu tem demonstrado uma atuação ativa. Como exemplo, cito a promoção do ato público “50 anos de resistência à ditadura de 1964”, realizado em março de 2014. O evento que visava homenagear aqueles que lutaram, sofreram e pereceram em defesa da democracia, se constituía como parte das ações de rememoração dos 50 anos da intervenção militar no país. Junto a exposições, apresentações musicais e teatrais, foram prestadas homenagens a Eleonora Menicucci, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Gilda Cosenza, viúva do cartunista Henfil e Nita Freire, viúva do educador Paulo Freire.

A cerimônia foi marcada também pela solenidade simbólica de entrega dos arquivos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, referentes ao período do regime militar, para a Comissão da Verdade de Minas Gerais e para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, com o objetivo de que estes documentos façam parte do acervo do Museu. O evento foi realizado no local onde futuramente funcionará o Memorial, que se encontrava ainda em obras.

O projeto conta com orçamento de R\$ 25,6 milhões, destinados a restauração e adaptação das edificações, bem como para as etapas de pesquisa e montagem museográfica do espaço. Após sinalização de novas datas para a abertura da instituição nos anos seguintes, de 2013 a 2015, mesmo com manifestações da sociedade civil para que se efetive a inauguração do Memorial, até o presente momento esta não se concretizou. Segue o prazo de entrega de parte da restauração do prédio para o ano de 2016.

4.1.1 O COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA FAFICH - UFMG COMO LUGAR DE MEMÓRIA

O edifício localizado na Rua Carangola, 300, no bairro Santo Antônio, região sul da capital mineira, foi construído no início do século XX para abrigar a Escola Mineira de Agronomia e Veterinária (FIG. 51). Com o passar do tempo, em abril de 1954, a edificação recebeu as acomodações do Ginásio de Aplicação da Universidade

de Minas Gerais (UMG). Isto devido às exigências do Decreto Lei nº 9053, de 1946, que estabelecia como obrigatório para as faculdades de filosofia federais, manter uma escola destinada à prática docente dos alunos matriculados em seus cursos de didática.

Figura 51 – Fachada do Prédio da Escola Mineira de Agronomia e Veterinária - década de 40-50.



Fonte: APM, 2015.

No final dos anos 50 do século passado, paralela à construção do prédio da Escola de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (UMG) em suas adjacências, o Ginásio de Aplicação foi renomeado Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia. Devido a esta fase, em que o prédio abrigava uma escola-laboratório, que se constituía como espaço para formação não só de alunos, mas também dos futuros docentes da instituição é que o prédio recebeu a alcunha pelo qual é conhecida ainda hoje, “coleginho”.

Em 1961, a partir da inauguração do novo prédio da Faculdade de Filosofia, o “coleginho” passa a integrar um importante complexo universitário onde são agrupados diversos cursos neste espaço. Em 1968, com a reforma universitária, são criados os institutos e novas faculdades. Origina-se então a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG que abrigava os cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História, Comunicação Social, e Psicologia. Tais cursos tinham no Colégio de Aplicação um espaço de vivência e laboratório de aprendizado e é neste contexto que as dependências da FAFICH serão marcadas como local de memória de resistência ao regime militar.

Em 5 de outubro de 1968, as edificações da Rua Carangola foram cercadas pela Polícia Militar (FIG. 52), que demandava a prisão do presidente do Diretório Acadêmico (DA) da FAFICH, à época o estudante de história Waldo Silva, entre outros líderes estudantis. O motivo para a ação era que no subsolo do prédio da FAFICH, naquele dia, ocorria uma reunião sigilosa entre os estudantes com o objetivo de organizar a viagem para o Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), que ocorreria na cidade de Ibiúna, São Paulo. As forças armadas tomaram conhecimento do encontro e perpetraram a ação no intuito de dissolvê-lo.

Começava ali um dos mais célebres episódios de resistência política da Universidade à ditadura. Do subsolo, relembra Waldo Silva, os estudantes foram para os andares mais altos da Fafich (7º e 8º) e, no caminho, montaram barricadas nas rampas internas, com carteiras e mesas recolhidas nas salas de aula. Do alto do prédio, um grupo atirava pedras nos policiais, numa tentativa de evitar a invasão. Os elevadores foram desligados e apenas uma linha de telefone foi mantida, para que os entrincheirados pudessem se comunicar. Aos integrantes da União Estadual de Estudantes (UEE) juntaram-se os demais alunos que assistiam às aulas no dia, além de professores e funcionários. Calcula-se que mais de 700 pessoas ficaram sitiadas no prédio. Aos poucos, os parentes dos estudantes começaram a se juntar, do lado de fora, em busca de notícias (HISTÓRIA..., 2007).

Figura 52 - Tropas da Polícia Militar de Minas Gerais ocupam a FAFICH, na rua Carangola (1968)



Fonte: PROJETO REPÚBLICA, 2007.

O episódio foi marcado pela recusa do diretor da faculdade, o professor Pedro Parafita de Bessa, em deixar que a polícia invadisse o prédio. Também marcantes foram a firmeza e solidariedade demonstrada entre os alunos, professores e funcionários, que se negaram a entregar os líderes do movimento estudantil. Após

muitas negociações, em que se estabeleceram contatos com o vice-presidente da república Pedro Aleixo e o senador Milton Campos, uma carta foi emitida pela direção da FAFICH. Nela, era negada a existência da reunião clandestina. Somente assim o cerco a instituição foi levantado.

O acontecimento é considerado como um dos capítulos marcantes na trajetória de resistência política ao regime militar na cidade, da qual a UFMG, e consequentemente suas instalações, se constituem como um dos principais redutos de resistência. Durante a travessia pelos “anos de chumbo”, a instituição teve diversos de seus diretores, reitores e intelectuais, perseguidos, aposentados compulsoriamente e exilados. Principalmente após a promulgação do Ato institucional nº5, através do qual se endureciam as práticas de opressão do regime militar.

No ano de 1990, a FAFICH é transferida para suas atuais instalações no campus da região da Pampulha e a edificação do “coleginho” começa a abrigar o Teatro Universitário (TU) da UFMG e o Centro de Musicalização Infantil (CMI) da Escola de Música da UFMG. Posteriormente ambos também são transferidos para novas instalações na Pampulha, o CMI em 2006, e o TU em 2009.

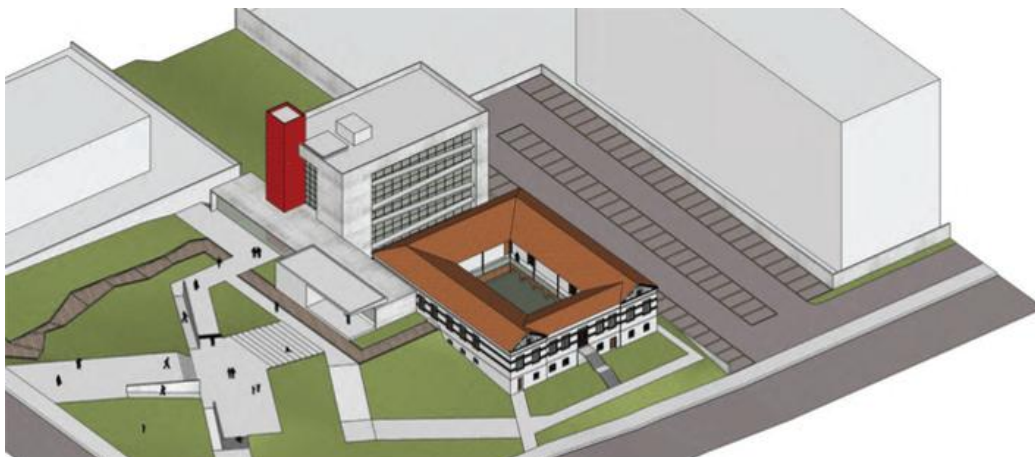
Imbuído do espírito de contestação e produção crítica de conhecimento, bem como ancorado nestas memórias de resistência é que se delineia o projeto de implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil, a ser instalado nas dependências do antigo Colégio de Aplicação da UFMG. A partir de 2009 firma-se a parceria entre o Ministério da Justiça e a UFMG para concepção e implantação do projeto do Memorial.

A proposta prevê uma nova configuração através da execução de projeto arquitetônico e paisagístico. Será restaurado e adaptado o edifício do antigo Colégio Aplicação, ancorado na ideia da edificação como testemunho do período de resistência ao regime militar. Estão previstas a construção de um novo prédio que funcionará como anexo administrativo do museu e também a edificação de uma praça que integrará as duas construções (FIG.53 a 55).

A entrada da instituição será realizada pelo edifício do “coleginho” que se destinará a montagem de um circuito de exposições de longa duração. Sua restauração incluirá a remoção de uma cobertura acrescida posteriormente à edificação, de maneira a restabelecer a abertura do pátio central. A proposta contempla também o

restabelecimento do contato direto da fachada da edificação com o nível da rua, ao remover os muros e muretas que circundam o terreno.

Figura 53 – Representação em 3D do Memorial da Anistia Política do Brasil



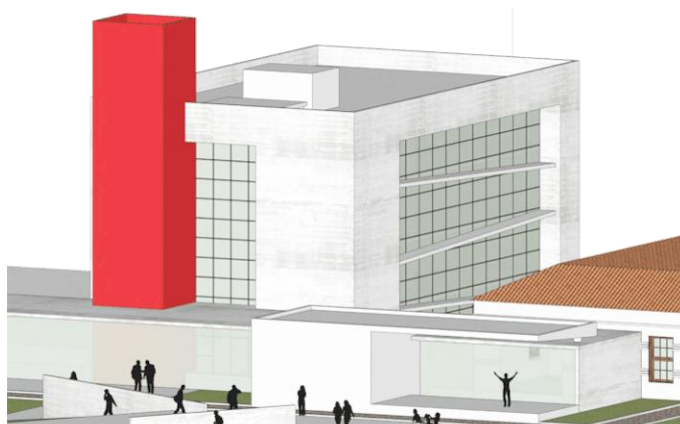
Fonte: SANTAROSA, 2009.

Figura 54 – Representação em 3D do Memorial da Anistia Política do Brasil



Fonte: SANTAROSA, 2009.

Figura 55 – Maquete eletrônica do Memorial da Anistia Política do Brasil



Fonte: SANTAROSA, 2009.

Figura 56 – Representação em 3D do Memorial da Anistia Política do Brasil



Fonte: SANTAROSA, 2009.

Figura 57 – Representação em 3D do Memorial da Anistia Política do Brasil



Fonte: SANTAROSA, 2009.

Figura 58 – Maquete eletrônica do Memorial da Anistia Política do Brasil



Fonte: JORNALTUDOBH, 2013.

O anexo administrativo apresenta a forma de um volume quadrado verticalizado, com estruturas horizontais posicionadas lateralmente, de maneira a se interligar a “edificação histórica”. Conterá com cinco pavimentos que se destinarão a receber salas de exposição de curta duração, auditório, arquivo, espaços da administração, centro de pesquisa e documentação. A ideia é que o espaço funcione como local de atividades de apoio do Memorial.

Será construída uma praça ladeada as duas edificações, que se integrará ao projeto por meio da proposição de um “bosque da recordação” e de painéis em que serão gravados os direitos humanos. O terreno é cortado por um riacho que deságua na praça central do prédio do “coleginho”. No leito deste riacho serão esculpidos em pedra-sabão os nomes de todos os mortos e desaparecidos políticos durante o regime militar.

Conforme a linha seguida pelos responsáveis em outros projetos de referência, a museografia está pautada na criação de espaços com forte apelo a cenografias e com intenso uso das novas mídias e tecnologias de informação. O Museu contará também com os já tradicionais espaços de consumo, como uma loja dedicada a venda de produtos e mercadorias que carregarão a logo institucional, de forma a seguir as tendências ao marketing da memória. A mensagem do “nunca mais” se transforma em slogan, que convida a uma postura de engajamento no ato de relembrar, e passa ao mesmo tempo a ser veiculada em produtos comercializados pela instituição (FIG. 59 a 64). É preciso cuidado para não despolitizar ou banalizar a memória por meio de sua comercialização (BILBIJA; PAYNE, 2011).

Conforme apresentado pelo projeto, o Memorial da Anistia Política do Brasil se insere na corrente de propostas de museus implantados em todo mundo, em períodos pós-regimes de opressão e situações de violação de direitos humanos. Manifestam o intuito de constituir instituições dedicadas não somente a preservação dos arquivos e documentos relacionados a estes acontecimentos, mas também como instância de reparação moral as vítimas. Neste sentido se coloca em alinhamento com diversas tendências apontadas como características destas instituições. Dentre elas se destaca o engajamento com o público alvo, principalmente os grupos afetados pela situação de opressão.

Figura 59 – Logomarca do Memorial da Anistia Política do Brasil



Fonte: MEMORIALDAANISTIA, 2015.

Figura 60 – Distribuição dos módulos temáticos da exposição de longa duração



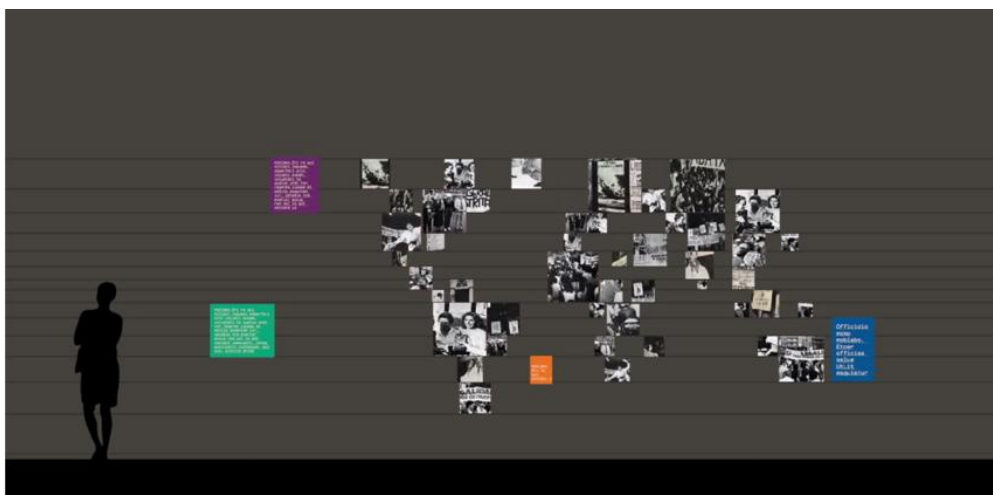
Fonte: CRIARBRASIL, 2015.

Figura 61 – Vista das salas de exposição conforme projeto museográfico



Fonte: CRIARBRASIL, 2015.

Figura 62 – Vista das salas de exposição conforme projeto museográfico



Fonte: CRIARBRASIL, 2015.

Figura 63 – Vista das salas de exposição conforme projeto museográfico



Fonte: CRIARBRASIL, 2015.

Figura 64 – Vista com projeto de loja para o Memorial da Anistia



Fonte: CRIARBRASIL, 2015.

Ao se caracterizar como Memorial destinado a abordar a memória do período a partir da perspectiva dos oprimidos pelo regime militar vai ao encontro da contestação de uma versão oficial, ao objetivar trazer para o espaço público memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), por muito tempo condenadas a clandestinidade (CASTRO, 2002). Observa-se o uso de algumas das estratégias comuns de rememoração relacionadas aos espaços de memória do trauma. A presença das listas, com os nomes dos desaparecidos e torturados, que como vimos traduz-se em linguagem compartilhada por estes projetos (MELENDI, 2006).

Tal referência a instituições congêneres consta no programa do convite para cerimônia de criação da Associação de Amigos do Memorial da Anistia:

Trata-se de um dever histórico e ético para com todas as gerações de brasileiros. O Memorial reunirá documentos, relatos e abrirá seu espaço para recolher testemunhos e dados ainda não revelados, integrando à história do Brasil um período ainda obscuro. O Memorial se pretende um Centro de Pesquisa permanente sobre a História recente e estará, a exemplo de outros similares já existentes no Chile e Argentina, sendo construído em uma concepção museológica inovadora facilitando o acesso, pesquisa e proposição de atividades voltadas à comunidade (ASSOCIAÇÃO..., 2011).

Ao ser utilizada dentro do discurso institucional a edificação que abrigava o antigo Colégio de Aplicação, potencializa a relação do local com as memórias a ser trabalhadas pela narrativa museal. O prédio se caracteriza conforme a proposição de Pollak (1992) em referência de apoio para a memória, que ao ser transformado em museu permite um trabalho que reverbera para as gerações futuras. As memórias que relacionam as instalações do “coleginho” com a antiga FAFICH, e por sua vez com a atuação da UFMG e dos movimentos estudantis como instâncias de resistência ao regime militar, são sobressaltadas. Utilizadas dentro do projeto como acontecimento chave que justifica a implantação do memorial no espaço.

Neste sentido é a partir do espaço construído que as memórias de um acontecimento de cunho local são projetadas de forma a produzir identificação com uma questão que diz respeito a um contexto nacional, o golpe-civil militar de 1964. Com a transformação do espaço em uma instituição museal, que lida com uma memória de violação de direitos, por sua vez, estas memórias se projetam, em um contexto transnacional (HUYSEN, 2014). Seja através de uma interligação conceitual com outros memoriais ao redor do mundo, da participação do Memorial em redes de

instituições museais que lidam com estas memórias ou através do reconhecimento de seu acervo como patrimônio documental da humanidade.

Outro aspecto relevante sobre a utilização do espaço construído como âncora para a memória, dentro do projeto de implantação do Memorial da Anistia, se traduz na proximidade do espaço do museu com o antigo prédio da FAFICH (FIG. 65). Com projeto arquitetônico de inspiração modernista e de autoria dos arquitetos Eduardo Mendes Guimarães Junior e Shakespeare Gomes, o prédio construído em 1961, foi tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH).

O tombamento se deu no ano de 2014 por ocasião dos 50 anos do Golpe Militar, como principal justificativa, destacava-se a importância que o local representa como uma das edificações que abrigou fatos relacionados à tortura ou à resistência no âmbito da Ditadura militar. Revela-se como espaço potencial para a execução de ações conjuntas com o futuro Memorial a ser instalado em suas proximidades.

Tal indicação foi sugerida dentro do processo de tombamento:

Pedimos especial atenção para com as Diretrizes Gerais de Intervenção para o Bem Cultural, propostas pela DIPIC, que apontam para determinados cuidados quanto ao agenciamento externo, necessários à manutenção da harmonização físico-espacial do edifício, e para a reversão das intervenções descaracterizadoras, particularmente em seus recintos, devolvendo ao bem cultural sua fisionomia original, articulada em conjunto. Propomos, ainda, que um programa de atividades histórico-culturais com exposições, palestras etc., seja pensado, com vistas a avivar essa memória e que se estude a viabilidade de um projeto de musealização dos espaços, por meio de sua recuperação e reaproveitamento (PREFEITURA..., 2014).

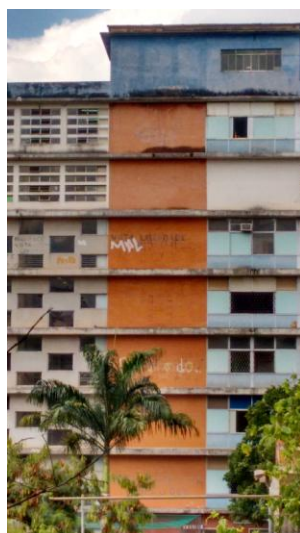
Entre as especificações e diretrizes propostas encontra-se a preservação das pichações que se localizam na lateral do prédio. Destacam-se as palavras de ordem contra o regime ditatorial e as manifestações em favor da abertura política, realizadas por estudantes e que datam da década de 1970. Algumas destas inscrições encontram-se quase totalmente apagadas, outras foram sobrepostas por intervenções posteriores sem relação com o período da Ditadura (FIG. 66 e 67). Ao serem preservadas apresentam o potencial de evocar a memória de práticas de contestação, rebeldia, transgressão e resistência ao regime militar, por meio do agenciamento do espaço construído.

Figura 65 – Prédio da antiga FAFICH



Fonte: Fotografia do autor.

Figura 66 – Pichações do edifício da antiga FAFICH



Fonte: Fotografia do autor.

Figura 67 – Pichações do edifício da antiga FAFICH



Fonte: Fotografia do autor.

A edificação abriga hoje a sede da Secretaria Municipal de Educação, mas, no entanto ainda é conhecida por muitos como “prédio da FAFICH”, uma demonstração da importância deste período de sua ocupação para a memória da cidade. Nesta direção apresenta-se como espaço seminal ao ser considerado dentro de uma possível ação conjunta com o Memorial da Anistia Política.

O espaço museal do Memorial da Anistia não foi ainda inaugurado. No entanto, a instituição já tem executado e apoiado ações independente de sua existência como espaço físico. Em 2013, a instituição apoiou a elaboração de um filme de média metragem intitulado “Um golpe – 50 olhares”. A produção construída de forma colaborativa reúne cinquenta vídeos de um minuto cada, que revelam 50 olhares da sociedade brasileira sobre o período da ditadura civil-militar brasileira¹⁵.

Por meio da Comissão de Anistia, ligada ao Ministério da Justiça, foi disponibilizado em um banco de dados online parte do acervo pertencente ao Memorial, que já se encontra disponível para consulta¹⁶. Outras ações compreendem o apoio à inauguração de monumentos referentes ao período, bem como a realização de eventos que abordem a temática.

Reconhece-se seu papel fundamental como espaço para discussão da memória de um período da história do país, que por muito tempo foi negligenciado. Resta saber, como iniciativa financiada pelo governo federal, o quanto a atuação e a escolha do discurso institucional do museu serão afetadas por seus mantenedores. Até o momento, mesmo com todos os avanços, o governo brasileiro tem se caracterizado por uma postura de tratamento apaziguado sobre a memória da Ditadura civil-militar.

A princípio o desenvolvimento conceitual da instituição propõe um trabalho de memória no sentido de dar voz às vítimas do regime. Caberá observar ao longo da trajetória do museu se o mesmo primará por abarcar uma multiplicidade de memórias e narrativas, o que implica na abordagem de memórias muitas vezes

¹⁵ Iniciativa fomentada pelo Ministério da Justiça, através do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Governo Federal, e organizada pela ONG CRIAR BRASIL. A obra foi realizada de modo colaborativo, com participação livre, e reuniu, por meio de uma seleção em concurso, cinquenta vídeos de um minuto cada, revelando 50 olhares da sociedade brasileira sobre esse período marcante da história do Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XLg_3HUH2ys Acesso em: 25 de Out 2015.

¹⁶ O Projeto Acervo Virtual da Anistia foi idealizado como uma ferramenta pedagógica de educação e de conhecimento pela memória, para o desenvolvimento da cidadania e o fortalecimento da democracia no Brasil, bem como para que as novas gerações aprendam com seu passado histórico. O acervo pode ser acessado no endereço eletrônico: <http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>.

divergentes. Desafio a ser representado e enfrentado pelo espaço museal. Espera-se que a instituição tenha nas memórias de resistência ao regime e na atuação crítica representada pelo posicionamento da UFMG, estudantes, professores e intelectuais, durante este período, uma inspiração que marque sua trajetória futura.

Por enquanto o espaço permanece em obras, sem uma previsão oficial para sua inauguração (FIG.68 a 72). Na placa que adorna a fachada do “coleginho”, em meio às escoras, andaimes e tapumes, lê-se ainda “término da obra: 09/06/2014”.

Figura 68 – Fachada em obras do “coleginho” – Memorial da Anistia



Fonte: fotografia do autor.

Figura 69 – Placa com a previsão de término da obra para 09/06/2014



Fonte: fotografia do autor.

Figura 70 – Fachada em obras do “coleginho” – Memorial da Anistia



Fonte: fotografia do autor.

Figura 71 – Vista lateral do pátio em obras - Memorial da Anistia



Fonte: fotografia do autor.

Figura 72 – Vista do anexo em obras – Memorial da Anistia



Fonte: fotografia do autor.

4.2 MEMORIAL DOS DIREITOS HUMANOS DE MINAS GERAIS

O projeto para criação do Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais se inicia no final do sec. XX, quando no ano de 1999, é proposta por meio de um projeto de lei estadual a criação de uma instituição museal relacionada à defesa e preservação dos direitos humanos. De autoria do deputado Rogério Correia, o projeto foi aprovado e transformado em lei no ano seguinte, durante o governo de Itamar Franco, dando origem a Lei 13.448 de 2000 (ver ANEXO A).

A referida lei tem como objeto a criação do Memorial de Direitos Humanos e trata de aspectos como, a destinação do Memorial, formação de acervo, espaço em que se o mesmo será alocado, bem como dispõe sobre a criação de uma comissão de trabalho destinada a elaborar o projeto de implantação da instituição. Desde então se passaram 15 anos e o museu ainda não foi implantado. Entre uma diversidade de motivos e fatores que poderiam ser elencados como responsáveis pela não implantação da instituição. Destaco para os fins do presente trabalho, o expresso em seu art. 6:

Art. 6º - Fica declarado patrimônio histórico estadual o acervo do Memorial, que se instalará em Belo Horizonte, no prédio ocupado pelo extinto DOPS (MINAS GERAIS, 2000).

O conteúdo expresso pelo artigo da Lei determinava que o Memorial dos Direitos Humanos ocupasse o prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Naquele período as políticas públicas em torno da memória do período Ditatorial eram ainda incipientes. Somavam-se a este fator as mudanças de governo, e as problemáticas em torno do deslocamento dos atuais ocupantes do edifício, que abriga ainda hoje, o Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil de Minas Gerais.

Parte dos documentos que comporiam o acervo do Memorial foram transferidos e se encontram em posse do Arquivo Público Mineiro (APM). A documentação foi entregue para o APM em 1998. Trata-se de 97 rolos de microfilme, repassados pela Coordenação Geral de Segurança (COSEG) da Polícia Civil que alegou que os documentos originais foram incinerados em 1982. Incluem correspondências, fichas policiais, pedidos de busca, documentos pessoais, fotografias, documentos

relativos à censura, entre diversos outros materiais referentes ao período do regime militar.

Com os entraves à criação de uma feição institucional do Museu, a partir de 2005, é promulgada nova legislação que atualiza e propõe algumas alterações ao texto original. A Lei 15.458 de 2005 retira da redação original a menção expressa de que o Memorial deve ser instalado na antiga edificação do DOPS (ver ANEXO B). Em seu lugar substituíam-se o texto por “O Memorial de Direitos Humanos tem sede em Belo Horizonte” (MINAS GERAIS, 2005).

Destaca-se também a redação dada a seu Art. 5:

Art. 5º As informações constantes nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social DOPS, extinto pelo art. 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, bem como aquelas constantes nos arquivos de outros órgãos de segurança do Estado, relativas às atividades de polícia política, transferidas para o Arquivo Público Mineiro pela Lei nº 10.360, de 27 de dezembro de 1990, alterada pela Lei nº 13.450, de 10 de janeiro de 2000, poderão ser consultadas, por meio eletrônico, na sede do Memorial de Direitos Humanos (MINAS GERAIS, 2005).

A nova Lei propõe uma expansão do universo documental que estaria a disposição do acervo da instituição, no entanto relativiza a proposta de instalação do Museu em um espaço físico. Além de incorporar os documentos constantes nos arquivos do extinto DOPS, seriam acrescentados aqueles guardados nos demais órgãos de polícia política do Estado. O projeto assumia então um caráter de museu digital, como uma espécie de banco de dados a ser disponibilizado para consulta on-line por meio da internet.

O fundo documental sob guarda do APM foi disponibilizado para acesso público e pode ser consultado no site da instituição. Mas a proposta do Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais não saiu do papel. Contudo, o projeto de instalação do Memorial não seria completamente abandonado. Com a aproximação da data comemorativa dos 50 anos do Golpe civil-militar e o fomento das discussões desta memória em todo país, o desejo de implantação da instituição começa a ser retomado.

Contribuem de maneira significativa a ação perpetrada pelo Ministério Público (MP), no ano de 2013, que em conjunto com parlamentares, movimentos sociais e representantes da OAB, encaminhou ofícios à Secretaria de Estado da Cultura

e ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município. Solicitava através dele o tombamento do edifício do antigo DOPS.

Como resultado a edificação recebeu o tombamento municipal neste mesmo ano. O dossiê elaborado na ocasião apresenta a sugestão de que o espaço se torne um centro de memória. São retomadas as discussões em torno da instalação do Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais em suas dependências. Neste sentido, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei 1.587 de 2015 (ver ANEXO C), de autoria do deputado Rogério Correia que dá nova redação ao art. 1º da Lei de criação do Memorial:

Art. 1º - (...) Parágrafo único - Fica declarado patrimônio histórico estadual o acervo do memorial de que trata esta lei, que se instalará em Belo Horizonte no prédio ocupado pelo extinto Departamento de Ordem Política e Social – Dops (CORREIA, 2015).

É retomada a disposição inicial de que o prédio do antigo DOPS se transforme em um museu dedicado a debater as questões relacionadas à defesa dos direitos humanos a partir de sua importância como lugar de memória do período de repressão durante o regime militar.

4.2.1 O DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE BELO HORIZONTE COMO LUGAR DE MEMÓRIA

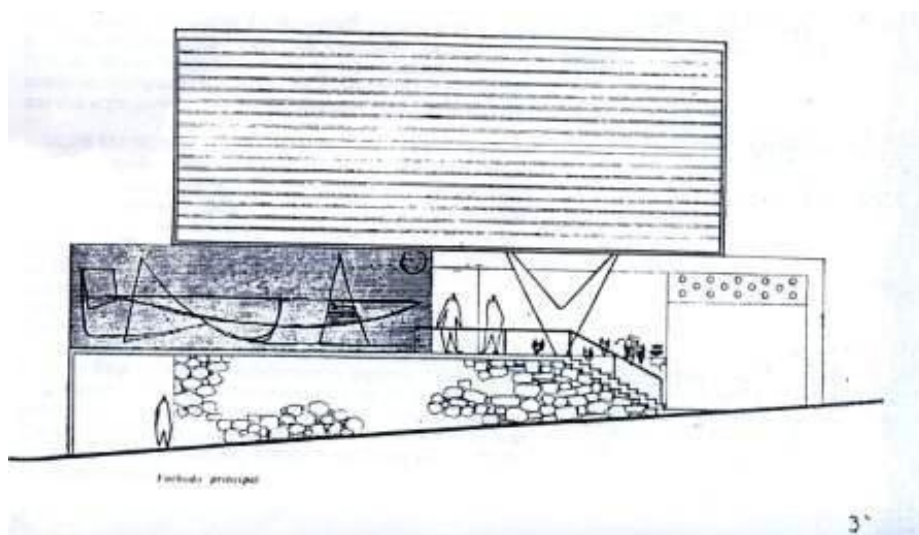
O edifício localizado na Avenida Afonso Pena, número 2.351, foi construído em 1958, durante a gestão do governador Bias Fortes, para abrigar a sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). De autoria do arquiteto Hélio Ferreira Pinto, o prédio de linhas modernistas, foi comemorado em sua inauguração como iniciativa de modernização da estrutura e do aparato da polícia civil (FIG.73 a 76).

O DOPS surge como órgão militar do governo brasileiro que passa a ser notoriamente conhecido como aparato de controle e repressão de movimentos políticos e sociais a partir do Estado Novo, no governo Vargas. Também chamada no período de “polícia política”. No entanto é a partir do regime militar que estes departamentos tornaram-se centros de tortura.

Com o advento do golpe civil-militar, o edifício do DOPS em Belo Horizonte passa a abrigar a partir do ano de 1970, a unidade do Destacamento de Operações de

Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Os DOI-CODI eram diretamente subordinados ao Exército Federal e reuniam, sob um comando único, militares das três Armas, integrantes das Polícias Militares Estaduais, da Polícia Civil e Federal, e do Corpo de Bombeiros.

Figura 73 – Ilustração do projeto arquitetônico para o edifício do DOPS



Fonte: CYBERPOLICIA, 2011.

Figura 74 – Obras no Córrego do Acaba Mundo no eixo da Av. Afonso Pena (década de 1960) – À direita prédio do DOPS



Fonte: APCBH, 2015.

Figura 75 – Vista do Córrego do Acaba Mundo no eixo da Av. Afonso Pena (década de 1960) – À direita prédio do DOPS



Fonte: APCBH, 2015.

Figura 76 – Vista da fachada do Edifício do Antigo DOPS.



Fonte: Fotografia do autor.

É dentro deste contexto que a edificação se relaciona as engrenagens utilizadas pelas Forças Militares na luta contra o chamado “aparato subversivo”. Suas instalações foram utilizadas como locais de apreensão, interrogatório e tortura. Este histórico de violência e arbitrariedade marcou o espaço como o principal centro de repressão política de Minas Gerais.

Em nome desta memória difícil, de dor e sofrimento, que estudiosos, entidades sociais e políticos reivindicaram por anos o tombamento da edificação. Da

mesma forma sempre foi ventilada a ideia de implantação de um centro de memória no local. Esta vontade de memória se materializou por meio de uma demanda social na instituição da Lei 13.448 de 2000 (NORA, 1993). Desde então, as idas e vindas do projeto de implantação do Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais na edificação do antigo DOPS são representativas das disputas no campo da memória. Elas dão testemunho do quanto estas iniciativas e instituições estão suscetíveis às mudanças e inclinações políticas.

Ao acompanhar a tramitação da Lei de criação do Memorial, bem como as sucessivas movimentações em torno desta iniciativa, verifica-se que o abandono da proposta de instalação do Memorial no edifício do DOPS foi justificado por diversas vezes. As principais alegações giram em torno de uma redução dos custos que a instalação de um memorial físico poderia acarretar e na defesa de uma ampliação de alcance e acesso que uma iniciativa centrada em um banco de dados on-line proporciona.

Conforme parecer emitido durante a tramitação do projeto:

A proposta de que as informações constantes no arquivo do extinto Departamento de Ordem Política e Social – DOPS-, transferidas para o Arquivo Público Mineiro, sejam disponibilizadas para o Memorial de Direitos Humanos por meio de acesso em rede não gerará custo relevante. Entendemos, outrossim, que ela será largamente compensada pela redução de despesa decorrente da proposta de exclusão da exigência de que o Memorial seja instalado no prédio ocupado pelo extinto DOPS. Trata-se de imóvel grande, muito bem localizado, de grande valor econômico, e sua utilização representaria um grande ônus financeiro. [...] Ao invés de essas informações estarem disponíveis apenas em um local físico, com uma limitação natural de acesso, elas estarão difundidas por todo o planeta. Será um Memorial virtual e mundial. Uma pessoa poderá ter acesso a ele de qualquer parte do mundo, praticamente sem ônus, sem se deslocar, comodamente em seu trabalho ou em sua casa. (COMISSÃO..., 2004).

O que os autores do parecer parecem ignorar é a dimensão simbólica de reparação às vítimas do regime militar que a implantação de um museu na edificação do antigo DOPS proporciona. São igualmente ignoradas as capacidades de uma instituição museal enquanto ferramenta capaz de trabalhar pela dimensão afetiva as memórias e as diferentes narrativas sobre o período. Fatores potencialmente elevados

a partir do uso do edifício como recurso museográfico dentro de um possível projeto de Memorial.

A disponibilidade do material documental referente aos arquivos do antigo DOPS em meio digital, por intermédio da internet, é sem dúvida um recurso valioso. De fato permite uma ampliação do acesso público as informações neles contidas ao mesmo tempo em que proporciona aos pesquisadores, ou quaisquer outros interessados, interrogar os documentos disponibilizados, no sentido de construir suas próprias análises. Potencialmente novos discursos, que podem levar a novas discussões sobre o período abarcado.

No entanto a disponibilidade do fundo documental em rede, não se equipara a materialização de uma instituição museal. Por meio das técnicas de mediação, construção de narrativas e trabalho museográfico do espaço, pode-se construir um lugar de memória que insira o visitante de maneira ativa, engajada, que toque as pessoas, por meio da afetividade e da produção de um conhecimento crítico. Ora, ao contrário do que costuma ser veiculado, os museus são espaços vivos. A produção de conhecimento sobre o período ou temática abordado por ele, pode e deve ser constantemente incorporada e veiculada pela instituição.

Ressalta-se também que ao lidar com espaços de memória do trauma, conforme visto nos capítulos anteriores, a instituição museal apresenta não somente a função de preservar e divulgar uma memória de opressão com o desejo de que as mesmas não se repitam no futuro. Ela se converte também em espaço de luto, para a memória daqueles que se foram, para as famílias e indivíduos afetados. Instância para a discussão e acolhimento das memórias, ao permitir um reconhecimento e retratação simbólica aos sobreviventes e transmissão para as gerações futuras, com potencial de refletir ou impactar na discussão pública dos acontecimentos.

Independente do valor econômico que se possa enxergar na edificação, ou da banalização cômoda do acesso aos documentos no trajeto para casa ou trabalho. O que deveria ser pretendido é a disponibilização pública destas memórias, mesmo que incômodas para alguns setores da sociedade, da melhor maneira possível, as centenas de vidas ceifadas e interrompidas pelo regime de exceção, não merecem menos do que isso.

O desejável é que as duas iniciativas possam caminhar juntas, visto que não são excludentes, ao contrário se complementam e potencializam. Conforme lembram alguns autores, nesta sociedade, marcada pelo sistema do capital, uma memória que possa ser tocada, olhada, sentida, experienciada, em suma, materializada, tende a ter um efeito mais duradouro nas pessoas (ZARANKIN, 2003).

É neste sentido significativo que por meio de mobilização pública tenha se estimulado e concretizado o processo de tombamento do antigo DOPS. Ainda que não tenha ocorrido sem entraves, o tombamento municipal, em seu dossiê, dá indicação de sinais visíveis ainda hoje na edificação, da presença de espaços de repressão utilizados durante o regime militar (FIG. 77 e 78).

Conforme passagens do dossiê de tombamento:

Em um canto do estacionamento do DOPS, ou seja, estrategicamente localizado fora do edifício principal, existe uma pequena sala, ainda hoje conhecida pelo apelido de sauna. Nela observa-se uma marcação no chão, feita em cimento, encobrindo a existência de uma antiga ‘piscina’ ou tanque azulejado, de raio pequeno, impossível de ser utilizada para a prática da natação, mas com uma profundidade significativa, capaz de cobrir uma pessoa adulta. Na mesma sala, existe um cubículo, também azulejado, com capacidade para abrigar alguns homens em pé. Nela funcionava ‘a sauna’. Esse local, segundo o relato de um policial civil que preferiu não se identificar, era apresentado aos ‘de fora’ como sendo um espaço de lazer dos funcionários onde, nos finais de semana, faziam churrasco e se refrescavam. Tratava-se, no entanto, de uma sala de tortura, onde os presos passavam pelo o que o policial chamou de “esquenta e esfria”. Após ser colocado no calor da sauna, o preso passava por sessões de afogamento na piscina. Alguns bancos em alvenaria, presentes na sala, completavam o cenário da tortura (DIRETORIA..., 2013, p.39).

Em outro trecho:

Outro cômodo do DOPS que ainda guarda os sinais da prática da tortura é uma saleta, localizada no segundo andar, toda revestida por placas de cortiça. A presença da cortiça, material utilizado para abafar som, denuncia que naquele local, pessoas foram torturadas. Não por acaso, essa sala pode ser acessada por uma entrada extraoficial. Segundo o relato do policial, através dessa entrada, presos eram levados ou retirados do DOPS sem serem vistos por sua família ou advogados que, na entrada oficial do prédio, esperavam em vão por notícias da pessoa detida (DIRETORIA..., 2013, p.41).

Nesta direção nota-se o quanto a materialidade ainda presente do edifício corrobora a natureza imaterial das lembranças daqueles que foram vítimas do regime ditatorial. O prédio do antigo DOPS, por suas celas, por sua distribuição espacial, se

posiciona, para além de um caráter de monumento, como um forte documento para ancoragem das memórias deste período de exceção. Sua preservação por meio da implantação de um Memorial pode atuar no sentido do cumprimento de um dever de memória (RICOEUR, 2007), para com as vítimas do regime militar, ampliando o reconhecimento público pela violência de Estado cometida.

Figura 77 – Fotografia de sala de tortura no prédio do antigo DOPS onde são indicadas a “sauna” e a “Piscina”



Fonte: TVALTEROSA, 2013.

Figura 78 – Fotografia de sala de tortura no prédio do antigo DOPS demonstrando as paredes revestidas em cortiça



Fonte: TVALTEROSA, 2013.

A implantação do Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais continua, no entanto, em aberto. A iniciativa depende da decisão do governo estadual que não só detém a posse do imóvel, mas é também o responsável pela promulgação

da Lei de sua criação. O edifício abriga hoje o Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil (FIG. 79). Faz-se necessário encontrar nova destinação para o referido departamento, antes que se efetive a proposta do Memorial.

Figura 79 – Vista da escadaria de entrada do edifício com a placa do Departamento de investigação Antidrogas da Polícia Civil



Fonte: Fotografia do autor.

Entretanto as disputas pela implantação do Memorial continuam. Após a aprovação de seu tombamento municipal em 2013, foi perpetrada uma ação por parte da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) de MG, mas a impugnação pretendida pelo Estado ao tombamento foi julgada improcedente pelo Tribunal de Justiça (TJMG). A ação de impugnação também não foi acatada pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH), que permaneceu favorável ao instrumento de preservação, dando procedimento ao tombamento definitivo do bem cultural em 2014.

Diversos grupos sociais tem se manifestado a favor da implantação do Museu. Algumas destas manifestações têm inclusive produzido intervenções espaciais, seja através de estratégias de edificação no espaço, ou por meio de atos e manifestações artísticas e políticas, todos têm em comum a referência à edificação do antigo DOPS.

Em maio de 2013, foi instalado um monumento em homenagem aos mineiros mortos e desaparecidos pelo regime militar, nas proximidades do edifício do

DOPS. Criado pela artista plástica Cristina Pozzobon e com projeto técnico do arquiteto Tiago Balem a escultura é a primeira de uma série de dez monumentos que serão instalados por todo país. Segundo a artista o monumento se baseia na ideia de uma bandeira de aço que surge do interior de uma armadura rompida que revela o nome de 58 mortos e desaparecidos políticos durante o regime militar em MG (AGÊNCIA..., 2013).

A inauguração do monumento integra inclusive uma das ações do Memorial da Anistia Política do Brasil e inaugura também uma das primeiras interfaces entre os dois projetos. Durante a cerimônia de sua implantação foram cobradas ações em torno da implantação do Memorial dos Direitos Humanos na edificação do antigo DOPS. Participaram da solenidade artistas, políticos, militantes, e membros da Comissão de Anistia do Governo Federal.

Além da lista de nomes, o monumento apresenta em sua parte inferior a inscrição “aos que lutaram pela liberdade”. Ao lado, no piso, uma placa com os dizeres:

Monumento à resistência e à luta pela Anistia em Minas Gerais. Homenagem a todos os que resistiram à ditadura militar e, por isso, foram atingidos por perseguições políticas, torturas, mortes e desaparecimentos. A ampla mobilização social pela anistia foi uma luta por liberdade e constituiu-se em importante marco histórico para o início do processo de democratização do Brasil. Pela verdade, memória, reparação e justiça para todos! Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça. Belo Horizonte, 25 de maio de 2013 (POZZOBON, 2013).

A partir de sua inauguração o monumento passou a ser apropriado de maneira semelhante a outras instalações congêneres. É possível verificar, por exemplo, o depósito de flores em sua estrutura como forma de honrar os homenageados. Membros da Associação de Amigos do Memorial da Anistia costumam deixar flores às sextas-feiras (FIG.80).

Nota-se, no entanto que apesar do pouco tempo de sua inauguração seu estado de conservação já se encontra prejudicado. Atualmente parte das letras que compunham a frase em sua parte inferior foi retirada, sua estrutura interna apresenta um acúmulo de lixo e sujeira, e a placa instalada no piso, encontra-se, devido ao acúmulo de poeira, parcialmente ilegível. Demonstra-se a necessidade clara de manutenção de sua estrutura (FIG. 81 e 82).

O monumento se posiciona como mais um marco que pode ser interpretado como forma de marcar o espaço da edificação do DOPS como um lugar de memória. Por meio da abertura central da escultura, ao se posicionar do lado esquerdo do monumento, pode-se visualizar ao fundo o edifício do antigo DOPS (FIG.83).

Em outra perspectiva, intervenções artísticas também têm sido realizadas no local. Uma delas, por exemplo, simulava atos de repressão e tortura, em que os artistas eram algemados, presos e levados ao pau de arara (FIG. 84).

Contudo mesmo com todas as manifestações em prol de sua materialização, o Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais permanece sem destino definido. Tramita atualmente na Assembleia de MG novo projeto de lei (PL 1.587 de 2015), que visa novamente alterar a redação da lei de criação do Memorial de forma a incluir novamente a exigência de que o Museu ocupe a antiga sede do DOPS. A proposição demonstra de forma clara a centralidade da destinação do edifício para que o projeto do Memorial se concretize.

Figura 80 – Flores deixadas no Monumento à resistência e à luta pela Anistia em Minas Gerais



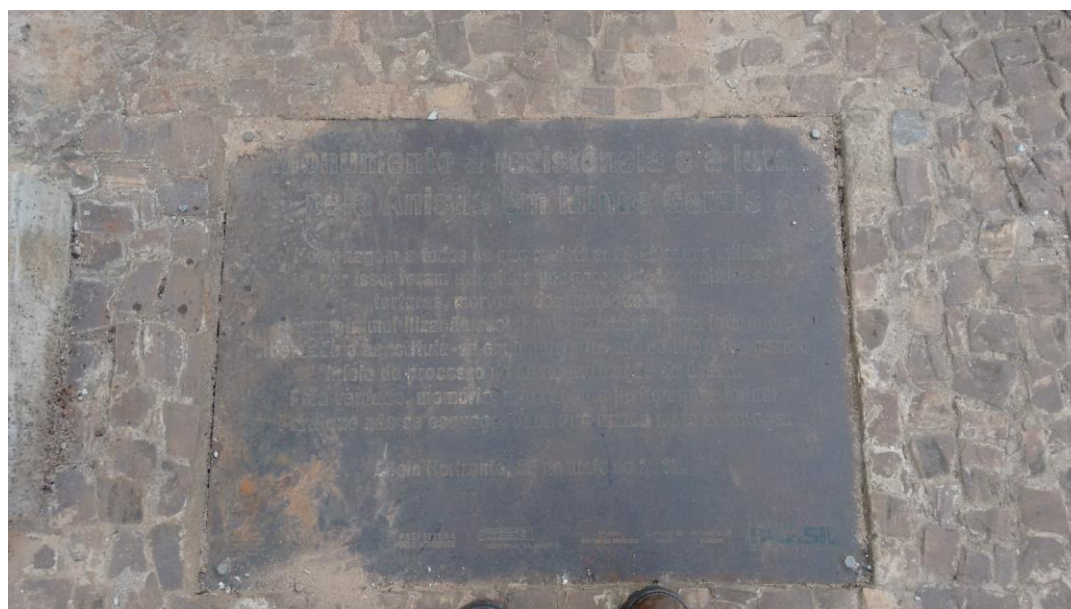
Fonte: UTOPIA, 2013.

Figura 81 – Monumento à resistência e à luta pela Anistia em Minas Gerais



Fonte: Fotografia do autor.

Figura 82 – Placa comemorativa posicionada no piso ao lado do Monumento



Fonte: Fotografia do autor.

Figura 83 – Visão do antigo prédio do DOPS a partir do Monumento



Fonte: Fotografia do autor.

Figura 84 – Fotografia de intervenção artística “esculacho” em frente ao Monumento nas proximidades do DOPS – simulação de Pau de arara



Fonte: PCBBH, 2013.

4.3 ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA

A urgência em salvaguardar um espaço de memória em ruínas e livrá-lo de uma trajetória de abandono, motivou um grupo de artistas e ativistas de Belo Horizonte a ocupar um casarão histórico, tombado pelo patrimônio municipal e de propriedade do governo estadual, que se encontrava abandonado a mais de 20 anos e apresentava risco de desmoronamento. Localizado no tradicional bairro de Santa Efigênia na região leste da capital mineira, o “casarão” da Rua Manaus número, 348, foi ocupado no dia 26 de Outubro de 2013. Além da preocupação com a degradação do imóvel o grupo intencionava inaugurar naquele espaço um local livre, de formação artística, aberto e pautado em princípios de autogestão.

Denominado a partir de então como Espaço Comum Luiz Estrela (ECLE), foi assim nomeado em homenagem ao artista e poeta Belo Horizontino cuja marca era escrever seus pensamentos em folhas soltas, numa espécie de diário desencadernado. Luiz Otávio da Silva, mais conhecido como Luiz Estrela, junto com ativistas, reivindicava o uso popular dos espaços públicos e participava de movimentos sociais. “Estrela era poeta, performer, intelectual, morador de rua, homossexual. Trazia consigo a luta do artista pela arte, a luta do cidadão pelo direito a vida e a cidade” (ESPAÇO..., 2013, p.2).

Estrela veio a óbito em Junho de 2013, por espancamento no centro da cidade durante a noite. As condições de sua morte são controversas e até hoje não foram investigadas. Assassinado, Luiz Estrela hoje se converte em símbolo na construção do projeto do Espaço Comum, que não leva apenas seu nome, seu rosto com expressão firme adorna o parapeito da escada de entrada do edifício, bem como materiais de divulgação do espaço e de suas ações (FIG. 86).

Desde sua inauguração o Espaço Comum Luiz Estrela recebe na área de seu pátio externo uma série de atividades culturais que refletem a pluralidade de sua proposta. Algumas das atividades acontecem semanalmente, outras quinzenalmente, distribuídas entre os dias da semana conforme divulgação realizada na página criada em uma rede social para o Espaço. Nele ocorrem saraus, feiras, ensaios e apresentações de teatro, rodas de discussão, workshops, grupos de trabalho e oficinas com temáticas as mais diversas: arqueologia, restauração, permacultura, pedagogia

libertária, teatro, arte e etc. Além disto, no espaço acontecem periodicamente reuniões em que se discute a gestão do Espaço Comum.

Figura 85 – Luiz Estrela



Fonte: ATINGIDOS..., 2013.

No entanto, os desafios ainda são muitos e para chegar onde se encontram hoje foi preciso percorrer um caminho de muitos percalços. A começar pela trajetória da ocupação, em que o Casarão se tornou objeto de disputa entre uma Instituição Filantrópica da cidade e o grupo idealizador do Espaço Comum. A proposta da instituição era a de recuperar o prédio para a criação de um memorial em homenagem ao célebre político mineiro Juscelino Kubitschek, no entanto, após diversas negociações, em dezembro de 2013, o Governo de Minas Gerais assina o termo de cessão de uso e atribui ao coletivo responsável pelo Espaço Comum não só a posse legal do imóvel (por um período de 20 anos), mas também a responsabilidade de restaurá-lo.

Neste sentido paralelo as ações dos diversos núcleos que constroem a programação do espaço, foi realizada uma campanha de arrecadação de fundos, por meio do site de financiamento coletivo, Catarse. Ao dinheiro arrecadado pela campanha, somavam-se fundos obtidos por meio de festas, feiras e outras doações realizadas ao coletivo. A campanha, executada com sucesso, tinha como objetivo primordial, garantir recursos para o escoramento da edificação, tendo em vista o precário estado de conservação que se encontrava o edifício.

Com o escoramento, de forma complementar, foram empreendidos esforços na elaboração do projeto de restauro arquitetônico para o edifício. Construído de forma colaborativa o projeto visa adaptar a edificação para os novos e

plurais usos pretendidos para o Espaço. Enquanto aguarda sua completa execução, as atividades propostas no Espaço Comum são realizadas em seu pátio externo, na lateral do edifício.

O Espaço Comum Luiz Estrela completou recentemente dois anos de atividades. Em meio a erros e acertos, permanece a abertura e a autocrítica para construção conjunta e permanente do lugar. Espaço que se coloca em processo. Por meio desta experiência potencializam-se discussões em torno dos tombamentos e do abandono de edificações públicas. Questiona-se sobre a democratização do acesso à arte, das relações da sociedade com o patrimônio e fundamentalmente, de maneira transversal, com as questões referentes a luta antimanicomial e a produção de lugares de memória que tem como objetivo trabalhar a recordação das práticas desumanas, do isolamento e da segregação as quais eram submetidos os “internos”. É dentro destas perspectivas que o prédio do antigo Hospital Militar, hoje ocupado pelo Espaço Comum, se converte em poderosa e desafiadora matéria a ser trabalhada pelo coletivo. Desafio aceito por seus ocupantes.

4.3.1 O ANTIGO HOSPITAL MILITAR COMO LUGAR DE MEMÓRIA

O edifício de estilo arquitetônico neoclássico, característico do início do século XX, foi construído para abrigar o 1º Hospital da Força Pública de Minas Gerais. Conhecido como Hospital Militar a edificação teve sua inauguração em 1914 (FIG.86). Anos mais tarde o Hospital ganharia notoriedade pela passagem do, à época, médico Juscelino Kubitschek, que clinicou em suas dependências no início dos anos 30. O Hospital Militar funcionou em suas dependências até o ano de 1945, quando foi transferido para uma nova sede na avenida do contorno.

Em 1947 se instala no edifício o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI) e o Instituto de Psicopedagogia. O Hospital que atendia apenas em regime ambulatorial, começa a receber internações a partir de 1949. Começam aí uma série de problemas na instituição que não apresentava estrutura, pessoal, equipamentos e nem medicamentos suficientes para dar conta do elevado número de internações, o que ocasiona uma superlotação do espaço.

Figura 86 – Fachada do Hospital da Força Pública de Minas Gerais



Fonte: APM, 2015.

Soma-se a isto a falta de manutenção e reparos estruturais que contribuem sobremaneira para piorar o já caótico ambiente:

Essa falta de manutenção e reparos estruturais parece ter sido uma constante no HNPI. Em 1964, por exemplo, ela resultou no desabamento da ala da enfermaria feminina. As meninas, então, tiveram de ser transferidas para o Hospital Galba Velloso (o qual deveria receber apenas mulheres adultas) e ali permanecerem por quatro anos. Penso que, talvez, a precariedade estrutural pela qual passou o HNPI ao longo de todos os seus anos de funcionamento tem a ver com a imagem social que se construiu em torno do louco e da loucura. Pessoas atingidas por esse desatino compunham um grupo marginal de seres improdutivos para a sociedade. Logo, uma vez que desde a infância o sujeito já se apresenta como um potencial problema social, torna-se desinteressante investir nele. Possivelmente advém dessa mentalidade a falta de recursos direcionada ao HNPI (MOREIRA, 2015, p.81-82).

A partir de 1973 é criada uma Unidade Psicopedagógica (UNP), que resulta na construção de um anexo ao prédio original. A UNP tinha como finalidade atender a crianças que apresentassem dificuldades de aprendizado. Inicialmente, embora funcionasse em prédio anexo, a Unidade era uma instituição independente, com diretoria própria.

Por esta época já se faziam notórias as condições desumanas a que eram submetidos os internos em diversas das instituições de internação e tratamento psiquiátrico no país. Em Minas Gerais, as condições do Colônia, na cidade de Barbacena, considerado o maior Hospício do Brasil, provocaram repercussões e

mobilizaram a opinião pública. Reportagens, documentários, livros, bem como as afirmações de profissionais respeitados da saúde, somam-se as primeiras mobilizações em torno dos movimentos antimanicomiais no país¹⁷.

Juntas as cidades de Barbacena, Juiz de Fora e Belo Horizonte detinham 80% dos leitos de saúde mental do Estado. Dezenove, dos vinte e cinco hospitais e centros psiquiátricos de Minas Gerais estavam localizados nestes municípios. Tal fato foi responsável pela atribuição da alcunha de “corredor da loucura” para as três cidades (ARBEX, 2013).

É neste contexto que as duas instituições localizadas em Belo Horizonte começam a ser alvo de cobranças e denúncias. No entanto, verificou-se que apesar da proximidade espacial, as realidades nas duas instituições eram discrepantes. O HNPI era tido como um “inferno”. Embora fosse um ambiente destinado a internação de crianças, nada devia as demais instituições psiquiátricas para adultos. A “ausência de cores, brinquedos, espaços para brincarem, bem como o excesso de grades, tornam-no semelhante as demais instituições psiquiátricas para adultos espalhadas por Minas.” (MOREIRA, 2015, p.83).

Enquanto isso na UNP, mesmo com a carência de verbas, que inviabilizava uma melhor infraestrutura, tinha-se um ambiente mais acolhedor. “Paredes pintadas, cobertas de motivos infantis, oferta de merenda extra para além da refeição normal [...] oferta de ensino profissionalizante, através das oficinas de carpintaria, sapataria, tecelagem e costura; além de uma ampla equipe especializada...” (MOREIRA, 2015, p.83).

As discrepâncias entre as instituições foram atribuídas a questões gerenciais o que resultou no ano de 1980, na criação do Centro Psicopedagógico (CPP). Produto da fusão do HNPI com a UNP, o Centro seria responsabilidade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG). Com o advento do CPP decretou-se o fim gradativo das internações. Os pacientes eram atendidos no Centro, mas continuavam a residir em seu meio familiar.

¹⁷ O movimento antimanicomial constitui-se como um conjunto (plural) de atores, cujas lutas e conflitos vêm sendo travadas a partir de diferentes dimensões sócio-político-institucionais. Trata-se de um movimento que articula, em diferentes momentos e graus, relações de solidariedade, conflito e de denúncias sociais tendo em vista as transformações das relações e concepções pautadas na discriminação e no controle do “louco” e da “loucura” em nosso país. (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007).

Com a transferência dos últimos internos, encerram-se as atividades médicas no edifício. Em 1990, inaugura-se em suas dependências a Escola Estadual Yolanda Martins Silva destinada a ações pedagógicas com crianças consideradas portadoras de distúrbios mentais. A Escola terá uma trajetória breve já que em 1994, devido ao estado de deterioração do edifício, que apresentava forte presença de rachaduras e infiltrações, bem como comprometimento de suas condições estruturais, teve de ser desocupado para não colocar em risco as vidas de seus ocupantes.

Ironicamente naquele mesmo ano o edifício recebia o tombamento pela Diretoria do Patrimônio Histórico de Belo Horizonte, dentro do conjunto urbano da Praça Floriano Peixoto. A edificação permanece abandonada por cerca de vinte anos. Ao longo deste tempo em 2007, foi ventilada uma proposta de reativação do imóvel a partir da implantação em seu espaço de um Núcleo de Ação Cultural, Educacional e de Inclusão Social (NACEIS). O NACEIS seria um equipamento para promover atividades terapêuticas, artísticas, culturais e educacionais, voltadas para a infância e adolescência. Estruturava-se em torno da proposta de um centro cultural que através da articulação entre saúde, educação e cultura voltava-se para a inclusão social.

Seria um espaço articulado junto ao Centro Psíquico da Adolescência e Infância (CEPAI), novo nome dado ao antigo CPP, que ainda funciona ao lado da edificação. É inclusive nas dependências do CEPAI, que se encontram os últimos residentes remanescentes do CPP. Cuidados pela irmã Mercês, eles permanecem no Lar Abrigo da instituição.

No entanto, a proposta de recuperação do antigo edifício do Hospital Militar e de implantação do NACEIS, não saiu do papel, e o edifício seguiu desocupado e em ruínas. Esta situação se mantém até 2013, ano que trará mudanças significativas nos rumos da destinação da edificação.

Em julho de 2013 é firmada uma parceria entre a Fundação Educacional Lucas Machado (FELUMA) e o governo do Estado de MG. As intenções da FELUMA eram de recuperar a edificação e implantar nela um memorial em homenagem ao político mineiro Juscelino Kubitschek. Tal proposta cabe ressaltar, já era ventilada para o edifício desde a possibilidade de implantação da NACEIS.

Neste intuito a FELUMA se compromete junto ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) a iniciar as reformas estruturais do edifício em um prazo de 60

dias. O prazo é vencido e nada é realizado. Diante de nova solicitação da FELUMA o MPMG concede novo prazo de 180 dias para o início das reformas.

É neste ínterim que um grupo de artistas, educadores, profissionais autônomos, ativistas e produtores culturais se reúnem e organizam uma ação de ocupação cultural. Tinham o objetivo de criar um centro de cultura, arte e educação. O imóvel escolhido pelo grupo foi o antigo edifício do Hospital Militar, a partir de então denominado por eles de “Casarão”. Entre os fatores determinantes para a escolha, se encontrava o relacionamento deste espaço com a memória de sua ocupação enquanto Hospital Psiquiátrico:

A escolha do Casarão se deu principalmente pelo histórico de décadas de abandono, pela localização central, o que facilitaria a participação de moradores de diferentes regiões da cidade, e pela possibilidade de articular a ação artístico-cultural que vinha sendo planejada à área da saúde mental, visto que o imóvel faz parte do complexo hospitalar da FHEMIG. Neste sentido o histórico do prédio, bem como a proximidade a uma unidade hospitalar atualmente em uso, são alguns dos eixos transversais presentes neste projeto (ESPAÇO..., 2013, p.1).

É a partir destas premissas que no dia 26 de Outubro de 2013 o coletivo se coloca em movimento. A ocupação contou com a participação direta de cerca de 80 pessoas e com a adesão por meio das redes sociais de mais de 2.000 pessoas. Por meio de música, encenação cênica e uma escada, o grupo adentrou o prédio e inaugurou em suas dependências o Espaço Comum Luiz Estrela (FIG.87).

Figura 87 – Fachada do Espaço Comum Luiz Estrela



Fonte: ANDEIRA, 2013.

A ocupação não se deu sem embates. Seguiram a este período uma série de reuniões e audiências que envolveram, representantes do Governo Estadual, da Diretoria de Patrimônio Municipal, da FHEMIG, da FELUMA, do Ministério Público e de membros do coletivo. Até que em 18 de dezembro de 2013, o “casarão” foi cedido para o coletivo por um período de 20 anos.

Desde então o Espaço Comum Luiz Estrela reúne em suas dependências uma série de atividades que dialogam com outras iniciativas e movimentos urbanos que se desenvolvem na cidade de Belo Horizonte no contemporâneo. Feiras, saraus, sessões de filmes, debates, rodas de conversa, oficinas, festas, apresentações musicais, duelos de MCs, e toda sorte de atividades culturais. Para os fins da presente pesquisa me atinarei apenas aos aspectos que envolvem o relacionamento das ações do coletivo com um trabalho com a memória da edificação e suas sucessivas destinações, com foco por sobre o uso da edificação como lugar de memória.

Um primeiro ponto a ser evidenciado a partir da ocupação é o de que a interrupção do projeto de implantação de um Memorial dedicado a JK coloca em evidência os embates em torno das memórias que têm o edifício como ancoragem. Com o projeto do Espaço Comum as memórias sobre um período obscuro, de segregação, sofrimento e violações de direitos, representado pela natureza desumana dos tratamentos psiquiátricos durante os anos iniciais de funcionamento do HNPI, são colocadas em cena.

Ao privilegiar a memória de JK como médico da polícia militar, o projeto de instituição delineado pela FELUMA, condenaria as diversas memórias concorrentes sobre o período de internação do Hospital Psiquiátrico a clandestinidade. Ao escolher trabalhar com estas memórias subterrâneas o Espaço Comum representa a oportunidade de construção de narrativas sobre um período da história da internação e das práticas médicas pouco veiculado. Representa uma oportunidade de dar voz as pessoas impactadas por estas experiências a partir da trajetória da edificação.

Conforme idealizado pelo coletivo do Espaço Comum estão entre as ações prioritárias do projeto, “constituir um Centro de Memória no espaço”. O conceito gerador por trás da elaboração deste Centro de Memória gravita em torno principalmente do período de sua ocupação a partir de 1947, com a implantação do HNPI.

De fato, a materialidade atual do edifício, principalmente no que diz respeito à divisão dos espaços, bem como do posicionamento das salas e dos corredores, se relaciona bastante com este período de sua ocupação. Nos dois pavimentos da edificação nenhuma outra sala é acessada sem que tenha que se passar por seus amplos corredores. Quem circula é sempre observado. Outros sinais também dão evidência de sua ocupação enquanto escola. Quadros negros, e pinturas com motivos e desenhos infantis nas paredes.

No entanto existe uma parte específica do edifício que tem provocado reações diversas. Após a ocupação do imóvel pelo grupo fundador do Espaço Comum Luiz Estrela, revelou-se a existência de um túnel no subsolo da edificação, estreito, apertado, com aproximadamente 23 metros de comprimento. A entrada para o referido túnel estava “escondida” por trás de um armário.

Ao adentrar este corredor perfilam-se de ambos os lados, ao longo de toda sua extensão, pequenos espaços, comprimidos, cuja escuridão absoluta revela na presença de uma fonte de luz, uma miríade de marcas e inscrições. Rabiscos, marcas de mãos, nomes, desenhos, bem como uma série de números e contas jazem sobre as paredes destes aposentos, cuja composição transmite a impressão de espaços de clausura. Mesmo com a baixa visibilidade e fraca circulação de ar é possível notar por toda extensão do corredor uma série de artefatos espalhados ao chão. Canecas de alumínio, diminutos sapatos e chinelos, brinquedos, frascos de remédios e ferramentas. Alguns destes espaços laterais encontram-se completamente selados por tijolos, ainda não se sabe o que sua abertura poderá revelar (FIG.88 a 93).

O ambiente se torna capaz de produzir desconforto físico e moral ao relacionar-se ao período que se estende de 1947 a 1979, no qual a edificação abrigou o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil. Sabe-se que naquela época os métodos empregados no tratamento de internos em hospitais psiquiátricos incluíam o uso de técnicas bárbaras como a lobotomia e o eletrochoque.

Não se pode ainda chegar a um posicionamento conclusivo. O estado atual em que se encontra a edificação, com seu aspecto de ruína, com certeza tem aberto prerrogativas para a imaginação dos membros do coletivo. Não foram encontrados vestígios da existência de possíveis grades ou fechaduras nas entradas dos pequenos cômodos. O que se sabe é que com certeza circularam crianças por estes espaços.

Figura 88 – Corredor com abertura para o porão ao fundo



Fonte: MOREIRA, 2015, p.109.

Figura 89 – Corredor do porão com entradas laterais



Fonte: MOREIRA, 2015, p.110.

Figura 90 – Artefatos encontrados no piso do corredor



Fonte: MOREIRA, 2015, p.110.

Figura 91 – Artefatos encontrados no piso do corredor



Fonte: MOREIRA, 2015, p.110.

Figura 92 – Desenhos nas paredes dos cômodos



Fonte: MOREIRA, 2015, p.126.

Figura 93 – Nomes inscritos nas paredes



Fonte: MOREIRA, 2015, p.127.

De acordo com alguns dos primeiros estudos sobre o local, uma das ex-internas do edifício declarou que neste porão já funcionou uma oficina para a recuperação de objetos danificados, cita como exemplo, as camas de ferro que segundo ela enferrujavam com o passar do tempo (MOREIRA, 2015). A memória desta testemunha pode ser corroborada com base nas plantas baixas do projeto para o Hospital Militar. O referido porão é assinalado na planta como depósito, com algumas das salas laterais nomeadas de depósito, oficinas e rouparia (Ver ANEXOS D e E).

Na figura 94, abaixo, são representados os cômodos onde se encontram os grafismos e os artefatos recolhidos sinalizados em vermelho. A área demarcada em contorno azul representa os espaços lacrados aos quais ainda não se tem acesso. Já a área sinalizada em verde, corresponde as áreas pertencentes ao CEPAL.

Figura 94 – Planta baixa do térreo da edificação



Fonte: Elaborado pelo autor com base em planta baixa disponibilizada pelo Coletivo.

Descobrir um espaço do edifício ao qual possa se afirmar como local de clausura e encarceramento das crianças em tratamento, talvez corrobore o desejo de apresentar o edifício como uma testemunha irrefutável das práticas bárbaras a que eram submetidos os internos. No sentido de potencializar o discurso empregado pelo coletivo e de permitir um empoderamento do projeto de um Centro de Memória no Espaço Comum como uma contramemória, apresentada frente às propostas originalmente delineadas.

No entanto, ainda que estes cômodos eventualmente não se enquadrem nas suposições levantadas, faz-se necessário lembrar que a edificação como um todo pode ser utilizada como potencial documento que permita a discussão destas experiências. E mais importante, como espaço de acolhimento de propostas que, ancoradas nesta memória, tenham como marca uma luta pelo respeito aos direitos humanos e que potencialize os movimentos antimanicomiais.

A concreta efetivação de um centro de memória ou museu no espaço depende de uma série de etapas e ações que precisam ainda ser resolvidas. A primeira delas envolve a reabilitação da edificação. Como já mencionado, atualmente as atividades no Estrela são realizadas no pátio lateral. Por meio da execução de seu projeto de restauração e da possibilidade de uso do prédio, novas possibilidades se revelarão. O mesmo pode ser dito dos projetos de pesquisa histórica e prospecção arqueológica, já em andamento, que levantarão elementos para subsidiar a implantação deste espaço de memória.

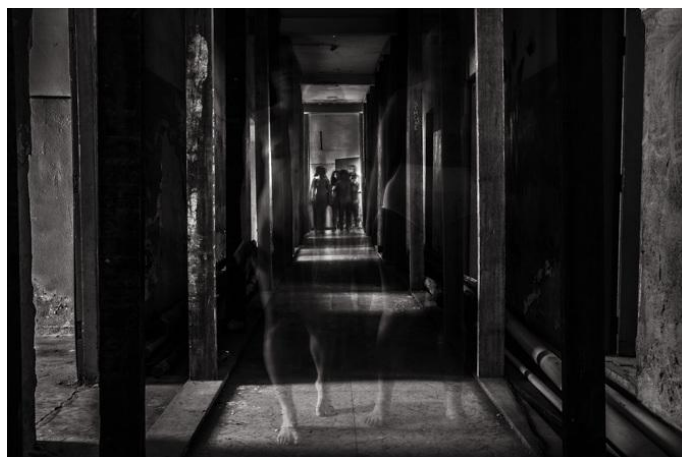
A segunda etapa da reforma prevê melhorias no telhado, a retirada de uma cobertura acrescida posteriormente e que atualmente causa danos a estrutura, além da reabilitação da fachada da edificação. No entanto, conforme linhas conceituais previstas pelo projeto e corroboradas pelo coletivo, a ideia é que o “casarão” mantenha camadas descascadas, trincas e traços que denunciem sua trajetória de abandono. As intervenções propostas visam impedir a degradação de sua estrutura e ao mesmo tempo, na medida em que for possível, manter seu aspecto de ruína.

Enquanto o projeto não é executado, o Espaço Comum Luiz Estrela, mesmo sem a implantação de um espaço museal, já se antecipa. Em meio as suas atividades regulares, incluem trabalhos que visam discutir a memória deste lugar como um local relacionado à memória da internação neuropsiquiátrica (FIG. 95 a 100).

Além de acolher reuniões do movimento antimanicomial o Espaço Comum por meio de intervenções artísticas e audiovisuais tem engendrado ações que visam discutir interfaces, entre memória, loucura e psiquiatria. Entre elas destaco as montagens e intervenções teatrais, realizadas pelo núcleo de teatro. E o ensaio fotográfico “Branco sem fim” realizado no edifício do Espaço Comum, concebido pela artista Bia Lile. O ensaio evoca as memórias de clausura de mulheres tidas como

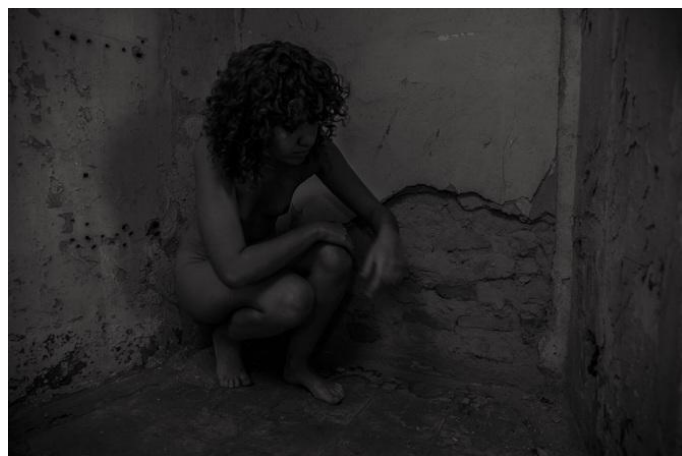
loucas, a partir das fotografias. Reproduções destas imagens são então espalhadas pela cidade, em tapumes, muros e paredes.

Figura 95 – Ensaio Fotográfico Branco sem fim



Fonte: CARGO..., 2015.

Figura 96 – Ensaio Fotográfico Branco sem fim



Fonte: CARGO..., 2015.

Figura 97 – Ensaio Fotográfico Branco sem fim



Fonte: CARGO..., 2015.

Figura 98 – Vista do Hall de entrada do Edifício



Fonte: AMAPHIKO..., 2015.

Figura 99 – Feirinha Estelar realizada no pátio lateral da edificação



Fonte: AMAPHIKO..., 2015.

Figura 100 – Apresentação musical realizada no pátio lateral da edificação



Fonte: AMAPHIKO..., 2015.

O edifício construído para o Hospital Militar e que mais tarde abrigou o Hospital Psiquiátrico, ao ser transformado em lugar de memória, contribui para retirar do esquecimento um período da história do país em que milhares de pessoas tinham sistematicamente seus direitos violados. Violações de direitos humanos, cometidas com a conivência de funcionários, médicos e da população. Violações de direitos praticadas por uma política de Estado, mas sustentada, muitas vezes, pela omissão da sociedade.

O manicômio é a tradução mais completa dessa exclusão, controle e violência. Seus muros escondem a violência (física e simbólica) através de uma roupagem protetora que desculpabiliza a sociedade e descontextualiza os processos sócio-históricos da produção e reprodução da loucura (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007, p. 402).

As memórias que o antigo HNPI ancoram são também de mudanças, avanços e progressos, que ocorrem nestas instituições e na forma de tratar a figura do “louco”, e porque não dizer, de todos que eram “diferentes”. Visto que historicamente grande maioria dos internos nem sequer tinham diagnóstico de doença mental. Tais mudanças se articulam a partir dos anos de 1980, com os avanços trazidos pelos movimentos antimanicomiais. Por outro lado, são memórias, ao mesmo tempo, de permanências, pois denunciam o quanto ainda hoje o sistema manicomial é fechado, e o quanto certas práticas opressoras ainda persistem.

A construção conjunta de um espaço museal em suas dependências pode permitir ao Espaço Comum Luiz Estrela a formação de um centro de memória que atue como espaço de reflexão e fortalecimento, no sentido de instigar a sociedade a se apropriar desta luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As mudanças que se colocaram em curso por todo mundo no período pós-segunda guerra mundial produziram reflexos, na maneira como as sociedades humanas se relacionam com seu ambiente construído. Tais mudanças estão ligadas diretamente com a ascensão da memória como uma das categorias chave de pensamento ao longo da segunda metade do século XX.

Principalmente marcadas pelo peso das catástrofes que se delinearam ao longo do século passado, bem como pelo fracasso de suas utopias, as comunidades humanas passam a valorizar suas construções de tempos passados e a guardar maior desconfiança por sobre o futuro. Esforços são empreendidos no sentido de resguardar contra o esquecimento os acontecimentos passados, que passam a ser preservados como forma de um legado, aviso, advertência a memória das futuras gerações.

De forma paralela tradições são resgatadas e fabricadas, de forma a consagrar a memória como um fator fundamental para a constituição das identidades e dos grupos sociais. Na medida em que se fortalecem e se intensificam os contatos entre as diferentes culturas e sociedades por todo globo, fundamentalmente pelo processo de globalização, observa-se um duplo movimento de unidade e fragmentação. Como consequência de tais processos observa-se uma crescente demanda de diferentes grupos pela preservação dos testemunhos de sua história, que se soma a uma expansão tipológica da categoria de patrimônio.

Os museus e demais instituições de memória começam a abarcar uma temporalidade que é cada vez mais expandida e a ter de lidar com uma diversidade de memórias e narrativas sem precedentes. Dentre elas a consagração de toda uma série de patrimônios relacionados às memórias de catástrofes, guerras, genocídios, episódios de opressão, contextos de escravidão, tortura, sofrimentos, e toda sorte de situações traumáticas que, a partir das reivindicações de diferentes grupos, assumem um valor simbólico e memorial.

Tais experiências têm no relacionamento com o espaço construído uma série de questões fundamentais. Seja por meio da criação de novos marcos urbanos ou da adaptação de antigas edificações, as construções que ocupam fundamentam algumas de suas reflexões centrais. Uma vez que a memória se enraíza no concreto, no

espaço, nos gestos, nas imagens e nos objetos, ao serem transformadas em instituições museais, a materialidade destes lugares se torna testemunho que permite aos diferentes grupos sociais envolvidos resgatar estas memórias, geralmente legadas ao esquecimento. Inserido-as em uma experiência compartilhada de identificação com os diferentes grupos e suas memórias.

Neste sentido a arquitetura exerce um papel fundamental. Edifícios de nova arquitetura são construídos com o objetivo de refletir, representar e transmitir a experiência da violência do trauma histórico abordado. Que pode impactar o público por aderência as categorias de opressão ou por se fundamentar em conceitos opostos, que são traduzidos pelo repertório arquitetônico em uma espacialidade.

Em outra vertente, estas instituições podem ser implantadas nas edificações que tiveram como palco o desenrolar dos acontecimentos traumáticos, seja em um contexto de opressão ou de resistência. Neste sentido são potencializadas dentro do circuito museográfico como um documento que assume o caráter de testemunho, a partir de sua interligação com as memórias dos sobreviventes.

Em ambas as abordagens o espaço construído apresenta então a potencialidade de ser utilizado como forma de despertar emoções e sentimentos. Recriações dos ambientes de clausura, tortura, segregação e as mais diferenciadas formas de opressão, são utilizadas com o intuito de representar as violências físicas e simbólicas sofridas pelas vítimas. Por meio de uma museografia de imersão objetiva-se conectar o visitante às experiências do trauma vivenciadas pelos sobreviventes, vítimas e familiares.

Outras estratégias utilizadas por estas instituições se articulam por meio do espaço construído. Caso recorrente das listas de nomes e da disposição das fotografias, que convertem o espaço museal, em lugar de luto não só para a memória de uma coletividade, mas também para um luto pessoal, familiar. É nesta direção que estas instituições oferecem ao mesmo tempo um espaço físico e uma oportunidade para o luto, cicatrização e reflexão para as perdas decorridas do evento, efeito potencialmente significativo para os familiares, no que refere as perdas humanas.

É inclusive com este intuito de permitir uma reparação moral e simbólica às vítimas de situações de opressão, violações de direitos e violências de Estado, que muitas destas instituições são criadas. Como vimos, embora a reparação simbólica se

distancie da jurídica, muitas vezes a instituição de um espaço para compensação simbólica pode atuar como instrumento que viabilize uma possível reparação jurídica. Caso de arquivos e documentos guardados pela instituição que possam auxiliar em futuros julgamentos e comprovações. Ainda com relação ao emprego destes espaços como instrumento de reparação, há que se reconhecer outra dimensão fundamental. A reparação sempre provém de uma espécie de compensação, que seja ela qual for não poderá nunca, reparar ou restaurar a perda de uma vida humana.

Nesta direção, constituem-se como locais em que memórias, por vezes, legadas a clandestinidade, podem ascender ao espaço público de forma a garantir uma instância de preservação e compartilhamento. Revela também o entendimento da memória como instância de resistência e obstáculo a ocultação.

No entanto, como nos lembram os teóricos da memória, o tempo da memória é sempre o presente. E é em função das conjunturas do presente que a memória, este fenômeno ao mesmo tempo individual e coletivo, sofre manipulações, alterações, mutações, controle e flutuações. A dimensão do trabalho de memória nos demonstra seu caráter dinâmico. Em meio aos embates e disputas pela memória, diferentes vontades de memória engendram os mais diversos lugares de memória. Memórias que podem sofrer diversos enquadramentos.

Os estudos de caso aqui selecionados representam e apresentam de diferentes maneiras, diversas das complexidades do campo da memória em sua interface com o ambiente construído. Os projetos em implantação do Memorial da Anistia, Memorial dos Direitos Humanos e Espaço Comum Luiz Estrela refletem, ainda que com similitudes e diferenças, o papel fundamental desempenhado pelo espaço e pelo meio material que nos circunda como referentes para a memória.

Uma das questões críticas fundamentais dos lugares que lidam com memórias do trauma, não pôde ser aqui analisada a fundo a partir dos estudos de caso, tendo em vista que os espaços encontram-se ainda em fase de implantação. São elas as escolhas narrativas que serão tomadas e o relacionamento destas instituições com suas instituições mantenedoras. Como se relacionarão as narrativas planejadas para o Memorial da Anistia e Memorial dos Direitos Humanos a partir de uma percepção de seus suportes financeiros como garantidos pelo governo? Estarão estes

espaços aptos a enveredar por caminhos e questões que possam ser eventualmente incômodas aos governantes?

Seus discursos se alinharão com uma perspectiva de transição democrática, em um tratamento apaziguado das memórias e dos acontecimentos sobre o período da ditadura militar, como parece ser a postura dos atuais governos? Ou por outro lado, incorporarão narrativas alternativas que refletem a fragilidade do pacto político estabelecido, em ações que solicitam, por exemplo, a revisão da lei da anistia?

E no Espaço Comum Luiz Estrela, não será o discurso de ruptura com as memórias hegemônicas um obstáculo a obtenção de recursos? Ou ainda para a colaboração de figuras-chave ligadas ao período, visto que a revelação de tais memórias também pode ser incômoda aos colaboradores e sobreviventes? Devem ser redobradas as atenções para que não se efetue uma apropriação muda dos discursos das vítimas.

Todas estas questões se colocam como desafios e objetos para análise em futuros estudos. No entanto, mesmo com estes questionamentos observa-se a centralidade da categoria da memória no contemporâneo. No contexto brasileiro, a recente crise político-financeira, bem como as ondas de manifestações e protestos dos últimos anos, nos dão prova de que as memórias sobre nossa história recente precisam ser ainda discutidas. Não raras foram as demonstrações. De manifestantes que se posicionam a favor de uma nova intervenção militar, a outros que cobravam uma revisão dos acontecimentos deste período, com o desejo de apuração de culpas e punição a torturadores e colaboradores do regime. Profícuos também foram os retornos de slogans de cunho nacionalista, ou da associação com o temática do futebol, comuns durante o período ditatorial. Estes acontecimentos talvez demonstrem a ineficácia do instrumento da Anistia para lidar com as memórias deste período. Em outra perspectiva, a recente crise de imigração que atinge principalmente os países da Europa, reacende as memórias dos processos de dominação colonialista em meio às questões de racismo e imigração. Nesta ocasião a imagem do corpo inerte de um garoto em praias turcas circulou o mundo como símbolo da crise.

Estabelecer lugares de memória, que se engajem em processos mais ativos de rememoração, e que possam atuar como ferramentas para discussão e conscientização sobre as memórias de acontecimentos traumáticos, me parece, nesta

medida, fundamental. Discussões que girem em torno da memória e do espaço, são neste sentido, necessárias, na medida em que no contemporâneo somos confrontados com questões que enfatizam seu imbricamento, seja para a constituição de uma memória pública, na afirmação de nosso direito de habitar o planeta, ou ainda para afirmação de nosso direito fundamental de viver.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. Vol. XIV, Porto, 1998. p. 77-97.

ABREU, Regina. Museus no contemporâneo: entre o espetáculo e o fórum. In: Loures Oliveira, A.P.P. e Monteiro Oliveira, L. (org.) **Sendas da Museologia**. Ouro Preto, UFOP. 2012.

ADORNO, Theodor W. Crítica cultural e sociedade. In: ADORNO, Theodor W. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. Tradução de Augustin Wernet; Jorge Mattos Brito De Almeida. São Paulo: Ática, 2001. p. 7-26.

AGÊNCIA LIVRE PARA INFORMAÇÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO. ALICE. **Projeto gaúcho Trilhas da Anistia inaugura monumento em Belo Horizonte**. 27 de mai de 2013. Disponível em: <http://www.alice.org.br/projeto-gaucha-trilhas-da-anistia-inaugura-monumento-em-belo-horizonte/> Acesso em: 25 de Out de 2015.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Ed.Geração Editorial, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MEMORIAL DA ANISTIA. Lançamento público da Associação dos Amigos do Memorial da Anistia. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.uv.es/pla/RESERVA/11514lan.htm> Acesso em: 25 de Out, 2015.

BAUER, Caroline Silveira. O lugar da história e da memória em uma avenida: embates pela mudança da Avenida Castelo Branco (Porto Alegre, 2011-2014) In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. 8., 2014, Pelotas. **Anais do...** : lugares de memória. Pelotas: Ed. da UFPel, 2014. p. 338-344.

BILBIJA, Ksenija; PAYNE, Leigh A. (Ed.) **Accounting for Violence: Marketing Memory in Latin America**. Durham, NC: Duke University Press, 2011.

BITTENCOURT, José Neves. As coisas dentro da coisa: observações sobre museus, artefatos e coleções. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de et al. **Cidadania, memória e patrimônio: As dimensões do museu no cenário atual**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 17-31.

BITTENCOURT, José Neves. Armas, beleza, computadores: a Cultura Material em algumas observações introdutórias. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 25-39, jan.-abr. 2011.

BITTENCOURT, José Neves; COELHO. Priscila Arigoni. Musealidade: um conceito para o estudo de cidade. **XI ENANCIB**. Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação. Outubro. 2010.

BRASIL, LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm Acesso em: 12 Out 2015.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o historiador da memória [entrevista]. **História Social**, Campinas, n.6, 1999, p.13-33.

BORDAGE, Roger. Sachsenhausen: a flawed museum. In: **Museum International**. Museums of war and peace, N. 177, Vol XLV, n° 1, 1993, p. 26-31.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. 3. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CARSALADE, Flavio de Lemos. **A pedra e o tempo**: arquitetura como patrimônio cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CARTER, Jennifer. L'éthique dans les musées, créateurs de sens: nouvelles frontières, nouveaux enjeux. In: **Musées**, Société des Musées Québécois (SMQ), vol. 31, 2013. p. 46-55.

CARTER, Jennifer; ORANGE, Jennifer. **The work of museums: The implications of a human rights museology**. Trabalho apresentado na Second Conference of the Federation of International Human Rights Museums (FIHRM), Liverpool, UK. October, 2011. Disponível em: <http://www.fihrm.org/conference/conference2011.html#papers> Acesso em: 12 Out 2015.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. **Memórias clandestinas e sua museificação**: uma prospecção sobre institucionalização e agregação informacional. 2002. 180f. Tese (Doutorado), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CERAVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, n. 1, Dez. 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.

CHRISTENSEN, Amber. **Canadian Museum for Human Rights**: building a historical consciousness through omission. York University. Museums and Galleries. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/12306014/Canadian_Museum_for_Human_Rights_building_a_historical_consciousness_through_omission Acesso em: 12 Out 2015.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. **Parecer para o 1º turno do projeto de lei nº 1.509/2004**. Assembleia de Minas. Diário do Legislativo, 06 de Ago

de 2004. Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2004&n=1509&t=PL&doc=2 Acesso em: 25 de Out de 2015.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro/FUNARJ, 2014.

DIRETORIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL. DIPC. **Dossiê de tombamento do bem cultural situado na Avenida Afonso Pena, 2351 (lotes 001 e 002, quarteirão 006, 06ª. seção urbana) – antigo DOPS, pertencente ao Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e adjacências**. Dossiê de Tombamento. Fundação Municipal de Cultura, DIPC, Belo Horizonte, 2013.

DUFFY, Terence. The peace museum concept. In: **Museum International**. Museums of war and peace, N. 177, Vol XLV, nº 1, 1993, p. 4-8.

DUNCAN, Carol. Art museum and the ritual of citizenship. In: KARP, Ivan, LAVINE, Steven D. (Ed.) **Exhibiting Cultures: the poetics and politics of museum display**. Washington: Smithsonian Institute Press, 1996, p. 88-103.

ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA. **Esboço de Projeto Espaço Comum Luiz Estrela**. Belo Horizonte, 2013. 18 p.

FALCÃO, Fernando. A. R. **Uma reflexão sobre a utilização de museus como vetores de operações urbanas: Os casos dos museus Iberê Camargo e Guggenheim-Bilbao**. 2003. (dissertação de mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FERRAZ, Joana D'arc Fernandes. Os desafios da preservação da memória da ditadura no Brasil. In: ABREU, R; CHAGAS, M; SANTOS, M. (Org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN/DEMU, 2007.p. 48-67.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.25-33.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Revista Historiæ**, Rio Grande, Vol. 3, N.3, 2012 p. 27-46.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA: durante o regime militar, UFMG destacou-se por defender autonomia político-acadêmica. **Revista Diversa**, UFMG. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Ano 5, nº. 11 Maio, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diversa/11/politica.html>. Acesso em: 25 out. 2015.

HOFFMAN, Felipe E. Museus e revitalização urbana: o Museu de Artes e Ofícios e a Praça da Estação em Belo Horizonte. **Cadernos Metr pole**. São Paulo, v. 16, n. 32, Nov. 2014. p.537-564.

HUYSEN, Andreas. **Memórias do Modernismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumento, m dia. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2000.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto. Museu de Arte do Rio. 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio Cultural Urbano: espetáculo contemporâneo? In: **Revista Rua - Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador. v.1. n  8, Patrimônio: Maquinaria e Memória, jul/dez 2003.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelho das cidades**. Casa da Palavra, Rio de Janeiro; 1  Edição, 2005.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas 1**. Brasília e Belo Horizonte: MinC/IPHAN/DEMU/Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2  ed., p. 19-32, 2006.

KIEFER, Flávio. Arquitetura de Museus. **ARQTEXTO**: Interfaces, Porto Alegre, n.1, p.12-25. 2001.

KREUZ, Débora Strieder. A Ditadura civil-militar brasileira e a necessidade de lugares de memória. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. 8., 2014, Pelotas. **Anais do... : lugares de memória**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2014. p. 256-262.

LEAL, Luana Aparecida Mattos. Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs. Linguagem. **Revista Eletr nica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem**. Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR. 18  edição. 2011. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf>> Acesso em: 10 de Jun 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas. Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, p. 31-50, 2012.

LÜCHMANN, L gia Helena H; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 12 (2), p. 399-407, 2007.

MARTINS, Maria Helena P. Ecomuseu. In: TEIXERA COELHO. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. 1ª Ed. São Paulo. Iluminuras. 1997.

MATTOS, Yára. **Abracaldabra**: uma aventura afetivo cognitiva na relação museu-educação. Yára Mattos, Ione Mattos. Ouro Preto: UFOP, 2010.

MELENDI, Maria Angélica. Antimonumentos: estratégias da memória (e da arte) numa era de catástrofes. In: SELLIGMAN-SILVA, Márcio (Org.), **Palavra e imagem**: memória e escritura, Chapecó, SC: Argos, 2006; p.227-246.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade X a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.5, n. 8/9, p.197-205. 1985.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**. Org. Afonso Carlos Marques dos Santos; Carlos Kessel; Cêça Guimaraens. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2004.

MINAS GERAIS. Lei n. 13.448 de 10 de janeiro de 2000. Cria o Memorial de Direitos Humanos. **Assembleia de Minas**. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=13448&comp=&ano=2000> Acesso em: 25 de Out de 2015.

MINAS GERAIS. Lei n. 15.458 de 12 de janeiro de 2005. Altera os arts. 1º, 3º, 5º e 6º da Lei nº 13.448, de 10 de janeiro de 2000, que cria o Memorial de Direitos Humanos. **Assembleia de Minas**. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=15458&comp=&ano=2005> Acesso em: 25 de Out de 2015.

MOREIRA, Juliana Maria Brandão. **Arquitetura que enlouquece**: poder e arqueologia. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia, Programa de pós Graduação em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, 1993.

OHTAKE, Ricardo. Os Novos monumentos das metrópoles. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 14, n. 4, Oct. 2000. Disponível em: <http: www.scielo.br/scielo.php> Acesso em: 10 Outubro de 2015.

OECHSLIN, Werner. A arquitectura de museus: um tema fundamental da arquitectura contemporânea. In: **Museus do Século XXI, conceitos, projectos, edifícios**. Culturgest. Grupo Caixa Geral de Depósitos. Lisboa. 2007. Disponível em: < http://www.culturgest.pt/docs/museus_sec_xxi.pdf> Acesso em: 11 de Out 2015.

ORTEGOSA, Sandra Mara. Cidade e memória: do urbanismo “arrasa-quarteirão” à questão do lugar. São Paulo, ano 10, n. 112.07, **Vitruvius**, set. 2009 Arqutextos. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/10.112/30>>. Acesso em: 08 jul.2014.

PEREIRO, Xerardo. Globalização e museus: relações transfronteiriças. In: Ecomuseu do Barroso (ed.): **Actas das XVI Jornadas sobre a função social do museu**. Barroso, p.31-40, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, p. 11-23, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a02v5327.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

PINHEIRO, Marcos José. **Museu, memória e esquecimento**: um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5. nº10, 1992.

POZZOBON, Cristina. **Monumento à resistência e à luta pela Anistia em Minas Gerais**. 2013. Escultura em metal, Belo Horizonte, MG, Brasil.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Governo, CDPCM. **Ata da 86ª reunião extraordinária realizada em 31 de março de 2014**. Diário Oficial do Município. Ano, XX, Edição N.: 4564. 27 de maio de 2014. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1122069> Acesso em: 25 Out 2015.

RICOEUR, Paul. Arquitetura e Narratividade. In: **Urbanisme**, n.303, nov/dez 1998, p. 44-51.

RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento. Proferimento apresentado na Conferência Internacional **Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism**. Budapeste, Hungria. Traduzido do inglês no âmbito da Unidade de Investigação “Linguagem, Interpretação e Filosofia” da Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia Acesso em: 16 de Jun 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. – Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2007.

CORREIA, Rogério. **Projeto de Lei n. 1.587 de 2015**. Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.448, de 10 de janeiro de 2000, que cria o Memorial de

Direitos Humanos de Minas Gerais. Disponível em: http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2015&n=1587&t=PL Acesso em: 25 de Out de 2015.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.46-55.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Auschwitz e Birkenau: espaços de memória da indústria da morte. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. 8., 2014, Pelotas. **Anais do... : lugares de memória**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2014. p. 201-206.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Escrituras da história e da memória. In: SELLIGMAN-SILVA, Márcio (Org.), **Palavra e imagem**: memória e escritura, Chapecó, SC: Argos, 2006; p.205-225.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438, 2002.

SILVA, Paula Zasnicoff Duarte Cardoso da. **A dimensão pública da arquitetura em museus**: uma análise de projetos contemporâneos. 2007. 203f. Dissertação (Mestrado), Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOUSA, Priscila Paula de. Memória, objetos e edifícios uma análise arqueológica sobre o edifício que sediou o Deops/SP. **Revista de Arqueologia Pública**, No. 10, Dezembro de 2014, p. 196-211.

TOSTES, Vera L. B. Museus e cidades: um desafio contemporâneo. p.5-8. In: **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**. Org. Afonso Carlos Marques dos Santos; Carlos Kessel; Cêça Guimaraens. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2004.

VAZ, Lilian F. O papel dos equipamentos culturais na revitalização urbana. In: **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**. Org. Afonso Carlos Marques dos Santos; Carlos Kessel; Cêça Guimaraens. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2004, p.225-238.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. **Gestão de projetos de museus e exposições**. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o 'boom da memória' nos estudos contemporâneos de história. In: SELLIGMAN-SILVA, Márcio (Org.), **Palavra e imagem**: memória e escritura, Chapecó, SC: Argos, 2006; p.67-90.

ZARANKIN, Andrés. Arqueología de la Arquitectura: modelando al individuo disciplinado em la sociedad capitalista. **Revista de Arqueologia Americana**. n. 22, 2003; p. 25-39.

ZARANKIN, Andrés; NIRO, Claudio. A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83). In: FUNARI, P.P. A.; ZARANKIN, A.; REIS, J. A. dos. (Org.) **Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. p.183-210.

ANEXO A – Lei 13.448 / 2000 – Cria o Memorial de Direitos Humanos

LEI 13448, DE 10/01/2000 DE 10/01/2000 (TEXTO ORIGINAL)

Cria o Memorial de Direitos Humanos.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Memorial de Direitos Humanos de Minas Gerais, que se destina à guarda e exposição de material que se refira ou se vincule ao esforço de defesa e preservação dos direitos da pessoa humana.

Art. 2º - Integram o Memorial de que trata esta lei documentos, fotos, gravuras, relatos gravados e demais matérias relacionadas à defesa e preservação dos direitos humanos.

Art. 3º - Compete à Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos:

- I - promover e divulgar o Memorial de Direitos Humanos;
- II - exercer a guarda permanente do acervo do Memorial;
- III - manter cadastro centralizado e atualizado do acervo;
- IV - garantir o acesso do público ao acervo, para consulta.

Art. 4º - É assegurado a todos os cidadãos o acesso ao acervo sob a guarda do Memorial, observada a legislação sobre a matéria, notadamente a Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Art. 5º - A documentação constante nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS -, extinto pelo art. 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, transferida para o Arquivo Mineiro pela Lei nº 10.360, de 27 de dezembro de 1990, passa a integrar o acervo do Memorial.

Art. 6º - Fica declarado patrimônio histórico estadual o acervo do Memorial, que se instalará em Belo Horizonte, no prédio ocupado pelo extinto DOPS.

Art. 7º - Para a elaboração do projeto do Memorial de que trata esta lei, será constituída comissão de trabalho composta por representantes dos seguintes órgãos e entidades, nomeados pelo Governador do Estado:

- I - um representante da Secretaria de Estado de Governo;
- II - um representante da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos;
- III - um representante da Secretaria de Estado da Cultura;
- IV - um representante do Conselho Estadual de Direitos Humanos;
- V - um representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- VI - três representantes de entidades civis de defesa de direitos humanos de notória atividade no campo da defesa dos direitos civis e políticos, com representação no Estado.

Parágrafo único - A comissão mencionada no “caput” deste artigo terá o prazo de noventa dias contado da data de publicação desta lei para a elaboração do projeto do Memorial.

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta lei correrão à custa de dotações consignadas no orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 10 de janeiro de 2000.

ITAMAR FRANCO

Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves

Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis

Ângelo Oswaldo de Araújo Santos

ANEXO B – Lei 15.458 / 2005 - Altera os arts. 1º, 3º, 5º e 6º da Lei nº 13.448, de 10 de janeiro de 2000, que cria o Memorial de Direitos Humanos



LEI 15458, DE 12/01/2005 - TEXTO ORIGINAL

Altera os arts. 1º, 3º, 5º e 6º da Lei nº 13.448, de 10 de janeiro de 2000, que cria o Memorial de Direitos Humanos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado ao art. 1º da Lei nº 13.448, de 10 de janeiro de 2000, o seguinte parágrafo único, passando o art. 6º a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

Parágrafo único. O Memorial de Direitos Humanos tem sede em Belo Horizonte.

.....

Art. 6º Fica declarado patrimônio histórico estadual o acervo do Memorial."

Art. 2º O caput do art. 3º e o art. 5º da Lei nº 13.448, de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Compete à Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Esportes:

.....

Art. 5º As informações constantes nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social DOPS, extinto pelo art. 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, bem como aquelas constantes nos arquivos de outros órgãos de segurança do Estado, relativas às atividades de polícia política, transferidas para o Arquivo Público Mineiro pela Lei nº 10.360, de 27 de dezembro de 1990, alterada pela Lei nº 13.450, de 10 de janeiro de 2000, poderão ser consultadas, por meio eletrônico, na sede do Memorial de Direitos Humanos.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se às informações relativas aos processos correspondentes aos pedidos de indenização previstos na Lei nº 13.187, de 20 de janeiro de 1999, analisados por comissão especial no âmbito do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos CONEDH."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 12 de janeiro de 2005; 217º da Inconfidência Mineira e 184º da Independência do Brasil.

AÉCIO NEVES

Danilo de Castro

Antonio Augusto Junho Anastasia

Lúcio Urbano Silva Martins

Luiz Roberto do Nascimento e Silva

Marcos Montes Cordeiro

ANEXO C – PROJETO DE LEI Nº 1.587/2015 - Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.448, de 10 de janeiro de 2000, que cria o Memorial de Direitos Humanos de Minas Gerais



PL 1587 2015 - PROJETO DE LEI

**PROJETO DE LEI Nº 1.587/2015
(EX- PROJETO DE LEI Nº 4.713/2013)**

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.448, de 10 de janeiro de 2000, que cria o Memorial de Direitos Humanos de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.448, de 10 de janeiro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - (...)

Parágrafo único - Fica declarado patrimônio histórico estadual o acervo do memorial de que trata esta lei, que se instalará em Belo Horizonte no prédio ocupado pelo extinto Departamento de Ordem Política e Social - Dops.”.

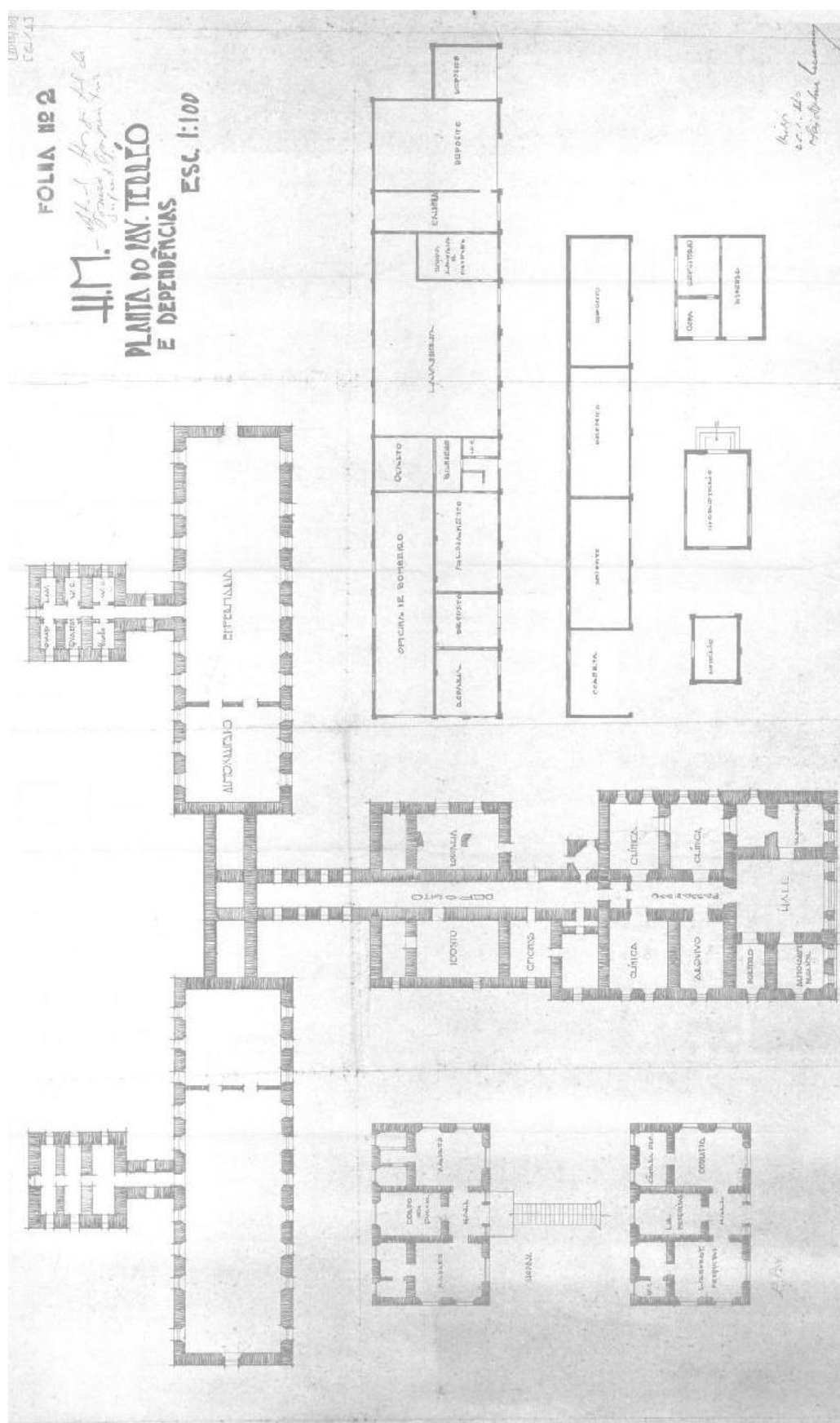
Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de maio de 2015.

Rogério Correia

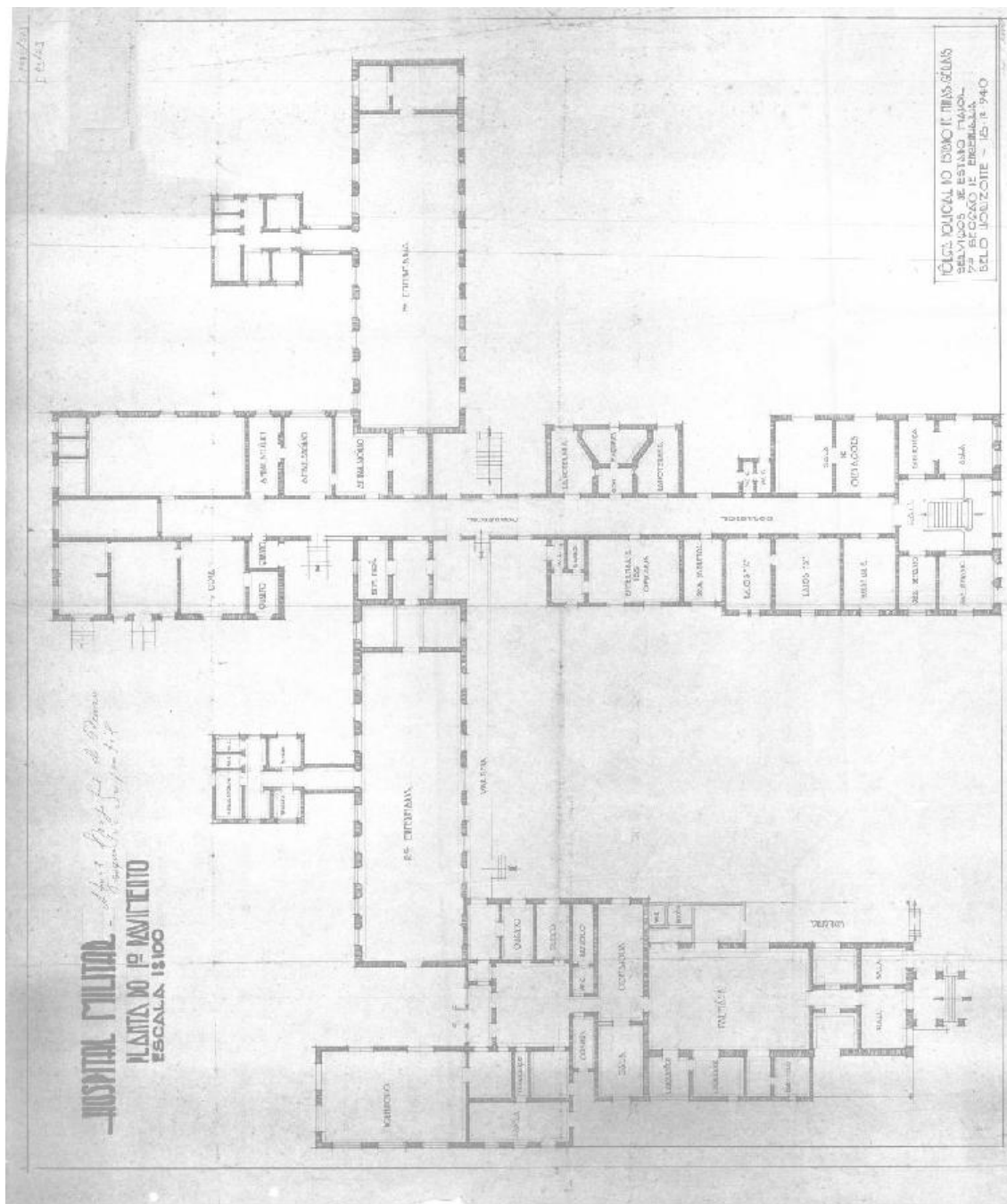
- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

ANEXO D – PLANTA BAIXA DO HOSPITAL MILITAR – TÉRREO



Fonte: Acervo Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas –SETOP.

ANEXO E – PLANTA BAIXA DO HOSPITAL MILITAR – 1º PAVIMENTO



Fonte: Acervo Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas –SETOP.